

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

ANAIIS
IX SEMINÁRIO
NACIONAL DE EDUCAÇÃO
DAS RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS BRASILEIRAS



EDUCAÇÃO, DIREITOS CULTURAIS
E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA



16 E 17 DE OUTUBRO DE 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS**

Anais – IX Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras
16 e 17 de outubro de 2017 – Vitória (ES)
DIREITOS CULTURAIS, EDUCAÇÃO E PROJETOS COMUNITÁRIOS
ISSN 2594-3634

Coordenação Geral:

Cleyde Rodrigues Amorim (NEAB/UFES)
Patrícia Gomes Rufino Andrade (NEAB/UFES)
Yuri Miguel Macedo (SEDU/ES e NEAB/UFES)

Comissão Científica:

Adriano Jardim (UFES)
Aissa Afonso Guimarães (UFES)
Alexandro Braga Vieira (UFES)
Celeste Ciccarone (UFES)
Cleyde Rodrigues Amorim (UFES)
Décio Nascimento Guimarães (UENF)
Elisa Ramalho Ortigão (UFES)
Gustavo Forde (UFES)
Kiusam de Oliveira (UFES)
Larissa de Albuquerque Silva (UFAM)
Leonor Araújo (UFBA)
Nilma Lino Gomes (UFMG)
Miriã Lúcia Luiz (UFES)
Osvaldo Martins de Oliveira (UFES)
Sandro José da Silva (UFES)
Yuri Miguel Macedo (SEDU/ES)

Normatização:

Ana Caroline de Oliveira Sá / Guilhermy Duarte
Lucas Leite / Yuri Miguel Macedo

Realização:

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFES)

Apoio:

Pró - Reitoria de Extensão da Ufes; Programa Jongos e Caxambus;
Programa Africanidades; Programa Afro-Diáspora; CEN; Espaço Raiz Forte;
Escola da Terra Capixaba; Gomes Castro Lourenção.

APRESENTAÇÃO

IX Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras tem se destacado no meio acadêmico e educacional capixaba aprender, conhecer e disseminar, trabalhando principalmente com a necessidade da Implementação da Lei 10.639/2003 e o combate ao Racismo na Educação Brasileira.

O Seminário visa debater a importância de pensarmos ações nas comunidades que valorizem as diferentes formas e práticas educativo-culturais das populações negras na diáspora, valorizando os ritmos, as músicas, o cinema e audiovisual e demais produções nesse sentido, que fazem parte do arcabouço imaterial reconhecidos no mundo - UNESCO, ONU, UNICEF.

Objetivamos também a discussão do acesso e garantia aos direitos humanos dos que se reconhecem NEGROS (Pretos, Pardos) fortalecendo a busca e acesso aos direitos culturais garantidos em Lei, propondo assim que as comunidades tradicionais, escolares e outras participem desse processo compreendendo sua fundamental importância no enfrentamento ao racismo e a intolerância em todos os sentidos.

O IX Seminário de Educação para Relações Étnico-Raciais Brasileiras é uma iniciativa do NEAB/UFES dos programas de pesquisa, ensino e extensão.

"[...] O IX Seminário Nacional do NEAB será um espaço aberto para discussões que vimos enfrentando principalmente sobre a ausência de políticas para a população negra [...]"

Prof.^a Patrícia Rufino

"[...] O IX Seminário Nacional do NEAB permitirá que cada pessoa mantenha seu olhar, sua linguagem e sua sensibilidade própria, e isso, somente será possível quando barreiras ideológicas forem quebradas e tendências universalistas relativizadas."

Prof. Yuri Miguel Macedo

" Nenhum direito a menos para negros e negras. Respeitem meu sagrado."

Prof.^a Leonor Araújo

"O Seminário é um espaço de socialização das pesquisas sobre a história e cultura afro-brasileira, a resistência cultural das comunidades tradicionais de matriz africana, a educação étnico-racial. Mas também é espaço de conscientização, de discussão e de proposições de políticas de promoção da igualdade racial"

Prof.^a Cleyde Rodrigues Amorim

" [...] Vamos fomentar o debate sobre educação, falando sobre o tema: "A trajetória de personagens negras no acesso à cultura escrita: visibilidade e construção da autoestima para crianças negras". Acho que as coisas belas precisam ser valorizadas para despertar o interesse e a autoestima das crianças negras. [...]"

Prof. Osvaldo Martins de Oliveira

" [...] A proposta é um seminário interdisciplinar aberto @ tod@s interessad@s! Compartilhar, afirmar e debater temas e questões dos estudos afro-brasileiros. [...]"

Prof.^a Aissa Afonso Guimarães

SUMÁRIO

A importância da literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças negra.....	07
Giovanna de Paula Guimarães, Marcela Fraga Gonçalves Campos	
A nova EJA na perspectiva do Estudante e do Educador: desafios da nova organização curricular no Espírito Santo.....	10
Yuri Miguel Macedo, Patricia Rufino, Kellis Nunes	
Etnografia Social - As Vozes do Manoel.....	12
Yuri Miguel Macedo, Dulce Aborghetti Rangel dos Santos, Kellis Nunes	
Um mapeamento de trabalhos de educação matemática com foco em África.....	15
Thaciane Jähring Schunk, Lauro Chagas e Sá	
Formação continuada de professores (as) para a promoção da igualdade étnico-racial: Uma proposta interdisciplinar.....	18
Sara Alves da Costa	
Sistema de cotas nas Universidades Brasileiras como política pública redistributiva: A inclusão do aluno negro e cotista na sociedade acadêmica....	22
Monnique Greice Malta Cardoso, Yuri Miguel Macedo, Patricia Rufino	
“Casa-Grande e Senzala” e a (in)existência da democracia racial brasileira....	26
Kamila Martins, Patrícia Pereira de Paula	
Projeto Africa's.....	30
Lavinia Coutinho Cardoso	
Ku sanga: infâncias, educação e relações étnico-raciais no Raiz Forte.....	33
Tatiana Gomes Rosa, Mara Pereira dos Santos	
Violências históricas e desdobramento da escravização na população negra no Brasil: Enfrentamentos a partir de ações jurídicas, sociais e culturais.....	36
Rosely Silva Pires, Karen Calegari do Santos, Roberta Suzane Gouvea	
Núcleo de Estudo Afro-brasileiros.....	40
Ana Caroline de Oliveira Sá, Guilhermy Pereira Duarte, Lucas de Souza Leite	
Brincadeira e aprender tem cor?.....	42
Rosemaria Duarte de Andrade Ribeiro	
Dança afro potencializando a autoestima negra afrodescendente através das problematizações do processo de rejeição/ aceitação/ ressignificação do corpo e cabelo, durante a hidratação capilar.....	47
Pamela Monteiro, Rosely Silva Pires, Heloísa da Silva de Carvalho	
Museu Capixaba do Negro na cidade de Vitória: Espaço de história e conhecimento.....	50
Érica Renata Vilela de Moraes, Dilza Côco	

A titulação de territórios quilombolas nas páginas do jornal A gazeta.....	53
Girley Vieira da Silva	
Relações raciais, emoções e ações no cotidiano escolar.....	57
Thalita Rezende	
Um encontro precioso entre tecer e contar a história da abayomi: Práxis pedagógica na formação de inicial de professores no curso de pedagogia.....	60
Geisa Hupp Fernandes Lacerda, Maria Dirce Barcelos	
Projeto Sankofa: Desconstruindo o racismo e denegrindo a escola.....	65
Sara Alves da Costa	
Guerreiros de Jó.....	72
Alexsandra Evangelista Quadra, Marilza da Penha Donô Falcão, Ruth Grigório Pederzini	
Aproximações entre Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos: narrativas sobre as Relações Étnico-Raciais a partir de Walter Benjamin.....	76
Carlos Fabian de Carvalho, Mara Pereira dos Santos	
Formação contínua de professores em educação para as relações étnico-raciais na Serra/ES.....	80
Hileia Araujo de Castro e Giovanna de Paula Guimarães	
Xeque-Mate ao racismo dentro do ambiente escolar.....	83
Eliane Alves da Vitória Simões, Gisely Adriana Flor, Josiane Pacheco Miranda	
A capoeira como ferramenta de afirmação da cultura afro-brasileira: Estudo de caso no centro social São José de Calazans, Serra-ES.....	87
Elvis Reis de Oliveira, Maria Luiza de Barros Rodrigues	
Grupos de discussão e método documentário: Possibilidades metodológicas em pesquisa sobre educação quilombola.....	93
Diego Romerito Braga Barbosa, Maria Alayde Alcântara Salim	
Cultura afro-brasileiras e educação física: discussões sobre o currículo.....	97
Gleisiele Saraiva Rangel, Marli Quinquim, Maria Alayde Alcântara Salim	
O congo capixaba desce o litoral: Práticas educativas da cultura étnico-racial.....	100
Márcia Maria Silva Peixoto	
Enfrentando o racismo na formação de professores: Um problema estruturado no município de Jaguarão/RS.....	103
Yuri Miguel Macedo, Simone Silva Alves, Maria Eloisa Rolim Campelo Cardoso	
O papel da escola e dos educadores na formação do sujeito negro-gay.....	104
Yuri Miguel Macedo, Marcelo Loureiro Ucelli, Patricia Gomes Rufino Andrade	
Violências históricas e desdobramento da escravização na população negra no Brasil: Enfrentamentos a partir de ações jurídicas, sociais e culturais.....	119
Rosely Silva Pires, Karen Calegari do Santos, Roberta Suzane Gouvea	
Percepções sobre a mediação pedagógica com a manifestação maculelê....	120

IX SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS BRASILEIRAS

16 e 17 de Outubro de 2017, UFES, Vitória (ES).

Marli Quinquim, Maria Alayde Alcantara Salim, Daniel Junior da Silva

História e cultura afro-brasileira em livros didáticos: Uma questão de memória e identidade.....121

Mileide Belchior Costa, Antonio Donizetti Sgarbi, Mariluz Sartori Deorce

O mundo no Black Power de Tayò. Estética e beleza negra na dança.....122

Sarita Faustino dos Santos, Flavia Rocha, Plínio Soares

13 anos de CEAFFRO-Vitória: conquistas e desafios.....123

Ariane Celestino Meireles, Heloísa Ivone da Silva de Magalhães, Katia Ribeiro de Camargos

Griôs da dança mulheres negras nas artes e na política.....124

Ariane Celestino Meireles

Projeto Raízes.....125

Priscilla Lauret Coutinho Alves

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DAS CRIANÇAS NEGRAS

Giovanna de Paula Guimarães

Marcela Fraga G. Campos

INTRODUÇÃO

Os contextos institucionais, que norteiam nossas práticas profissionais são diversas e se baseiam em buscas educacionais que se constroem em composições diferentes. É neste contexto que nos inserimos enquanto professoras formadoras de práticas educativas que visam a práxis reflexiva dos cursistas tendo como cerne uma educação antirracista.

Observando as práticas docentes percebemos que um dos instrumentos de trabalho mais utilizados é a literatura infantil afro-brasileira, escolha esta fundamental para o resgate da cultura africana e afro-brasileira em sala de aula, não fosse, a presença de obras que reforçam o racismo e não o combate, fortalecendo o sentimento de superioridade da criança branca e o de inferioridade da criança negra.

OBJETIVOS

Possibilitar aos docentes pensar um universo literário infantil, imaginado e criado para a criança negra como um espelho em que ela se reconheça através dos personagens, dos ambientes, das sensações, vendo em cada história lida, relida, contada sua ancestralidade e a valorização da mesma, levando-a a viajar pelos caminhos dos textos apresentados e a se encontrar neles de modo a querer deles fazer parte, pois ali estão colocados ela e seus pares em lugar de reconhecimento cultural, social e estético.

DESENVOLVIMENTO

O curso em educação para as relações étnico-raciais, ofertado para professores, pedagogos e gestores do município da Serra/ES possibilitou o desenvolvimento de um trabalho que contribua para uma prática docente multiculturalista que abarque uma educação de valorização da identidade negra nas escolas, atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura

Afro brasileira, contidos no Parecer 003/2004 elaborados pelo CNE, que regulamenta a alteração trazida pela Lei 10639/2003 à Lei 9394/1996, nos seus artigos 26, 26A e 79B negro. No decorrer do curso foi possível verificar as seguintes questões: ao frequentar um curso de formação de professores com a temática étnico-racial foi possível constatar mudanças nas práticas docentes desses profissionais. Pudemos, ainda, comprovar mudanças em suas práticas escolares no cotidiano da escola. Além disso, notamos o empoderamento étnico-racial e por vezes seu sentimento de pertença mediante suas narrativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da realização do curso de formação contínua de professores, voltado para o estudo das relações étnico-raciais, foi possível observar as mudanças nas inter-relações do contexto de sala de aula, no que tange à abordagem da temática racial, tendo como suporte a literatura infantil; identificar as alterações das práticas docentes em seus projetos de intervenção pedagógica; constatar que os professores conseguiram introduzir a temática étnico-racial em seu plano anual de ensino, revisando a literatura infantil utilizada; diferenciar através das narrativas dos cursistas as alterações em seu discurso antes e depois de frequentar o curso de formação; verificar se houve no projeto político pedagógico da escola a inserção da cultura africana e afro brasileira; perceber como a cartilha de atividades de releitura étnico-racial sobre os livros de literatura infantil afro-brasileira, proposta e desenvolvida durante o curso, contribuiu para aprimorar a escuta e o olhar do educador no que tange a questão racial.

A construção da identidade étnico-racial se dá na interação com o outro, seja na escola, na família, em qualquer espaço social. Por isso a literatura infantil torna-se um importante instrumento de representação e interação da criança negra com seu eu em construção. Sendo esta fase a base fundamental para formação de sua personalidade e aceitação de si e de seus pares.

REFERÊNCIAS

CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e antirracismo na educação- repensando nossa escola. São Paulo, Selo Negro, 2001.

Educação antirracista. Caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada. Alfabetização e Identidade - Brasília: MEC Coleção Educação para todos, 2005.

DIRETRIZES, curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004.

GOMES, Nilma Lino (org.). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Rio de Janeiro, Autêntica: 2007

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Da sagrada missão pedagógica. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2001.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC, 2000.

Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECADI, 2006.

A NOVA EJA NA PERSPECTIVA DO ESTUDANTE E DO EDUCADOR: DESAFIOS DA NOVA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NO ESPIRITO SANTO

Yuri Miguel Macedo

Patricia Rufino

Kellis Nunes

10

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) está prevista na Lei 9.394/96 no art. 37 que assim diz: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”, mediante o estudo da nova organização curricular dessa modalidade que está em vigor no Estado do Espírito Santo, faz que repensemos que tipo de ensino estamos brindando em relação a certificação do aluno enquanto construção das habilidade e competências necessárias para obtenção do grado pretendido. É claro que a clientela da EJA, é voltado a sua grande maioria adultos que têm seus dias trabalhados durante o dia e à noite se dedicam em desenvolver as suas habilidades nas escolas que oferecem essa modalidade. O objeto de estudo para análise da nova organização curricular é a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Manoel Abreu, em seguida será pontuada a tipografia para que possamos situar a realidade e a dimensão escolar. Este artigo é parte de uma análise da escola supracitada que se propõe investigar os prós e contra da nova organização curricular comparando-a com a organização de anos anteriores. Pensar nos currículos de uma escola pressupõe inicialmente sobre a modalidade oferecida e principalmente adaptar-se a todas as orientações que são enviadas pela Secretaria de Estado de Educação, então, viver seu cotidiano que inclui, além do que é formal e tradicionalmente estudado, toda dinâmica das relações estabelecidas, ou seja, para se falar dos currículos praticados nas escolas, é necessário compreender os hibridismos culturais vividos nos cotidianos. O currículo deve obrigatoriamente redimensionar, constantemente, os espaços e tempos escolares, analisando principalmente as concepções e práticas pedagógicas. Nesse cenário, a formação permanente dos/as educadores é indispensável, motivando a cooperação entre os implicados no processo educativo, possibilitando mudanças, a partir de uma

práxi reflexiva, tendo em vista a qualificação do processo de ensino – aprendizagem.

Palavras-Chave: EJA. Ensino-aprendizagem. Clientela. Políticas Públicas. Currículo.

ETNOGRAFIA SOCIAL - AS VOZES DO MANOEL

Yuri Miguel Macedo

Dulce Aborghetti Rangel dos Santos

Kellis Nunes

INTRODUÇÃO

O presente projeto tende a expandir o conhecimento através do Ensino, Pesquisa e Extensão, outrora pilares principais do Ensino Superior Público no Brasil. Extrapolar os muros da escola foi um fator crucial na realização do mesmo, pois envolveu pesquisa de campo, etnografias e principalmente revisões bibliográficas. A íris deste trabalho foi a escrita de artigos baseados na coleta de dados, culminando com o nascimento do livro *As Vozes de Manoel: Uma visão do adolescente sobre a sociedade em que vive*. As possibilidades que posteriormente serão apresentadas mostram que o sentido do papel social da escola é muito mais que o ensino-aprendizagem, é ser uma instituição para compartilhar os saberes e sobretudo levantar, diagnosticar, esclarecer e demonstrar resultados e saber qual o valor está sendo dado ao combate das mazelas vividas neste século.

12

OBJETIVOS

Propor a construção de artigos e dissertações de caráter científico, para organização de um livro eletrônico.

Comparar as realidades dentro e fora da sala de aula, tornando a comunidade alvo de experiências sociais.

Construir instrumento para uma melhor compreensão do cotidiano e como pode ser a intervenção da escola na mudança de hábitos.

Participar ativamente de questões de atualidades e transformar em pensamento crítico e propor soluções palpáveis.

DESENVOLVIMENTO

Etapas do projeto desenvolvido na escola:

Leitura compartilhada – A partir da Campanha Zica Zero Artigos científicos sobre saúde pública.

Roda de debates - Identificação dos problemas sociais relativos à realidade dos alunos envolvidos. Daí surgiu o interesse dos estudantes em

identificar o nível de conhecimento da comunidade sobre as questões debatidas.

Elaboração do roteiro de trabalho – O roteiro foi construído pelos próprios alunos, que sugeriram 02 coordenadores por turma, a quantidade de entrevistados por turma, os locais da pesquisa, o cronograma e a forma de apresentação dos resultados.

Elaboração dos itens da pesquisa – O professor orientou os alunos na construção da entrevista.

Coleta de dados – Os estudantes coletaram dados em todo o distrito onde se localiza a escola.

Tabulação dos dados – Usando o Google Drive, no Laboratório de Informática da escola, os estudantes produziram tabelas e gráficos.

Reunião para análise dos dados – Encontro com todos os alunos envolvidos no projeto para divulgação dos resultados, para análise dos dados e proposição de intervenções na comunidade.

Intervenção na comunidade – Os estudantes distribuíram os panfletos da campanha Zica Zero e orientaram procedimentos para a erradicação da epidemia. Os estudantes retornaram aos locais pesquisados, especialmente nas casas onde os moradores mostraram desconhecimento do assunto.

Realização de PDCA – Durante todo o processo, eram realizadas reuniões para analisar a execução das ações planejadas. Após a campanha realizada na comunidade, o PDCA apontou a possibilidade de realizar outras pesquisas, contemplando a necessidade dos alunos conhecerem dados socioeconômicos de sua realidade.

O Livro – A partir da leitura dos textos produzidos pelos alunos, vislumbrou-se a possibilidade de organizar um livro, dada a qualidade dos artigos elaborados. A equipe gestora, que sempre apoiou o projeto, viabilizou os recursos e os caminhos a serem percorridos para a produção do livro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que o trabalho foi fundamental para que os alunos, através da interação social, pudessem compreender que ainda existem assuntos a serem abordados na comunidade em torno da escola. Além de

despertar a preocupação com os problemas identificados, os alunos concluíram que a divulgação de suas ideias é um caminho de transformação social.

O desenvolvimento dessas ações nos mostra o quanto o aluno é capaz, desde que seja estimulado, orientado e acompanhado no processo de construção do conhecimento. A escola ganhou protagonistas, capazes de pensar e lutar por um mundo melhor.

Trabalhar efetivamente com iniciação científica foi positivo porque amplia as possibilidades de conhecimento, aprendizagem, atuação, crítica do ser humano, e de crescimento pessoal.

REFERÊNCIAS

MALINOWSKI, Bronislaw. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultura, 1978

Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009

Resolução FNDE nº 4 de 25 de outubro de 2016.

UM MAPEAMENTO DE TRABALHOS DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA COM FOCO EM ÁFRICA

Thaciane .J. Schunk

Lauro .C. e Sá

INTRODUÇÃO

A lei nº 10.639/2003 estabelece que todas as unidades de ensino básico devem inserir a história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, em consonância com o resgate dos valores da diversidade étnico-racial brasileira (BRASIL, 2003). No campo da Educação Matemática, as discussões sobre essa temática se inserem na perspectiva da Etnomatemática, que segundo D'Ambrosio (2005), é um programa de apoio pedagógico que valoriza as culturas de determinada sociedade e seus conhecimentos adquiridos ao longo de sua existência.

OBJETIVOS

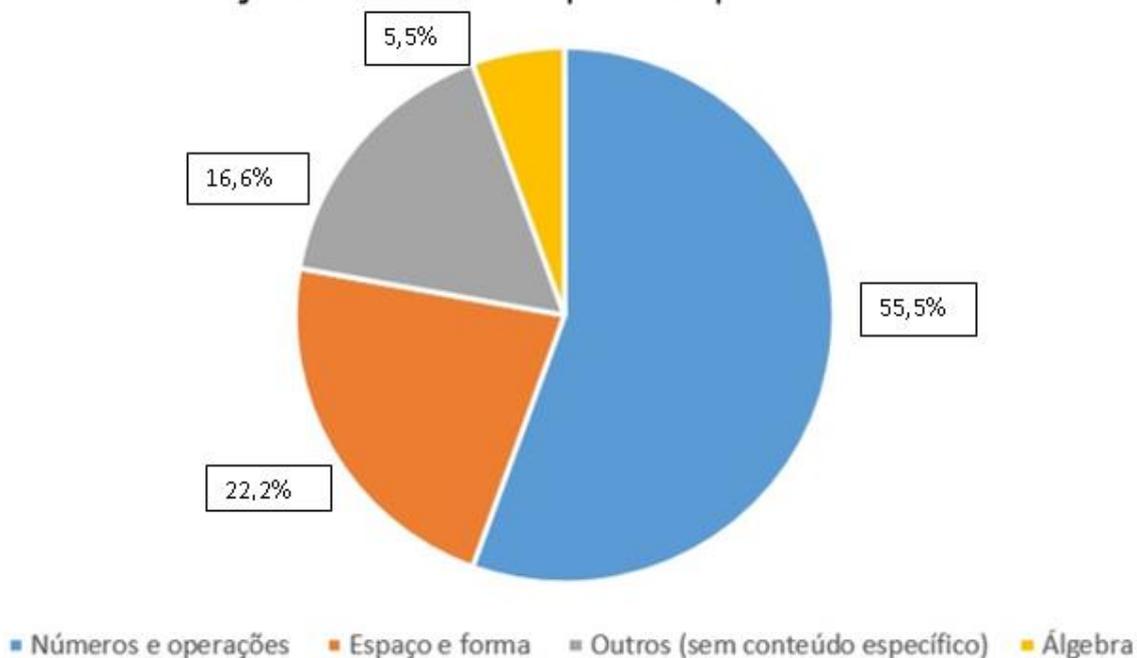
O objetivo deste trabalho foi mapear, por meio de pesquisa bibliográfica, ações educativas de Matemática pautadas na lei nº 10.639/2003.

DESENVOLVIMENTO

O corpus de análise deste trabalho foi constituído de 4.039 textos publicados nos anais do Encontro Nacional de Educação Matemática, evento trienal promovido pela Sociedade Brasileira de Educação Matemática. Buscamos, nos anais das edições de 2013 e 2016, artigos que continham a palavra África e africano/a no título ou no corpo do trabalho. Encontramos inicialmente 94 trabalhos, dos quais apenas 18 continham propostas didáticas ou relatos de experiência na perspectiva Etnomatemática com foco em África, o que corresponde, na verdade, a 0,45% dos textos publicados nos anais dos eventos.



Distribuição dos trabalhos por campo da Matemática



Vale salientar que 38,8% dos trabalhos utilizavam-se o Mancala. Algumas propostas também envolviam outros jogos africanos como o shisima, yoté, mbube mbube, pegue o bastão, ubongo, no thaks e yahtzee. Alguns dos conteúdos identificados nas atividades foram a sequência numérica, equação, fração, transformações geométricas e construções geométricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse levantamento bibliográfico, percebe-se que muitas

experiências com Matemática estão relacionadas com o Mancala ou com outros jogos africanos. Nota-se, adicionalmente, que há uma carência de trabalhos com cultura africana nas produções acadêmicas de Educação Matemática, sobretudo, voltados para a educação básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. Brasília, 2003.

D’ AMBRÓSIO, Ubiratan. **Sociedade, cultura, matemática e seu ensino**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, p.99-120, 2005.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES(AS) PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR

Sara Alves da Costa

18

INTRODUÇÃO

A formação da identidade brasileira foi marcada pelo genocídio, segregação e negação da cultura dos povos indígenas e negros, muito embora seja este país considerado uma das nações de maior diversidade étnico-racial e cultural do mundo. Esse processo de exclusão reverbera ainda nos dias atuais nas mais diversas instâncias da sociedade. A história de vida de pessoas negras é permeada pelo cenário de negligência e estigmatização da identidade étnico-racial que foge do padrão hegemônico calcada no racismo estrutural e perpassa espaços variados, inclusive a escola. A escola enquanto espaço educativo e seus(as) professores(as) são ferramentas importantes para a formação de cidadãos(ãs) críticos(as) dessa realidade que possam ser promotores da igualdade étnico-racial. Para tanto, usaremos como referencial teórico Freire, Saviani e Vigotsky, pois indicam que os(as) professores(as) precisam realizar um movimento dialético de “pensar-fazer-pensar”, o que exige do profissional muito além da participação em cursos e eventos, mas sobretudo a reflexão constante e autônoma para uma ação inovadora que possa impactar na promoção da igualdade étnico-racial no Brasil.

OBJETIVOS

Considerando o exposto acima, a presente pesquisa de mestrado objetiva sistematizar uma proposta de formação continuada para professores(as) do ensino médio de todas as áreas de conhecimento visando a aplicação de projetos pedagógicos interdisciplinares cujo foco seja promover a igualdade étnico-racial na escola e efetivar a Lei 10.639/2003 a partir dos seguintes eixos: desmistificação do racismo no Brasil, conhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira e valorização da identidade negra em nosso país.

DESENVOLVIMENTO

Para atender a finalidade dessa pesquisa utilizaremos como metodologia a Pesquisa Participante dado o seu valor dialógico que se alinha com os nossos referenciais. Segundo Fals Borda (2006), tal metodologia reconhece a estreita relação entre a ciência social e a intervenção na realidade cujo objetivo seja promover a superação das dificuldades sociais de um grupo determinado. Logo, a ciência não é o fim em si mesmo, mas sim um instrumento sistemático para a construção do conhecimento e a intervenção no contexto humano (BORDA, 2006).

Definimos assim o seguinte percurso: A. análise de literatura a respeito das relações étnico-raciais e a formação dos professores; B. levantamento de dados qualitativos através de abordagem inicial que será realizada por meio de um grupo focal para fins de conhecimento prévio das demandas da escola EEEM Fernando Duarte Rabelo, lócus de nossa pesquisa e dos(as) professores(as) de todas as séries e disciplinas do ensino médio relacionadas aos temas étnico-raciais, seu percurso formativo, sua atuação em sala de aula e na escola; C. com base nos indicativos da escola e professores(as), sistematizar uma formação continuada mediada pelos referenciais teóricos dessa pesquisa e produzir um livreto que auxilie na aplicação da formação; D. aplicação da formação de professores(as) sobre o tema relações étnico-raciais e a promoção da igualdade e incentivo a construção de um projeto interdisciplinar que poderá ser posteriormente aplicado na escola; E. validação e análise da funcionalidade do livreto com revisão conforme os indicativos dos(as) professores(as); F. construção da dissertação, divulgação dos resultados e do produto educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, compreendemos que a formação continuada constituída deve ser guiada pelo intuito de incentivar os(as) educadores(as) a uma prática crítica e reflexiva embasada pela práxis que promova à autonomia dos sujeitos e a transformação social. Assim, no bojo dessa proposta encaminhará a conscientização do(a) docente para a conscientização do(a) aluno(a) visando a superação do senso comum relativo à diversidade étnico-racial, a história e a cultura africana e afro-brasileira.

Almejamos, com isso, ressignificar a prática de ensino como um todo, de modo a promover a inclusão e a equidade no espaço escolar. Os norteadores teóricos contribuirão em todo o processo de sistematização da formação continuada de professores(as) com vistas a atuar para a emancipação e sensibilização dos sujeitos envolvidos.

Por entendermos que a formação docente não ocorre apenas em acumulação de cursos, conteúdos e técnicas, privilegiaremos a construção permanente de “reflexividade” crítica, pois, conforme Freire, Saviani e Vigotsky nos apontam, a dialética do ato de refletir sobre sua ação e o uso da práxis, encaminha o(a) docente a sistematização de novos conhecimentos, estimula a autonomia intelectual de si e dos estudantes e consolida a crença na sua possibilidade de pensar e promover mudanças.

Portanto, essa ação reflexiva transcende a racionalidade técnica e se fundamenta na capacidade de identificar novas situações e construir ações coletivamente, com o objetivo de alterar não apenas as interações na sala de aula ou na escola, mas, também, em contextos sociais mais amplos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jurandir de Almeida; GIUGLIANI, Beatriz. **Por uma Educação das Relações Étnico-Raciais**. # Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, v.3, n.1, 2014.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado do papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa Participante. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** São Paulo: Edições Loyola, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LUIZ, Maria Fernanda. **Educação das relações étnico-raciais:**

Contribuições de cursos de formação continuada de professores(as). 140 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2715/5947.pdf?sequence=1>> Acesso em: 25 de maio de 2017.

PAULA, Benjamin Xavier de. **A educação para as relações étnico-raciais e o estudo de história e cultura da África e afro brasileira: formação, saberes e práticas educativas.** 346 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13652>> Acesso em: 10 de maio de 2017.

RAMOS, Anália Cristina Pereira. **A educação para as relações étnico-raciais na formação continuada dos professores da Baixada Santista: dez anos após a institucionalização da lei 10.639/03.** 209 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em <<http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1052>> Acesso em: 25 de maio de 2017.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** 10 ed. Ver. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção educação contemporânea).

SILVA, Rafael Ferreira. **Educando pela diferença para a igualdade: professores, identidade profissional e formação contínua.** 310 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11062010-123230/pt-br.php>> Acesso em: 10 de junho de 2017.

VYGOTSKY, L.S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** 7. ed. São Paulo: Icone, 2001.

**SISTEMA DE COTAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS
COMO POLÍTICA PÚBLICA REDISTRIBUTIVA: A INCLUSÃO DO ALUNO
NEGRO E COTISTA NA SOCIEDADE ACADÊMICA**

Monnique Greice Malta Cardoso

Yuri Miguel Macedo

Patrícia Gomes Rufino Andrade

22

INTRODUÇÃO

Em 29 de agosto de 2012 foi sancionada a Lei federal nº 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das vagas, para autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência, nas instituições federais de ensino superior vinculadas ao Ministério da Educação – MEC. Em outubro daquele mesmo ano, foi publicado o Decreto nº 7.824/2012, dispondo de condições e orientações quanto a reserva de vagas. Por meio dessa ação afirmativa, muitos pobres e negros, estudantes da rede pública de ensino, puderam realizar o sonho do diploma de ensino superior. Porém, junto com a lei promulgada e sua regulamentação, não foi possível contar com um manual acadêmico para inclusão e integração do aluno cotista e negro na sociedade acadêmica. Uma questão nos impulsiona neste trabalho: as universidades federais foram e/ou estão preparadas com políticas públicas que possam integrar de fato o aluno negro e cotista na sociedade acadêmica? Sabemos que as universidades federais têm programas de auxílios estudantis para alunos que possuem renda per capita e/ou familiar inferior a um salário mínimo e meio, bem como a reserva de vagas por critério étnico-racial também na seleção de bolsistas em projetos internos. Quais outras medidas são adotadas para que o aluno negro e cotista se sinta pertencente à sociedade acadêmica que muitas vezes reproduz a desigualdade de classe e de cor?

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é promover uma reflexão quanto às ações afirmativas necessárias e que devem ser implementadas dentro das universidades federais para que esses os negros e cotistas se sintam membros significativos dentro de uma sociedade acadêmica.

DESENVOLVIMENTO

O cenário educacional brasileiro tem passado por significativas mudanças, que também atribuímos à diminuição das desigualdades de classe. A desigualdade de cor, primeiramente pode ser compreendida como uma desigualdade de classe, haja vista que a população negra compõe majoritariamente a base da pirâmide social. Para os autores Hasenbalg e Silva, as mudanças estruturais tem primazia sobre as melhorias do sistema de educação, isto porque o sistema social brasileiro passou por mudanças graduais, tendo seu marco a partir dos anos 2000. Essas mudanças gradativas, para o autor Charles Lindblom compõem o seu conceito de incrementalismo, que tem como característica principal incrementar as mudanças ocorridas no passado, para produção de políticas públicas, por exemplo.

No incrementalismo, as decisões não geram mudanças bruscas e sim pequenas mudanças. Essas pequenas mudanças são observadas pela pesquisadora Marta Arretche, em seu livro *Trajectoria das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*. Na obra nos são apresentadas as mudanças graduais dos últimos 50 anos do Brasil, desde uma mudança demográfica até as mudanças de classe, cor e gênero, culminando em uma diminuição das desigualdades. Portanto, melhorias sociais contribuíram para uma melhoria do sistema educacional, no momento em que estas questões entraram nas agendas governamentais. Para a autora Ana Cláudia Capella, um problema entra na agenda governamental “quando desperta a atenção e o interesse dos formuladores de políticas”. Logo, podemos compreender que em 2012 a reserva de vagas por critérios étnicos-raciais entrou na agenda governamental como uma política pública redistributiva. A conquista do aluno negro e pobre, promove uma mudança não só no sistema educacional brasileiro, mas também no sistema social, visto que de posse de um diploma universitário, estes ingressam de maneira mais justa no mercado de trabalho.

Mas dentro das instituições públicas de ensino superior, continuamos lutando contra as desigualdades? Nas universidades federais contamos com algumas ações afirmativas como os auxílios estudantis que compreendem moradia, transporte, consumo, refeições nos restaurantes universitários, bem

como cotas por critérios étnico-raciais nos programas de bolsas administrativas ou de monitoria de estudos. Nossa questão neste trabalho é investigar e compreender se essa inclusão tem despertado nesses alunos o pertencimento à sociedade acadêmica. A nosso ver, as ações afirmativas podem ser implementadas não só no que respeita a auxílios financeiros, mas também em uma efetiva inclusão social, sem qualquer tipo de rixas e divisões entre todos os alunos, para que não haja um estigma de cotista no sentido mais pejorativo da palavra, a fim de desprezar qualquer tipo de mérito acadêmico do aluno negro e cotista nas instituições públicas de ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, podemos compreender neste breve estudo que as conquistas do sistema educacional brasileiro não avançaram isoladamente, mas este também se deve à significativa melhoria no que diz respeito a diminuição das desigualdades sociais a partir dos anos 2000. Em 2012 o sistema de educação do Brasil foi marcado por uma política pública redistributiva, que garantiu ao aluno negro, ter acesso ao ensino superior por meio de reserva de vagas. Com esta ação afirmativa de reserva de vagas, por critérios étnico-raciais, o aluno negro pode ser incluído na sociedade acadêmica. Nos propomos a trazer uma reflexão quanto à inclusão social destes alunos na Academia. Observamos e reconhecemos uma reprodução de desigualdades dentro de uma sociedade acadêmica que ao incluir o aluno negro e cotista, não inclui os demais alunos, professores, servidores e técnicos em ações afirmativas sociais, a fim de promover um pertencimento, de fato, do aluno negro e cotista à sociedade acadêmica.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. Trazendo o conceito de cidadania de volta: a propósito das desigualdades territoriais . In: ARRETCHE, Marta (org.). Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Ed. Unesp/CEM, 2015, p.193-222.

CAPELLA, A. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, São Paulo, n. 61, p. 20-40, 2006.

Decreto nº 7.824/2012. Disponível em www.planalto.gov.br.

ETZIONI, A. La exploración combinada: un tercer enfoque a la toma de decisiones. Tradução do artigo Mixed scanning: a third approach to decision-making. *Public Administration Review*, n. XXVII, 1967, p. 385-392.

HASENBALG, C. & SILVA, N. V. Tendências da Desigualdade Educacional no Brasil”, *Dados Revista de Ciências Sociais*, v. 43, No. 3, p. 423-445, 2000.

Lei Federal nº 12.711/2012. Disponível em www.planalto.gov.br.

LIMA, M; PRATES, I. Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. In: ARRETCHE, Marta (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Ed. Unesp/CEM, 2015, p.163-189.

-----LIMA, M. Ações Afirmativas e Juventude Negra no Brasil. *Cadernos Adenauer* (São Paulo), v. 16, p. 27-43, 2015.

LINDBLOM, C. Todavía tratando de salir del paso. Tradução do artigo Still Muddling, not yet through. *Public Administration Review*, v. 39, n. 6, 1979, p. 517-526.

“CASA-GRANDE E SENZALA” E A (IN)EXISTÊNCIA DA DEMOCRACIA RACIAL BRASILEIRA

Kamila Martins

Patrícia Pereira de Paula

INTRODUÇÃO

26

Em “Casa-grande e senzala”, Gilberto Freyre traça um panorama do cotidiano da sociedade escravagista e patriarcal brasileira. O sociólogo retrata o ambiente doméstico e a frouxidão moral portuguesa, além da influência dos costumes da senzala na vida da casa-grande.

Ao longo dos anos, a obra foi utilizada como suporte científico à ideia de democracia racial no Brasil. No entanto, a análise minuciosa e abrangente do livro aponta para um sentido distinto daquele prevaiente no senso comum: em vez da democracia racial, o que se enxerga é um retrato da perversidade inerente à escravidão.

OBJETIVOS

Analisar a construção da ideia de democracia racial ao longo dos séculos XIX e XX e os seus reflexos no Brasil contemporâneo.

Demonstrar que a construção do discurso da miscigenação pacífica e da democracia racial no Brasil a partir de “Casa-grande e senzala” é, no mínimo, equivocada.

DESENVOLVIMENTO

Publicada originalmente em 1933, “Casa-grande e senzala” ganhou notoriedade ao retratar aspectos da família colonial brasileira no sistema escravista patriarcal. Entretanto, a obra tornou-se alvo de severas críticas a partir de 1950, quando uma nova interpretação por parte de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) a apontou como responsável por embasar a teoria da democracia racial - ideia de que no país as relações raciais se desenvolveram de forma harmoniosa e sem barreiras - principalmente com o

uso de linguagem literária e do destaque às relações abusivas entre colonizador e colonizado.

A falta de rigor científico e a forma como a obra é encadeada cria a sensação de igualdade entre europeus e escravizados. No entanto, o que se viu, tanto no período colonial quanto no imperial, foram portugueses arrasadores que utilizaram a (mulher) índia, e posteriormente a (mulher) negra como reprodutoras para povoar e expandir ao máximo a população local promovendo, assim, a miscigenação tão aclamada, ensejadora da interpretação de uma sociedade brasileira harmônica e pacífica. Nesse sentido, a abordagem se concentra em uma perspectiva eminentemente teórica, baseada em uma análise detida de “Casa-grande e senzala” associada às considerações críticas elaboradas, entre outros, por Sidney Chalhoub, Antônio Sérgio Guimarães e Eunice Prudente, com o intuito de investigar a origem mítica da chamada democracia racial, a fim de se perquirir se essa ideia de fato encontra suporte na obra do sociólogo pernambucano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora “Casa-grande e senzala” apresente um certo lirismo ao retratar aspectos do cotidiano colonial e imperial brasileiro, a narrativa descreve a crueldade inerente à escravidão. A obra vem sendo apontada como o instrumento que consolidou o poderoso discurso de democracia racial. Todavia, ao se buscar a origem da expressão, percebe-se que o ideário já era operado bem antes da primeira edição do referido livro. A ideologia da democracia racial retirou a questão racial paulatinamente da zona de discussão política, e apesar de ter sido redefinida como mito, predomina até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 set. 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7967.htm>
Acesso em: 1 set. 2017.

CAMPOS, A. P. Prescrição da escravidão e a “Liberdade Oprimida” no Brasil do Oitocentos. **História (São Paulo)** v.34, n.2, p. 206-220, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v34n2/0101-9074-his-34-02-00206.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2017.

CARVALHO, J. M. Brasil: nações imaginadas. In:_____. **Pontos e bordados. Escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 233-268.

CHALHOUB, S. **A força da escravidão ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

FERNANDES, F. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. 5. Ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GAHYVA, H. Tempos da Casa Grande: as primeiras críticas à obra inaugural de Gilberto Freyre. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 10, n. 2, p. 245-255, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol10/artigo1vol10-2.pdf>>. Acesso em: 25 set 2017, p. 247.

GUIMARÃES, A. S. A. Classes, raça e democracia. 2. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2002._____. Como trabalhar "raça" em sociologia. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 94-107, jan./mar. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1>>. Acesso em: 01 set. 2017.

GUIMARÃES, A. S. A. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. In: **ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 25., 2001, Caxambu. Anais eletrônicos**. Disponível em:<<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st20-3/4678-aguimaraes-democracia/file>> Acesso em: 1 set. 2017.

MOREIRA, A. J. Cidadania Racial. **Quaestio Iuris**, v. 10, n. 2, Rio de Janeiro, 2017. p. 1052-1089. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/22833/20506>>. Acesso em: 1 set. 2017.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

PRUDENTE, E. A. J. O negro na ordem jurídica. São Paulo: **Revista da Faculdade de Direito da USP**, 1988. v. 83, 135-149. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67119/69729>> . Acesso em: 1 set. 2017.

O clarim da Alvorada. São Paulo, 14/11/1936, p. 3. Disponível em: <<http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/o-clarim-da-alvorada>>. Acesso em 07 agosto 2017.

PROJETO AFRICA'S

Lavínia Coutinho Cardoso

INTRODUÇÃO

A África é um continente que está sendo descoberto atualmente para além da fome, pobreza e sua famosa exuberante natureza. Berço da civilização humana e de varias culturas grandiosas como a do Egito e de complexos civilizatórios como os Yorubás, Fantis, Bantus, Nagôs, entre outros. Ela continua, apesar dos esforços empreendidos por pesquisadores e professores negros e negras, uma quase total desconhecida para os estudantes da rede pública de ensino do municipio de Vitória. Mesmo contando com dispositivos legais como a lei 10.639/03, ainda hoje o ensino da historia da Africa não esta regularizado. Falta além da capacitação dos professores da rede, uma vontade política de estabelecer de fato esse conhecimento tão precioso para a formação da identidade de nossas crianças que são em sua maioria negras e negros. Foi o que constatamos desde da chegada a regência de classe na prefeitura municipal de Vitória, no ano de 2011. Após cumprir meu primeiro ano em que estive numa “vaga provisória” fui localizada na EMEF Vercenilio da Silva Pascoal (PMV) no bairro de Joana D’arc e nessa escola desenvolvi pela primeira vez o projeto nas turmas do primeiro segmento do ensino fundamental. É importante dizer que esse projeto é na verdade uma proposta que pode ser replicada, pois ele foi pensado para de forma a trabalhar os vários aspectos de África a partir da realidade possivel da escola ou da instituição.

OBJETIVOS

Apresentar, estudar e apreender esse continente tão importante para a construção de uma identidade afrocentrada para nossos meninos e meninas. O projeto foi dividido naquilo que batizei de “TERRITÓRIOS”, a saber: 1- Território da natureza: apresentação geográfica da África; 2- Território de gentes: apresentação dos africanos e africanas ilustres; 3- Território das Culturas: apresentação das diversas culturas e civilizações existentes na África e suas extensões no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

Durante o projeto foram desenvolvidas várias atividades: leitura de textos, pintura de mapas, exibição de filmes e documentários, oficina de máscaras africanas, tatuagem com símbolos Andrika e rodas de conversa sobre cultura negra, juventude e racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas do que um projeto pontual, nossa proposta foi a de construir uma ação e ou pratica pedagógica que pode ser desenvolvida em qualquer nível de escolaridade. Portanto, é importante enfatizar que esse projeto é na verdade uma proposta que pode ser replicada, pois ele foi pensado para de forma a trabalhar os vários aspectos de África a partir da realidade possível da escola ou da instituição. Durante as várias realizações do projeto fica obvio o interesse e empenho dos estudantes no envolvimento com as atividades, bem como, na formulação de atividades e de intervenções propostas pelos alunos, como em 2015 quando a partir do projeto foi realizada uma campanha anti-racista na escola.

ANEXOS



REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas. Brasília, 2004: Conselho Nacional de Educação.

KI-ZERBO, Joseph – História da África negra I. Publicações Europa-América, s/d.

ROCHA, Rosa Margarida C. Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro: Uma proposta de intervenção pedagógica na superação do racismo no cotidiano escolar. Belo Horizonte: Ed. Mazza, 2012.

RUFINO, Joel. Gosto de África: histórias de lá e daqui. Rio de Janeiro: Ed. Global, 2000.

SILVA, Alberto da Costa e. Um rio chamado atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira / Ed. UFRJ, 2003.

KU SANGA: INFÂNCIAS, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO RAIZ FORTE

Tatiana Gomes Rosa
Mara Pereira dos Santos

INTRODUÇÃO

O Raiz Forte Espaço de Criação (Vitória/ES) propõe juntar histórias, trajetórias de vida que se articulam às práticas educativas, artísticas e culturais para a promoção das relações étnico-raciais. Ku sanga em Quimbundo significa encontro, coleção ou junção de algo da mesma espécie. Assim, nestas coleções de histórias/trajetórias, a oralidade, corporalidade e a circularidade estão associados ao uso de diferentes linguagens e expressões artísticas, culturais e multimídias, com a mediação sustentada na afirmação e na valorização do fenótipo negro, principalmente, nas práticas educativas com crianças são eixos que enfatizamos. Assumindo como referencial teórico o livro “Sem perder a Raiz”, de Nilma Lino Gomes, assim como os autores Renato Nogueira, Abdias do Nascimento, Kabengele Munanga, Eliane Cavalleiro, Bell Hooks, Azoilda Loretto da Trindade, Maria Aparecida dos Santos Corrêa Barreto, dentre outros, as Ku sanga constituem-se em uma estrutura de encontros, com o propósito de dar continuidade às ações educativas do Raiz Forte Espaço de Criação, buscando colaborar com os processos de reflexão e debate sobre infâncias e relações étnico-raciais, potencializando ações de combate ao racismo.

OBJETIVOS

- Instigar o compartilhamento de subsídios para a promoção da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) com ênfase nas infâncias das crianças negras;
- Refletir sobre práticas educativas dentro e fora da escola buscando garantir a representatividade e a autoestima de crianças negras.;
- Promover um espaço de fala e de escuta entre famílias, professores e demais interessados nos modos de educar contra hegemônicos;

DESENVOLVIMENTO

O Grupo de Estudos Infâncias e Relações étnico-raciais tem os seus encontros conduzidos a partir do sentido de Quilombismo, que significa reunião

fraterna e livre, na perspectiva da solidariedade, da convivência, da comunhão existencial, do comunitarismo e da valorização da partilha de experiências de famílias, profissionais da educação, do serviço social, da psicologia, das artes e demais pessoas interessadas. As duas Ku sangas realizadas em agosto e setembro de 2017 tiveram como temas “Cabelo” e “Cor da pele de quem?”, respectivamente, cuidando da representatividade e da afirmação da autoestima das infâncias de crianças negras, debatendo educação, as diferentes infâncias e contextos, com base em estudos sobre as relações sociais ao assumir-se o cabelo crespo, voltar-se para si, reconhecer as questões relacionadas a colorismo, branquitude e mestiçagem, buscando garantir a visibilidade, o direito de existir e de fala das crianças negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação de pessoas de diferentes contextos sociais, negras e não negras, movidas pelo desejo de (re) pensar suas próprias infâncias e as infâncias de crianças negras com as quais se relacionam seja em família, nas escolas, nos projetos sociais onde trabalham e, na sociedade como um todo, confirmam a contribuição das Ku sanga para a educação das relações étnico-raciais. O projeto tem interesse em elaborar publicações, materiais de apoio ampliando o alcance desse debate.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa; RODRIGUES, Alexsandro. Currículos e direitos humanos: encontros plurais entre práticas culturais. In: BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa; RODRIGUES, Alexsandro; SISS, Ahyas.(Orgs.). Africanidades: produções identitárias e políticas culturais. Vitória: EDUFES, 2013. BICALHO, Charlene. Performance Bombril / Oficina Identidade e afrontamento com Priscila Rezende. Youtube, 01 out. 2017. Disponível em: . Acesso em: 01 out. 2017. BRASIL. Ministério da Educação. Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.s.], 2003. BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em:

<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacaodas-Relacoes-EtnicoRaciais.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

DJOKIC, Aline. Colorismo: o que é, como funciona. Blogueiras Negras. 27 jan. 2015. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/01/27/colorismo-o-quee-como-funciona/>. Acesso em: 01 de setembro de 2017.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NEVES, Consuelo. Colorismo: quem decide? Blogueiras negras. 03 fev. 2015. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/02/03/colorismo-quemdecide/>. Acesso em: 01 de setembro de 2017.

NOGUERA, Renato. AFROPERSPECTIVIDADE: POR UMA FILOSOFIA QUE DESCOLONIZA. 11 de Jul de 2015. Acesso em: 01 de setembro de 2017.

OLIVEIRA, Aíla. Sobre escolas, Colorismo e padrões de aceitação. Desabafo Social. 01 mar. 2015. Disponível em: <http://desabafosocial.com.br/blog/2015/03/01/sobre-escalas-colorismo-e-padroes-deaceitacao/>. Acesso em: 01 de setembro de 2017.

SILVA, Maria Aparecida da. Formação de Educadores para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001

HISTÓRICAS E DESDOBRAMENTO DA ESCRAVIZAÇÃO NA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL: ENFRENTAMENTOS A PARTIR DE AÇÕES JURÍDICAS, SOCIAIS E CULTURAIS

Rosely Silva Pires

Karen Calegari Santos Campos

Roberta Suzane Gouvea

36

INTRODUÇÃO

Segundo dados da ONU divulgados em 2016 (Organização das Nações Unidas), 75% da população carcerária e 70,8% dos brasileiros que vivem na extrema pobreza são negros. O feminicídio de mulheres também tem cor, pois a morte de mulheres negras correspondem a 66,7% a mais que as das brancas. A intolerância religiosa ganha contornos inimagináveis, no Brasil existem mais de 3 mil quilombos e apenas 189 escrituras foram emitidas para os grupos quilombolas, os processos estão empilhados esperando deferimento. A partir destes dados alarmantes fazemos a escuta de Nilma LimaGomes (2010 e 2011) clamando para uma emergência de ações afirmativa e uma educação para diversidade étnico-racial. Nesse trabalho partimos das relações históricas entre a escravização da população negra no Brasil e os desdobramentos do imaginário que compôs as políticas de branqueamento da raça; pensamento que circulou fortemente no país entre os séculos XIX e XX. Em finais dos oitocentos e décadas iniciais do XX, houve uma significativa movimentação da elite brasileira que, apoiada em saberes científicos – ainda que heterogêneos – colocavam em xeque a composição racial do país e buscavam atrelá-la ao debate sobre as dificuldades de progresso da nação. Em Lobo (2008) encontramos o debate sobre os indícios do enraizamento do preconceito racial no Brasil, ainda que a conformação da noção de “raça” ainda não estaria consolidada no século XIX. A autora lança luzes sobre os registros textuais da época dando atenção aos modos pelos quais se construíam discursos para diferenciar negros e brancos e, logo, desqualificar os negros. Parte dessa diferenciação dizia respeito aos elementos visíveis desses corpos, as suas marcas características que, nas palavras dela, tendo o branco como modelo, era a cor preta da pele e o seu cabelo retorcido.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é apresentar as propostas desenvolvidas no Projeto de Extensão da UFES, “Fordan: Cultura no Enfrentamento às Violências”. Tal projeto busca o enfrentamento às violências contra a população negra da Grande São Pedro (Vitória-ES). Nossa metodologia de trabalho, a pesquisa-intervenção, entrelaçada ao método indiciário de Guinzburg está sendo testada desde 2005.

37

DESENVOLVIMENTO

Optamos por apresentar dados das nossas intervenções considerando o relatório do ano de 2016 enviado a Proex acrescentando as atividades deste ano. As atividades de fortalecimento da Família acontecem a partir dos diagnósticos iniciais, fazendo a escutas e elaborando propostas para que estas tenham acesso aos direitos negados e enfrentamento das violências que mais as afligem. O trabalho tem sido desenvolvido semanalmente em 2 dias na semana, em que são acolhidas em média 100 pessoas. O Projeto oferece acolhimento social (o número de desempregados é grande), atendimento jurídico (temos muitas demandas de processos que não eram encaminhados por falta de acompanhamentos, como aluguel social, pensão alimentícia, processos de envolvimento com drogas e crimes letais) e, atendimento cultural (aula de arte, dança afro, urbana e contemporânea, balé, curso de fotografia).

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

Entender esse processo em um contexto político, social e cultural dentro de uma trajetória histórica, tem nos dado pistas para compreender e construir enfrentamentos e rupturas com estes processos de violências. Várias têm sido as conquistas: as crianças a cada dia se apresentam mais fortalecidas e constantemente denunciam as violências que sofrem na escola, em casa e na rua; algumas mulheres acolhidas reconhecem que os processos que julgavam normal são violências e que necessitam ser denunciadas. No último diagnóstico que fizemos, no encerramento do semestre 2017/1, observamos

que as crianças estão valorizando a cultura negra e se afirmando dentro dessa cultura. Na atividade que fizemos com a pesquisa da boneca branca e preta, as crianças e jovens reconhecem na boneca preta atributos de beleza, inteligência e potência, antes atribuídos apenas a boneca branca o que corresponde ao um rompimento com ideologias racistas. A da educação para a diversidade étnico-racial tem sido fundamental neste processo, o trabalho com a cultura da dança e da música problematizando as violências vividas pelas famílias que acolhemos tem ampliado percepções sobre problemáticas que hoje são compreendidas como formas de violência e por isso precisam de intervenção dos próprios sujeitos orientados pela equipe. A equipe a cada dia tem buscado estudar para fazer a escuta adequada a cada problemática encontrada, pois nossa metodologia propõe ação, reflexão e ação e para entender as pistas, indícios, sinais e sintomas em cada criança, jovem e mulheres acolhidas no projeto. As parcerias com o Ministério Público, CRAS e CREAS, além das Faculdades que permitem que seus alunos façam estágio no Núcleo sócio-jurídico e cultural, têm sido importante para o acolhimento de tantas pessoas e problemas os mais diversos possíveis. Nossa maior dificuldade hoje são as questões financeiras, pois os cortes de verbas e bolsas sofridas pelas Universidades Federais, por parte do Governo Federal, têm dificultado muitas das ações que realizávamos de forma mais tranqüila e que hoje dependem de campanhas junto à comunidade.

REFERÊNCIA

GOMES, Nilma Lino . Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. Cadernos ANPAE , v. 1, p. 1-13, 2010.

GOMES, Nilma Lino . O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção de saberes. Política & Sociedade (Online) , v. 10, p. 133-154, 2011.

LOBO, Lilia Ferreira. Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro, Lamparina, 2008.

ONU BRASIL. Brasil: Violência, pobreza e criminalização 'ainda têm cor', diz relatora da ONU sobre minorias. <https://nacoesunidas.org/brasil-violencia-pobreza-e-criminalizacao-ainda-tem-cor-diz-relatora-da-onu-sobre-minorias>.

Acesso em 02-10-2017



**NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESPIRITO SANTO**

Guilhermy Pereira Duarte
Ana Caroline de Oliveira Sá
Lucas Souza Leite

INTRODUÇÃO

Fundado em 1998, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros realiza projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão referentes às questões da população afrodescendente. Buscando contribuir na luta antirracista e na efetiva aplicação da Lei 10.639/03, que determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o NEAB tem desenvolvido atividades interdisciplinares, oficinas e cursos de formação de professores.

OBJETIVOS

Desenvolver atividades interdisciplinares e cursos de formação continuada, difundir as ações sobre África e Africanidades no Brasil desenvolvidas pela Universidade.

Compor a Comissão de Avaliação do Sistema de Reserva de Vagas - dessa forma contribuindo para a implantação justa do sistema de Cotas na universidade.

Integrar grupos de estudo nas mais diversas linhas de pesquisa relacionadas à temática Afro-brasileira.

DESENVOLVIMENTO

O núcleo é composto por diversos departamentos propondo a discussão e produção de conhecimento que abarcam as linhas temáticas propostas pelos projetos que o concebe. Coordenado pela Prof.^a Dr.^a Patrícia Gomes Rufino, a estrutura interna do Neab/UFES se configura pelo Grupo Diversidade e Identidades, o Grupo de Pesquisas, Extensão sobre Jongo e o Congo no Espírito Santo e o Grupo de Estudos sobre Religiões Afro brasileiras – RELIGAFRO. Além dos grupos de pesquisa Relações Sociais, Neg@ e Mídia

e; o acesso e permanência de estudantes negros e de origem popular na UFES: caminhos para a democratização no Ensino Superior. Enquanto extensão, destaca-se o Seminário Nacional de Educação das Relações Etnicorracias e o Programa Afrodiáspora que acontece às segundas, quartas e sextas-feiras pela Rádio Universitária 104.7 FM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, podemos dizer que o NEAB representa um espaço de resistência, militância, pesquisa e produção. Se engajando no enfrentamento ao racismo, desenvolvendo atividades que promovem integração, cultura, arte, educação, ciência e que juntas cooperam para a afirmação de negros e negras na Universidade.

REFERÊNCIAS

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros. **O núcleo.** Disponível em: <<http://www.neab.ufes.br/neab>>.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 10.639/03 torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas públicas, buscando eliminar os fatores de exclusão das populações descendentes de africanos.¹

Apesar de ser predominante no Brasil, a desigualdade racial ainda está presente: os negros são minoria nas universidades brasileiras, recebem salários mais baixos e tem menos acesso à cultura.²

A escola possui diversas ferramentas capazes de promover mudanças nesse quadro, estimulando o sentimento de identidade cultural.

OBJETIVOS

O objetivo do trabalho é investigar como ocorre a socialização entre os diferentes grupos étnico-raciais em sala de aula e se há interferência ou não do projeto nas relações raciais e sociais estabelecidas e em situações de preconceito e discriminação racial.

O projeto reforçou aspectos positivos da cultura africana por meio das artes plásticas, teatro, história da literatura africana, com atividades lúdicas e danças como capoeira, rap e entre outras.

As atividades foram desenvolvidas na EMEF “Francisco Lacerda de Aguiar”, localizada em São Pedro I/Vitória, com alunos do segundo ano do ensino fundamental.

DESENVOLVIMENTO

Hora da leitura e da Arte:

Leitura da Lei nº 10.639/03: Roda de conversa, explicação dos assuntos abordados, pequenos debates a respeito de características físicas individuais;

Leitura do Livro “Bruna e a Galinha de Angola”: após a leitura, os estudantes fizeram alguns questionamentos sobre o livro, releitura da história na sala de arte, confecção da Galinha D’angola, usando materiais como: caixa de ovo, papelão, tinta guache; pintura das casas com as cores dos panôs da Galinha D’Angola, confecção dos panôs com imagem da “quem” pintado com

lápiz de cor e canetinha, papel cenário, envelope pardo, recorte e colagem; vídeo da história da Bruna e Galinha D'angola na biblioteca, confecção da “com quem” com papel cartão, papel lustroso, papel cortado em perfurador e papel cenário:



Leitura do Livro “O cabelo de Lelê”: os estudantes responderam as pergunta do livro, releitura da personagem “Lelê”, com papel chamex, lã, pintura, papel cartão, montagem de móbile;

Aula no laboratório de informática; pesquisa referente aos autores dos livros;

Filme Kirikou e a Feiticeira: após o filme os estudantes realizaram uma releitura contada com sua própria versão;

História contada de como surgiu a boneca Abayomi: confecção da boneca em sala de aula com os seguintes materiais: tecido de chita e feltro;

Dança da Capoeira: entender o verdadeiro significado da capoeira.; foi perguntado se os estudantes já haviam jogado, lutado ou dançaram capoeira, pequeno contexto de como surgiu a capoeira; escolha das musicas juntamente com os estudantes, ensaios com a professora de educação física;

IX SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS BRASILEIRAS
16 e 17 de Outubro de 2017, UFES, Vitória (ES).





CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior conquista do projeto “Brincar e aprender, tem cor?” foi transformar as relações cotidianas do aprender e brincar dos alunos, ligados ao relacionamento étnicos com o intuito de aproximar os estudantes.

O projeto persiste por mérito dos educadores que acreditam na importância de se trabalhar a história e cultura africana e afro-brasileira na escola.

Percebe-se com o projeto sinais positivos nas relações entre os

estudantes, o interesse de interagir nas atividades e o mais importante, demonstram, respeito e aceitação do outro acabando assim as brincadeiras racistas e preconceituosas entre ambos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.673 de 23 de maio de 2003**. Dispõe sobre a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/serviços.asp> – Acesso em dezembro de 2017.

IBGE. **Censo 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2010.

**DANÇA AFRO POTENCIALIZANDO A AUTOESTIMA NEGRA
AFRODESCENDENTE ATRAVÉS DAS PROBLEMATIZAÇÕES DO
PROCESSO DE REJEIÇÃO/ ACEITAÇÃO/ RESSIGNIFICAÇÃO DO CORPO
E CABELO, DURANTE A HIDRATAÇÃO CAPILAR**

Pamela Monteiro

Rosely Silva Pires

Heloisa Ivone da Silva de Carvalho

47

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe apresentar uma das experiências vividas no projeto de extensão FORDAN no enfrentamento às violências sociopolítico-históricas presentes na Grande São Pedro. Este bairro, onde são realizadas as aulas de dança afro em dois dias por semana, apresenta alto índice de crimes de tráfico, armas, munições, tóxicos, furtos, crimes letais e não letais contra a pessoa (PABLO LIRA, 2007). A turma a qual esse trabalho é realizado é composta por crianças e adolescentes, majoritariamente negrxs que sofrem influência cotidiana do racismo, machismo, sexismo, intolerância religiosa e fundamentalismo existentes em nosso sistema social vigente, provocando-nos a pesquisar e estudar numa perspectiva multi e interdisciplinar. Sendo assim, compomos o grupo de estudos e o grupo de dança do FORDAN, buscando participar de espaços organizados para enfrentamento ao racismo e nos núcleos afros, como o Museu Capixaba do Negro (Mucane).

OBJETIVOS

Problematizar o que as/os estudantes pensam e absorvem do contexto histórico das violências sofridas na/pela comunidade São Pedro e assim oportunizá-las/os novas discussões e reflexões sobre o que é imposto socialmente. Visando a autoestima negra e a valorização do cabelo e corpo afrodescendente, um dos espaços propostos é a hidratação capilar.

DESENVOLVIMENTO

O ensino da dança afro através dos parâmetros técnicos e da historicidade da dança e temas transversais pautados nos direitos humanos

caracterizam nossa atuação através da metodologia da pesquisa-intervenção. Na literatura dialogamos com Nilma Lino Gomes, Stuart Hall e vários outros autores para sintetizar a proposta. Na turma, em específico, trabalhamos com a dança afro intervindo como fortalecedora de potência, entendendo que a cultura negra sofre diversas sucatações históricas que precisam ser re/des/construídas. Através do livro “Sem Perder a Raiz: Corpo e Cabelo como Símbolos da Identidade Negra” da autora Nilma, decidimos acrescentar em nossa proposta de trabalho a utilização de hidratações capilares. Nestas aulas nos propomos a escutar e dialogar com as estudantes sobre o processo que a autora chama de rejeição/ aceitação/ ressignificação do corpo e do cabelo proporcionada pela formação de uma sociedade racista, ou seja, um sentimento de tensão e ambiguidade histórica que o negro possui com o corpo que ao mesmo tempo que rejeita ele aceita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a partir das ações realizadas pelo respectivo projeto ocorreu uma melhora significativa na potencialização da autoestima das crianças e adolescentes que no decorrer dos momentos vividos, foram revelando as suas inquietações com o cabelo e compartilhavam com o grupo gerando um significativo diálogo onde os problemas que eram somente do cabelo de uma ou um adolescente, era ressignificado por outrx e no fim se tornava apenas uma característica e não mais um problema. Além de dançarem e entenderam as apresentações como ato político que intervém através da cultural xs adolescentes, agora, acrescentavam o cabelo em todo o processo.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Adriano. O corpo reconciliado na dança contemporânea. Cadernos JIPE-CIT – Grupo interdisciplinar de pesquisa e extensão em contemporaneidade, imaginário e teatralidade. N.13-Salvador: UFBA/PPGAC, Junho de 2006.

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.2.ed. - Belo Horizonte: Autentica ,2008.376p.(Cultura negra e

Identities).

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovic; Tradução Adelaine La Gardia Resende..[et all]. Brasília: representação da UNESCO no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 434p.(Humanitas)

Érica Renata Vilela de Moraes

Dilza Côco

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta dados parciais de pesquisa de mestrado vinculado ao PPGEH/UFES, na linha de formação de professores. Integra um conjunto de investigações do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação na Cidade e Humanidades (GEPECH). Focaliza discussões sobre o potencial formativo para o ensino de Humanidades na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do museu capixaba do negro Verônica Pas (MUCANE) e outros espaços do centro de Vitória que estabelecem relação com a temática negros. Para isso partimos da análise de uma das ações realizadas no museu, a exposição *Torções*. Por meio da produção de material educativo, buscamos estabelecer diálogos da temática da exposição com outros espaços da cidade de Vitória, na região do centro, visando explorar conhecimentos numa perspectiva da formação humana integral. Assim, buscamos compreender qual o potencial educativo da cidade de Vitória para discutir, conhecer e problematizar a temática negros na EJA.

OBJETIVOS

O objetivo dessa pesquisa foi sistematizado com base em interações com uma unidade de ensino de Vitória, especializada em EJA, que privilegia anualmente atividades relacionadas a temática afro. Assim, considerando as demandas pedagógicas advindas dessa temática buscamos compreender possibilidades pedagógicas do Museu Capixaba do Negro Verônica da Pas (Mucane), para o ensino de conhecimentos da área de Humanidades na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tem por objetivo analisar contribuições da exposição *Torções*, do artista Luciano Feijão, realizada no (Mucane) no período de 15 de setembro a 27 de novembro de 2016, para estabelecer diálogos com outros espaços da cidade que tematiza a presença do negro no contexto urbano capixaba. Para isso traçamos os seguintes objetivos específicos:

- Participar de ações educativas desenvolvidas no Museu Capixaba do Negro (Mucane) relacionadas à exposição “Torções” do artista Luciano Feijão.
- Acompanhar atividades realizadas por professores e alunos da Educação de Jovens e Adultos, em uma turma de EJA, a partir de visita mediada à exposição “Torções” de Luciano Feijão;
- Elaborar material educativo sobre a exposição “Torções”, do artista Luciano Feijão, que apresente proposta educativa dialógica voltada para a Educação de Jovens e Adultos;
- Discutir com os professores da escola, campo da pesquisa, o material educativo elaborado a partir da exposição “Torções”, do artista Luciano Feijão, com a finalidade de reelaborar e validar a proposta educativa.

DESENVOLVIMENTO

No Centro de Vitória (ES) há muitos espaços, culturais, privados e públicos que tem referência com a temática do negro. Todos esses espaços ajudam a contar a história da população negra no Estado do Espírito Santo. Assim, realizamos levantamentos de espaços potencialmente educativo; o Mucane, a estátua de dona Domingas, o Memorial da abolição “Quebra dos grilhões” e a igreja Nossa Senhora do Rosário dos pretos, para abordar conhecimentos sobre a presença dos negros e suas contribuições para a constituição da cidade de Vitória.





Considerando que os objetivos dessa pesquisa colocam em conexão diferentes sujeitos, elementos e espaços que integram a cidade de Vitória (escola, museu, arte, professores, estudantes e outros) no campo da educação de jovens e adultos, nos alinhamos a autores vinculados a perspectiva crítica como Lefebvre (2001), Canevacci (1993), Paulo Freire (1993; 1996; 2006 e 2011) entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se com tal pesquisa contribuir com propostas pedagógicas que reafirmem proposições da lei 10.639/03, sobre a importância da garantia do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos educativos. Além de sistematizar/criar material educativo que apresente discussões sobre o potencial de espaços da cidade de importância histórica, étnica e de referenciais que, contemplam a vivência identitária do negro, no Centro de Vitória (ES). Acreditamos que essas reflexões podem abrir espaço para o reconhecimento e para a transformação dos envolvidos pela via da ampliação de acesso ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

CANEVACCI, Massimo. **A cidade Polifônica: Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

A TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NAS PÁGINAS DO JORNAL A GAZETA

Girley Vieira da Silva

INTRODUÇÃO

A imprensa produz discursos os quais são disseminados pela sociedade, inclusive em ambientes educacionais. Particularmente, este trabalho investiga a cobertura do jornal A Gazeta sobre a titulação de territórios quilombolas, constatando que esse processo, dada a relevância social do tema, justifica-se em ser estudado pelas questões envolvidas não só de ordem linguística ou sobre a dinâmica do campo jornalístico, mas também por sua natureza social, histórica, racial e ideológica.

53

OBJETIVOS

Este trabalho – que sintetiza parte de pesquisa em fase de desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidade da Universidade Federal do Espírito Santo – tem por objetivo analisar o conteúdo veiculado no jornal A Gazeta sobre a titulação de territórios quilombolas, com suporte nas teorias do campo jornalístico que lidam com aspectos “sociológicos” da produção das notícias, sobretudo a teoria do agendamento.

DESENVOLVIMENTO

Foram registradas 49 ocorrências (notas em colunas[8], artigos[4], entrevista[1], notícias[23] e reportagens[13]) sobre a temática ao longo de 29 anos (1988 – 2017). Interessante frisar que o tema aparece pela primeira vez no jornal somente em 16/08/1998, de forma indireta.

Em 2007 predominam ocorrências em que os atributos agendados em relação à titulação são negativos, tratando o tema como um problema para aqueles que poderiam “perder a sua terra”. Outro atributo evidenciado no ano foi o aspecto conflitivo entre as partes envolvidas. Predominam como fontes ouvidas os proprietários rurais e a empresa envolvida (15 publicações), enquanto os quilombolas figuram como fontes em apenas três oportunidades. O ano de 2013, por sua vez, demonstra a mudança no agendamento dos

atributos. Questiona-se a legalidade das terras ocupadas pela Aracruz/Fibria, a demora do Incra em dar andamento aos processos de titulação das comunidades, entre outras questões que modificam o enquadramento da cobertura.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que a construção dos significados e ideias – conforme o pensar de Lippmann (2008) – também perpassam o acesso a informações às quais a sociedade não teve contato direto. A necessidade de reelaborar a historiografia sobre a escravidão e sobre os quilombos demonstram isso. Nessa esteira, a imprensa (caso específico do jornal impresso) ocupa um papel importante nesse processo de construção de pensamento. O que implica, em termos de efeitos cognitivos a longo prazo que as matérias que foram publicadas ao longo do período estudado sobre titulação de territórios quilombolas ajudam a compor a ideia que a sociedade tem ou terá sobre o tema.

Sobre os fenômenos observados nessa cobertura, o número de matérias com acentuação de atributos negativos sobre o processo titulatório, bem como a presença maior de fontes contrárias nas matérias observadas, especialmente no ano mais representativo em termos de efeitos da *agenda-setting* (2007),

indicam que entre os afetados no processo de titulação (quilombolas e proprietários das terras que estão dentro dos territórios indentificados pelo Incra) há desequilíbrio no acesso ao campo jornalístico. Observa-se ainda que as matérias em que os quilombolas figuraram como fonte exclusiva tinham como motivação [negativa] protestos, entre os quais o fechamento de BRs e/ou a ocupação da sede do Incra para reivindicar seus direitos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. **A educação do negro na comunidade de Monte Alegre-ES em sua prática de desinvisibilização da cultura popular negra**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

BENTES, Ivana. **Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolítica**. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. “Donos do lugar”: a geo-grafia negra e camponesa do sapê do norte-ES. **Revista Geografares**. Vitória, n. 8, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article>>. Acesso em: 21 set. 2016.

FILHO, João Bernado da Silva; LISBOA, Andrezza. **Quilombolas: resistência, história e cultura**. SP: Ipeb, 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**. SP: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia**. SP: Paulus, 2008.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (Org.) **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. RJ: ABA, 2016.

SILVA, João Marques da. **De onde nois vei, prá onde nois vai?**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) -, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2015.

MACIEL, Cléber. **Negros no Espírito Santo**. Vitória: Ufes, 1994.

MAGALHÃES, David Castro de. **Agenda-setting e internet: tendências e**

perspectivas de pesquisa. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – UNB, Brasília, 2014.

MARTINUZZO, José Antônio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória: Departamento de Imprensa Capixaba, 2005.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MORAES, Dênis de. (Org.). **Mídia, poder e contrapoder**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1999.

OSÓRIO, Carla; BRAVIN, Adriana; SANTANNA, Leonor de Araújo. **Negros do Espírito Santo**. São Paulo: Escrituras, 1999.

SANTOS, Simone Ritta dos. **Comunidades Quilombolas: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira**. Porto Alegre: EdiPucRS, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

RELAÇÕES RACIAIS, EMOÇÕES E AÇÕES NO COTIDIANO ESCOLAR

Thalita Rezende

INTRODUÇÃO

Esta é uma Pesquisa de Iniciação Científica Júnior qualitativa de cunho etnográfico em desenvolvimento com uma equipe de oito estudantes do oitavo ano do Ensino Fundamental em uma escola municipal da rede de Vitória (ES). Estamos vivendo a Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024) instituída pela ONU a fim de homenagear os povos de ascendência africana e enfatizar a necessidade de medidas concretas para o combate ao racismo e à desigualdade racial. Diante desse cenário e conforme estabelecido pela lei 10.639/03 e sugerido pelos PCNs LE/98 este estudo tem como foco a investigação e reflexão crítica sobre relações étnico-raciais e pertencimento racial no ambiente escolar. É uma pesquisa inserida no campo da Linguística Aplicada Crítica (Rajagopalan, 2013), especificamente no âmbito da Educação Crítica em Língua Estrangeira (Pennycook, 1998; Ferraz, 2015) que busca compreender o papel da linguagem na constituição dos sujeitos e das relações sociais.

57

OBJETIVOS

O objetivo geral é compreender como as relações étnico-raciais são construídas por meio da linguagem e problematizar a constituição dos sujeitos em relação a seu pertencimento racial, suas emoções e ações na escola (Maturana, 2009).

DESENVOLVIMENTO

Este estudo vem sendo desenvolvido desde agosto e inicialmente apresentamos a proposta e convidamos a comunidade escolar a participar da pesquisa. Estamos coletando dados há um mês por meio de observações, notas de campo e entrevistas. A seguir, apresentamos alguns dados coletados pelas pesquisadoras Amanda Theophilo e Ana Silvia Carvalho:

19/09 - Conversei com um grupo de meninos e perguntei a eles se eram amigos e um deles disse: “somos todos amigos, eu sou o chocolate preto, ele é

o chocolate branco, ele é o caramelo, e ele é o chocolate preto também”. Perguntei para o menino denominado “chocolate branco” se ele se sentia mal por conta do apelido, ele disse que não porque eles eram amigos. Perguntei para o menino denominado “chocolate preto” se ele se sentia mal por conta do apelido ele disse que se sentia triste e diferente.

19/09 - Conversei com duas meninas e perguntei se elas gostavam da escola, a menina negra falou que não porque os colegas fazem *bullying* com ela chamando-a de cabelo de “bombriil”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corroboramos com Munanga (2005) ao apontar a “educação como estratégia na luta contra o racismo” (p.18) e estamos certos de que a educação tem um papel primordial no debate de questões sociais, éticas e cidadãs e na contribuição para uma sociedade mais justa. Além disso, concordamos com Forde, Venerano e Neves (2010, p.9) ao afirmarem que “as permanentes práticas pedagógicas que produzem racismo contra aluno(as) negros(as), as coisas que são ditas e que se silenciam sobre os afro-brasileiros, necessitam de permanente intervenção”. Por tudo isso, preocupados com esse cenário no qual estamos inseridos, e na tentativa de propor um estudo interventivo sobre questões étnico- raciais no cotidiano escolar da rede municipal de Vitória, apostamos nesta pesquisa como uma proposta de debate científico que poderá se estender às demais instituições escolares do município e do estado.

REFERÊNCIAS

- ABRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental - Língua Estrangeira*. Brasília: MEC, 1998.
- CAVALLEIRO, E. (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. Selo Negro Edições: São Paulo, SP, 2001.
- FERRAZ, D. M. *Educação crítica em língua inglesa: neoliberalismo, globalização e novos letramentos*. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2015. v. 1. 174p.
- FERREIRA, A.P. *Formação de professores raça/etnia: reflexões e sugestões de materiais de ensino em português e inglês*. Cascavel: Assoeste, 2006.
- FORDE, G.; VENERANO, I.; NEVES, Y. *A Educação Anti-racista*. Núcleo de

Currículo, Centro de Estudos Afrodescendentes. SEME, PMV, ES, 2010.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MATURANA, H. *Emoções e Linguagem na Educação e na Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MUNANGA, K. (Org.). *Superando o Racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PENNYCOOK, A. A lingüística aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M. C. (Org.). *Lingüística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 23-49.

**UM ENCONTRO PRECIOSO ENTRE TECER E CONTAR A HISTÓRIA DA
ABAYOMI: PRÁXIS PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO DE INICIAL DE
PROFESSORES NO CURSO DE PEDAGOGIA- VITÓRIA 2017**

Geisa Hupp Fernandes Lacerda

Maria Dirce Barcelos

60

INTRODUÇÃO

No contexto educacional brasileiro, principalmente na esfera pública, nunca foi tão necessário debater sobre a educação étnico-racial na formação inicial de professores principalmente partindo da Lei 10.639/2003, que tece dialogar com as práticas inclusão aos pressupostos da Cultura Afro-brasileira. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) (2014), em levantamentos feitos os negros (pretos e pardos) eram a maioria da população brasileira em 2014, representando 53,6% da população brasileira, desse modo com a maioria da população negra, torna-se fundamental na formação inicial de professores debater sobre práticas antirracistas e promover o debate referente ao resgate da Cultura Afro-brasileira e matriz Africana.

Partindo deste paradigma o trabalho que ora é apresentado é fruto de um trabalho desenvolvido com discentes em formação inicial no curso de Pedagogia de uma instituição privada localizada no município da Serra-ES, na disciplina de Fundamentos Teóricos e Artísticos, o presente ensaio traz a narrativa da Oficina da construção da Boneca Abayomi, buscando traçar um paralelo teórico e prático, reafirmando a contribuição social, cognitiva e artística que os negros (as) trouxeram para o Brasil. Este resgate tem como objetivo mediar uma contraconduta do conhecimento eurocêntrico perpetuado na academia. Neste sentido este ensaio retrata a importância da formação de professores em licenciatura no curso de Pedagogia transgrida para além das esferas etnocêntricas galgando caminhos para a formação inicial fomentando a história da cultura Afro Brasileira no âmbito interdisciplinar como aporte teórico e prático fundamental para desconstrução de práticas racistas, respaldado na Lei 10.639/2003, propiciando profundas reflexões, debates e construções das práxis na academia.

OBJETIVOS

Geral: Descrever a práxis e vivência educativa/coletiva na oficina pedagógica de construção reflexiva de bonecas Abayomi, que articula o princípio da prática/ teoria/ estética como perspectiva de apreciar novos debates promovendo a (re) construção de novos saberes/fazeres referentes a Cultura Afro-brasileira e como este conhecimento precisa ser desvelado na formação inicial dos licenciados de pedagogia.

Objetivos específicos : Dialogar com discentes do curso de pedagogia em processo de formação inicial, através da oficina teórico e pratica da boneca Abayomi, mover a práxis que potencializem a formação de professores mediando saberes e fazeres em sua construção do ser/professor/criativo/critico.

Desenvolver o aperfeiçoamento da formação inicial, promovendo e apoiando a execução de atividades dos docentes que envolvam através da proposta interdisciplinar, práticas pedagógicas voltadas à política de inclusão social mediando/potencializando a formação numa vertente que combata práticas racistas.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa constitui-se de uma investigação qualitativa com base no Relato de Experiência, partindo do exposto a oficina de Boneca Abayomi foi aplicada para o quarto período de Pedagogia de um Centro Universitário privado localizado no Município da Serra-ES, na disciplina de Fundamentos Teóricos e Artísticos.

No primeiro momento a base desta oficina foi entrelaçado a fundamentação teórica de textos que processa a importância histórica, cultural e artística da boneca Abayomi a mesma como símbolo de resistência e empoderamento feminino. A segunda fase fundamental em forma de roda de conversas contou com diálogo profundo para agregar a formação de professores em fases iniciais, sobre o que conhecemos sobre a cultura afro-brasileira? Qual o uso didático pedagógico da boneca para além de brinquedo? Quais os possíveis diálogos possíveis partindo da boneca Abayomi? racistas, reproduzidas por uma sociedade. No terceiro momento fundamentamos a Oficina na construção da boneca com o paradigma epistemológico teórico e

artístico. Partindo dessas ações houve várias quebras de paradigmas eurocêntricos como: tirar o mito da demonização da Abayomi, sua associação a processo de Magia, resgatar sua construção e relevância na história, arte, cultura e memória e a necessidade de apresentar um pouco da mitologia Africana. Ao tecer a Abayomi na oficina desamarramos uma série de preconceitos e práticas pós-colonial eurocêntrica.



Foto 1- Discentes de Pedagogia Na oficina de boneca Abayomi.



Foto 2- Oficina de Abayomi com as crianças.

O quarto momento foi marcado no qual os discentes do curso de

pedagogia planejaram uma oficina de Abayomi para crianças na faixa etária de 04 até 10 anos, recebendo as mesmas no Centro de ensino Superior localizado na Serra-ES. Notório ressaltar que as crianças ficaram encantadas com a construção e história da boneca, ao construir juntamente com as graduandas, possibilitando o resgate da história, cultura e memória.

Essa oficina possibilitou a formação do professor sendo perpetuada para crianças de faixas etárias distintas, onde as falas e trocas desde das crianças aos discentes em formação inicial possibilitaram um momento de um novo saber/fazer da cultura afro-brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com as discentes do quarto período teve como proposta (des) construir alguns aspectos fundamentais da construção do saber historicamente acumulado partindo da visão eurocêntrica, mostrando a importância e contribuição de negros (as) para do nosso País e reafirmação da cultura, memória, arte e tantas outras áreas de conhecimentos retrata a vivência/relatos da oficina os resultados partindo desta etapa de formação no contexto de teorizar e construir a Abayomi. Como símbolo de resistência e memória dialoga com também atuação desses discentes de Pedagogia ministrando uma oficina da boneca Abayomi para crianças numa práxis de ampliar o conhecimento através de um contexto lúdico/histórico/artístico e cultural. Com isto é notório destacar que até aqui houve traço de Movimentos negros, que ampliou a visibilidade, galgou novos horizontes, até a esfera da academia e outros espaços a Lei 10.639/2003 é uma possibilidade de abertura para novos debates, fazeres e saberes.

Sendo assim, o curso de Pedagogia entrelaçar práxis que envolvam o debate antirracista e fundamental para construção de novos saberes e fazeres .A formação inicial é um caminho em uma estrada que demanda profundos debates e articulações, mais esta iniciação é uma proposta, uma possibilidade de mudança na esfera das relações étnico-raciais a partir da formação inicial docente, buscando a verdadeira história da negritude.

REFERÊNCIAS

ABRBRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº**

9394/96.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>.

_____. IBGE - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** -2014. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/pnad/2014>.

GOMES, Nilma, L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre as relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos).

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OLIVEIRA, Soares Fernanda. **Amarrando tecidos e desatando preconceitos: bonecas Abayomi como estratégia de ensino-aprendizagem da história e cultura africana.** Disponível em: <http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais>. Acesso em 02 de Julho de 2017.

OSTETO, Luciana; LEITE, Maria Isabel. **Arte, infância e formação de professores:** autoria e transgressão. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

PROJETO SANKOFA: DESCONSTRUINDO O RACISMO E DENEGRINDO A ESCOLA

Sara Alves da Costa

INTRODUÇÃO

O histórico de invisibilidade e desigualdade étnico-racial é notório no Brasil. Para se promover a equidade étnico-racial, urge a necessidade de se combater o racismo estrutural e estruturante em todos os espaços sociais. É mister reconhecer então que, dentre muitas instituições sociais, a escola não está isenta dos efeitos do racismo. Ao contrário disso, a educação brasileira teve um papel central na construção do imaginário social racista e ainda, nos dias atuais, vem reproduzindo tal prática. Considerando isso, a Lei 10.639/2003 composta a partir das forças sociais dos movimentos negros em prol da desconstrução de uma herança racista, tem como objetivo central a valorização das diferentes etnias que formaram a nação, contrariando o legado eurocêntrico ainda persistente na educação. A Lei 10.639/2003 dar a essas instituições os subsídios para que a educação para as relações étnico-raciais seja posta em prática, uma vez que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica.

OBJETIVOS

Considerando o exposto acima, o presente trabalho consiste no relato de experiência sobre a implementação do projeto “Projeto Sankofa: Desconstruindo o racismo e denegrindo a escola” na EEEM Professor Fernando Duarte Rabelo, situada na capital capixaba Vitória, no ano letivo de 2015, pois, entendemos que compartilhar práticas pedagógicas contribui para a promulgação de ações viáveis que tenham como enfoque a promoção da equidade étnico-racial.

DESENVOLVIMENTO

O projeto foi norteado pelo tema Promoção da igualdade étnico-racial na escola em cumprimento da Lei 10.639/03 e se organizou em três eixos: desmistificando a democracia racial no Brasil; pensando sobre a exclusão e as

oportunidades do povo negro na sociedade brasileira; valorizando as identidades e a cultura afro-brasileira. Para tanto, foram realizadas as seguintes atividades:

1. Cineclube: Problematizar a representação de negras e negros nas telenovelas brasileiras através da exibição do documentário *A Negação do Brasil* (2000) de Joel Zito Araújo.
2. Observatório de imprensa: Analisar como se apresenta as ideologias racistas nas mídias perpassando o imaginário social a respeito da população negra.
3. Aulas expositivas dialogadas: Abordar os conceitos de preconceito, discriminação, racismo, etnicidade, desigualdade, protagonismo dos afro-brasileiros na formação étnico-cultural do país entre outros.
4. Palestra sobre ações afirmativas: Expor questões sobre o histórico de implementação das cotas raciais, seu funcionamento na UFES e a problemática da falsa autodeclaração racial a fim de fraudar as costas.
5. Visita à comunidade quilombola: Entender a importância dos quilombos como símbolo de resistência na luta contra a escravidão e racismo no Brasil e, assim, enriquecer a abordagem sobre a temática em sala de aula.
6. Estudos Dirigidos: Orientar os alunos e as alunas com questões indispensáveis para a compreensão de temas e conceitos.
7. Palestras sobre religiões de matriz africana: Desconstruir a intolerância presente no discurso de muitos(as) estudantes e ampliar seu conhecimento sobre o tema
8. Pesquisa sobre a mitologia dos orixás: Desconstruir a intolerância presente no discurso de muitos(as) estudantes e ampliar seu conhecimento sobre o tema
9. Culminância – Mostra artística: reverberar esse processo de transformação de mentes às demais turmas da escola através de uma atividade final que pudesse sensibilizar desde alunos(as) bem como o corpo pedagógico da escola a respeito da questão negra no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

O “Projeto Sankofa: Desconstruindo o racismo e denegrindo a escola” o projeto se mostrou uma prática de ensino importante para que estudantes em

formação problematizassem melhor acerca da realidade social brasileira, refletissem sobre a necessidade urgente da construção de conhecimentos e de posturas que visem uma sociedade com equidade. Os(as) estudantes puderam assimilar a temática através de diversos recursos didáticos, tais como aulas expositivas dialogadas, cineclubes, observatórios de mídias, palestras, oficinas, etc. O processo de participação das alunas e alunos possibilitou a produção de diversos materiais pedagógicos que culminaram numa Mostra Artística salientando novos saberes quanto à diversidade étnico-racial brasileira.



Mural produzido pela equipe PIBID/CSO/UFES após atividades do cineclube



Atividade artística produzida pelos(as) estudantes após palestra sobre religiões de matriz africana



Visita de Campo à Comunidade Quilombola Monte Alegre



Mostra artística – Grupo Dandada



Mostra artística – Grupo Exé Baba



Mostra artística – Grupo Emicida

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “Projeto Sankofa: Desconstruindo o racismo e denegrindo a escola” o projeto se mostrou uma prática de ensino importante para que estudantes em formação problematizassem melhor acerca da realidade social brasileira, refletissem sobre a necessidade urgente da construção de conhecimentos e de posturas que visem uma sociedade com equidade. Os(as) estudantes puderam assimilar a temática através de diversos recursos didáticos, tais como aulas expositivas dialogadas, cineclubes, observatórios de mídias, palestras, oficinas, etc. O processo de participação das alunas e alunos possibilitou a produção de diversos materiais pedagógicos que culminaram numa Mostra Artística salientando novos saberes quanto à diversidade étnico-racial brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jurandir de Almeida; GIUGLIANI, Beatriz. **Por uma Educação das Relações Étnico-Raciais**. # Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, v.3, n.1, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.**

Brasília: Secretária da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**. vol. 29 nº.1. São Paulo. Jan./June 2003.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista:** caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 – 62.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico raciais no Brasil.** *Educação*. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

Alexsandra E. Quadra

Marilza. Da P. Falcão

Ruth G. Pederzini

INTRODUÇÃO

Diante de relatos como: "Não gosto do meu cabelo, não gosto da minha cor", "tenho vergonha da minha mãe por causa dela ser negra", é que surgem a necessidade de trabalhar as questões étnico culturais dentro da escola EMEF "Rubem Alves" do município de Serra-ES. O desafio de ensinar e explicarmos que também somos frutos desses elementos étnico-culturais, que contribuíram de várias maneiras para a formação da sociedade brasileira, não são tarefas fáceis. Mas um dos nossos apoios vem da Lei 10.639 de 2003 que incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (BRASIL,2003).

Daí surge à ideia de trabalhar a aceitação da raça e da cor, de modo prazeroso com as crianças, através de brincadeiras, pois acreditamos que desde cedo as metodologias educacionais devem estar voltadas para o espírito de alegria e o jeito de ser individual de cada educando, tudo isso que esta contido em cada ser humano que se encontra em fase de desenvolvimento da aprendizagem, pois nesta fase, tanto o aprendizado como tudo que está a sua volta, representa uma aventura. Para alcançarmos os objetivos desejados tivemos como base vários autores como: BENJAMIN,1984; COELHO, 2001;FILHO, s & HONORA, 2010; MACHADO, 2012; MARCONDES,1997; PEREIRA, 2012 dentre outros..

OBJETIVOS

GERAL

Trabalhar questões étnico raciais através de brincadeiras e da leitura e releitura de livros africanos.

ESPECÍFICOS

Trabalhar o hábito da leitura e releitura de livros africanos;

Analisar a existência de atitudes racistas no âmbito da Escola Municipal Rubem Alves de Serra ES;

Buscar desenvolver a escrita através de produção de textos utilizando as brincadeiras africanas;

Promover o crescimento do aluno como ser crítico;

Oferecer aos alunos conhecimentos que lhes permitam buscar a superação do racismo e preconceito;

Promover a vivência afro descendente através da dança e movimentos de capoeira;

Estimular o respeito aos direitos humanos e exclusão de qualquer tipo de discriminação

DESENVOLVIMENTO

Trabalhar questões etnicorraciais no âmbito escolar sempre foram alvos de questionamentos pois muitos acreditam não existir preconceitos raciais em pleno século XXI, porém estão enganados nossas crianças, adolescentes, jovens e alguns adultos são alvos do chamados preconceito oculto. A partir do pressuposto anterior que surgiu a ideia de trabalhar o protagonismo e o senso crítico das crianças da E.M.E.F. “Rubem Alves” de modo a conduzi - lás conhecer um ato de preconceito e de respeitar o outro independente de sua raça, cor, etnia ou religião, mas para isso buscamos nas brincadeiras o caminho para alcançarmos tais objetivos, mas para obtermos êxitos pesquisamos vários autores como Benjamin (1984) que afirma que através da ludicidade é possível evoluir, de forma progressiva na formação de futuros cidadãos mais críticos, criativos e participativos, pois, ao interagir durante esse tipo de atividade o indivíduo promove sua socialização experimentando situações diversificadas e através dessas experiências é que se aprende.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho nos leva a refletir sobre nossos métodos de ensino de modo significar e ressignificar um determinado conhecimento. Mesmo existindo leis que exigem abordagens acerca das questões etnicorraciais, deveriam também existir mecanismos dos quais capacitem os professores para que assim os mesmos consigam apresentar aos seus alunos o outro lado da história dos quais não nos foram apresentados ainda nos livros didáticos. Nós educadores temos a missão de ensinar e conduzir nossos alunos de modo a despertar o lado crítico sobre a História do Brasil, mas como realizar esse trabalho utilizando apenas um tipo de livro didático ou seja usando uma única

versão dos fatos.

Através desse projeto desenvolvido foi possível percebermos a sede por conhecimento apresentada por nossos educandos acerca das questões etnicorraciais, percebemos que isso só se tornou possível após a inserção deste projeto. A prática de ensino objetivou neste projeto promover uma educação ética, voltada para o respeito e convívio harmônico com a diversidade e constatamos que esse objetivo foi alcançado com êxito e isso ocorreu de um modo lúdico, alegre e dinâmico.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

COELHO, Raquel. **Berimbau**. São Paulo, Ática, 2001.

FILHO, Antonio Jonas Dias & HONORA, Márcia. **Africanidades: Jogos, Brincadeiras e Cantigas**. São Paulo, Ciranda Cultural. 2010.

_____. **Africanidades: História dos Africanos no Brasil**. São Paulo, Ciranda Cultural. 2010.

_____. **Africanidades: Atualidades em Africanidades**. São Paulo, Ciranda Cultural. 2010.

BRAISIL. Lei 10.639 DE 2003 - Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm > Acesso: 15/jul/2017

MACHADO, Ana Maria & Claudiuns. **Uma Gota de Mágica**. São Paulo, 10^o edição. Salamandra. 2012.

MARCONDES, D.. **A crise de paradigmas e o surgimento da modernidade**. In: BRANDÃO, Z. (Org.). **A crise dos paradigmas e a educação**. 4^a edições. São Paulo: Cortez, 1997.

PEREIRA, Olga Maria Lima. **A dor as cor: Reflexões sobre o papel do negro no Brasil**. Cadernos Impondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

PEREIRA, Olga Maria Lima. **A dor as cor: Reflexões sobre o papel do negro**

no Brasil. Cadernos Impondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

ROCHA, M.S.P.M.L. Da. **A atividade lúdica, a criança de 6 anos e o Ensino Fundamental**. Revista Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, 2009.

URBIM, Carlos. **Saco de Brinquedos**. São Paulo. Projeto. 2009.

Filmes:

A África que nunca vimos, ou que ninguém nos mostra. 2008

<https://www.youtube.com/watch?v=3vllE0-Xuo0&feature=related>

BRINCADEIRAS AFRICANAS. 2015

<https://www.youtube.com/watch?v=eG5YdmOOak4>

INFLUÊNCIA DOS SABERES AFRICANOS NA CULTURA LÚDICA BRASILEIRA

<https://www.youtube.com/watch?v=tR3yJqi97Bg>

KIRIKU E A FEITICEIRA Filme Completo Dublado Brazil Finale Dvix 480p.2006

<https://www.youtube.com/watch?v=ydqp8S9bBgk>

KIRIKOU 2 OS ANIMAIS SELVAGENS --desenhos animados em português completos.

<https://www.youtube.com/watch?v=5gf-NhZZ3PU>

Besouro Filmes Completos - Ação | Nacional. Povo axé. 2009

<https://www.youtube.com/watch?v=oVqgSjncNf0>

Musicas:

Música Infantil, Cantiga de Roda.

https://www.youtube.com/watch?v=PHy2iqh_pAq

Roda Africana - DVD As Melhores Brincadeiras da Palavra Cantada - Palavra Cantada

<https://www.youtube.com/watch?v=QjlmRDk9ktI>

APROXIMAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: NARRATIVAS SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO - RACIAIS A PARTIR DE WALTER BENJAMIN

Carlos Fabian de Carvalho

Mara Pereira dos Santos

INTRODUÇÃO

Assumindo como referência os escritos de BENJAMIN, DI GIORGI, FERREIRA, GOMES, ARAUJO e outros pesquisadores, este trabalho suscita um conjunto de indagações acerca dos processos de implementação da lei nº 10.639/03, bem como do papel dos(as) educadores(as) na construção de uma escola antirracista. Reconhecendo as articulações existentes entre as práticas pedagógicas desenvolvidas na educação de jovens e adultos, e a educação infantil, o artigo, de maneira transversalizada discute a partir dos conceitos de narrativa, experiência e infância dos deserdados a importância de política de formação docente e de uma política de currículo que assumam a perspectiva antirracista como princípios orientadores.

Embora muitas vezes pesquisadas e debatidas separadamente, a educação infantil e a educação de jovens e adultos apresentam-se intrinsecamente articuladas em função dos vínculos afetivos que perpassam os sujeitos do processo educativo. Não é possível o fazer pedagógico na educação infantil sem o diálogo permanente com os responsáveis legais (jovens e adultos) pela infância, da maneira que ao reconhecermos os educandos da educação de jovens e adultos como sujeitos de direito, não podemos desconsiderar sua condição de pai, mãe, avó, tia ou cuidador (a) da infância

OBJETIVOS

Discutir as práticas racistas que emergem na escola, a partir das narrativas interligadas de educandos(as) matriculados na educação infantil e na educação de jovens e adultos;

Problematizar a partir dos conceitos de narrativa, experiência e infância dos deserdados a importância de política de formação docente e de uma política de currículo que assumam a perspectiva antirracista.

DESENVOLVIMENTO

Nossas narradoras são mulheres jovens, adultas e idosas e crianças matriculadas em escolas públicas localizadas em diferentes territórios da cidade de Vitória, que em sua maioria se autodeclara como pardos(as) ou negros(as) e que trazem as marcas das inúmeras experiências de racismo historicamente sofridas para os diferentes espaços de aprendizagens nas escolas. Deserdadas, que retiram de suas escutas, de suas próprias experiências e narrativas, esses sujeitos de direito percebem que a escola apresenta-se paradoxalmente como espaço de legitimação e enfrentamento da cultura racista. Neste sentido, para construção deste artigo nos apoiamos nos estudos de DI GIORGI, FERREIRA, GOMES, ARAÚJO e outros pesquisadores, que nos possibilitaram reflexões acerca do papel dos(as) educadores(as) e, principalmente, possíveis movimentos em direção a uma escola menos excludente e embranquecedora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com a lei 10.639/2003 em vigor há 14 anos e a elaboração de documentos orientadores pelo ministério da educação, como as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o kit A Cor da Cultura, é comum constatarmos que o desenvolvimento de ações afirmativas nas escolas, quando tratadas, ainda acontece de maneira pontual, restrita a alguns professores e muitas vezes com foco na história da escravidão e não do negro.

A transversalidade da temática é urgente e para que isto ocorra, torna-se necessário que a educação antirracista seja um dos princípios orientam os projetos políticos pedagógicos dos centros municipais de educação infantil e escolas de ensino fundamental. A escuta, registro e socialização de suas narrativas consistem em valiosas fontes de estudos para diferentes gerações,

mas para a valorização destas(es) narradoras(es), torna-se imprescindível a garantia de uma política de formação docente, a criação das secretarias de educação de centros de estudos africanos e afro-brasileiros, programas de incentivo à pesquisa para os(as) educadores(as) que atuam na educação básica é fundamental para o reconhecimento das culturas dos povos negros.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marlene de; GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais na educação infantil. In: BORGES, Roberta Rocha; REIS, Magali. **Educação infantil: arte, cultura e sociedade**. Curitiba: CRV, 2016.

BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa; RODRIGUES, Alexsandro. Currículos e direitos humanos: encontros plurais entre práticas culturais. In: BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa; RODRIGUES, Alexsandro; SISS, Ahyas.(Orgs.). **Africanidades: produções identitárias e políticas culturais**. Vitória: EDUFES, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v.1). **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.s.], 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

DI GIORGI, Flávio Vespasiano. Benjamin e a militância da memória. In: BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

FERREIRA, Marcelo Santana. Uma varanda na África: quando o corpo é também continente. In: KRAMER, Sônia; SOUZA, Solange Jobim e. (Org.). **Política, cidade, educação: itinerários de Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2009. pp. 128-148.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane dos Santos.(Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA SERRA/ES.

Hileia A. de Castro

Giovanna de P. Guimarães

INTRODUÇÃO

O presente estudo toma como objeto de pesquisa o curso **“Educação, Relações Etnicorraciais e Diversidade: diálogos necessários”** que anualmente é ofertado aos professores da rede municipal da Serra pela Coordenação de Estudos Étnico-raciais da secretaria de educação deste município.

O citado curso tem por objetivo suprir uma deficiência evidente na maior parte das licenciaturas nas quais são formados os professores da rede municipal da Serra, qual seja, a inexistência de disciplina que trabalhe a temática étnico-racial na graduação.

Concordamos com Imbernón quando afirma que é necessário descobrir outras maneiras de o professor ver a educação e interpretar a realidade. Situando-o enquanto sujeito do conhecimento e da reflexão sobre o conhecimento. O curso possibilita que os professores ressignifiquem suas práticas acerca das questões raciais

OBJETIVOS

Entender o modo como os professores se apropriam desse espaço de reflexão e intercâmbio das práticas pedagógicas;

Identificar como os professores após estudarem a respeito das questões étnico-raciais participam do debate e intervêm na ocorrência de práticas racistas e discriminatórias no cotidiano da escola;

Explorar, como os educadores, atuam de modo apropriado de abordagem da temática das questões raciais em sala de aula;

Analisar a formação contínua integrando os professores em atividades pedagógicas e na construção de práticas educacionais de inclusão.

DESENVOLVIMENTO

O curso tem carga horária de 180h com disciplinas que abordam desde a construção das políticas públicas de Ações Afirmativas, Juventude negra e a Educação em Direitos Humanos a construção do racismo, conceitos e definições, movimento negro e relações etnicorraciais no Brasil Contemporâneo passando pela geografia africana, a metodologia acerca da igualdade racial na sala de aula, a estética negra e indígena nos meios de comunicação de massa, a história africana e afro-brasileira e as religiões de matrizes africanas.

O cursista deverá apresentar e desenvolver na unidade de ensino que trabalha, um projeto de intervenção pedagógica, com foco num determinado tema relativo à relações étnico-raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira conclusão a que chegamos é que o curso, que se repete anualmente, não supri as deficiências das licenciaturas por atingir anualmente 100 professores em uma rede de 6500 profissionais da educação.

No entanto, observamos que mudanças significativas ocorrem no cotidiano escolar e no modo como o professor atua no ambiente escolar tornando-se um multiplicador das ideias e práticas desenvolvidas durante o curso.

O aumento do número de denúncias relativas a racismo nas escolas evidencia uma intervenção ativa nas práticas racistas na escola.

A variedade de trabalhos com literatura infantil e infanto-juvenil, jogos africanos seja de tabuleiro ou nas quadras em educação física, nos deixa uma certeza de que o curso faz diferença sim. Faz diferença porque está centrado na escola e no professor enquanto intelectual que produz e reflete sobre sua produção.

Concluindo, quatro de nossos professores tiveram seus pôsteres aprovados neste evento. Cremos ser suficiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação.

FUSARI, José Cerchi; FRANCO, Alexandre de Paula. A formação contínua como um dos elementos organizadores do Projeto político pedagógico da escola. SALTO PARA O FUTURO. Boletim 13, agosto 2005.

Cadernos PENESB. Revista do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira Faculdade de Educação – UFF. **Especial Curso ERER.** Niterói n. 12 p. 1-390. 2010.

GARCIA, C.M. **Formação de professores:** para uma mudança educativa. Portugal: Porto, 1999.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** <http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/641-of1-st1.pdf>. acesso em 20/05/2014.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

MARTINEZ, Paulo. **Brasil e África:** Uma ponte sobre o Atlântico. (Coleção Polêmica) 1.ed. São Paulo: Moderna, 1993.

MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre as políticas de ação afirmativa no ensino superior. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza (Org.). **O negro na Universidade:** o direito à inclusão. Brasília: Fundação Palmares, 2007. p.7-19.

UNESCO. **História Geral da África.** Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2010. 8v. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese-1/>.

XEQUE-MATE AO RACISMO DENTRO DO AMBIENTE ESCOLAR

Eliane Alves da Vitória Simões

Gisely Adriana Flor

Josiani Pacheco Miranda

INTRODUÇÃO

O presente projeto traz como proposta o estudo da história da África e da cultura afro-brasileira como Também suprimir o racismo no ambiente escolar em referência a Lei federal 10.639/2003. Lei esta que propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira, com o objetivo de debater o preconceito, o racismo e a visibilidade deste universo cultural, este sugere que o professor em sala de aula ressalte esta cultura sendo como constituinte e formadora da sociedade como um todo, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos. Em nossas raízes culturais temos a forte presença do negro, e devido à posição desigual que a raça negra se encontrava, nunca houve a valorização e nem o aprofundamento do estudo desse povo que muito contribuiu para a formação da identidade nacional. O discurso em torno do racismo é uma questão de grande embate na sociedade brasileira que, apesar de ter uma população miscigenada esta, não se mostra evidente e, ocorre sutilmente por estar enraizado na sociedade desde os tempos da escravidão, o projeto surge então com a ideia de clarificar os alunos a assumirem uma postura ética e responsável diante da diversidade cultural e que eles venham a abominar qualquer tipo de manifestação racista dentro ou fora de seu convívio.

OBJETIVOS

Desenvolver a capacidade de compreensão crítica da realidade e adquirir a sensibilidade para perceber os próprios valores e sentimentos e ainda utilizá-los criticamente enquanto procedimentos de educação moral. Reconhecendo e assimilando valores morais que podemos entender como universalmente desejáveis e constatar informações relacionadas à problemática apresentada que possam ter relevância para explicitar valores.

Discutir a questão racial, bem como as relações que existem entre as

classes sociais. Possibilitar conhecimentos e vivências que cooperam para que se apure qualquer tipo de injustiças, discriminação e manifestações de preconceito que recaiam sobre si mesmo, ou que venha a testemunhar, desenvolvendo atitudes de repúdio a essas práticas. Estimular a participação de todos os alunos, expressando suas opiniões e sentimentos, como também a capacidade dialógica, a tolerância e a participação democrática. Discutir o preconceito e a discriminação racial em nossa sociedade e através da problemática abordada pelo filme desenvolver nos alunos a necessidade de valorização e respeito aos negros e à cultura africana. Nossa proposta pretende uma ação educativa cujo objetivo central é o desenvolvimento do sujeito moral e sua mudança de comportamento frente a estas questões.

DESENVOLVIMENTO

Será abordado com os alunos o Planeta Terra e os Continentes que o compõem, depois enfatizar o continente africano (mapa), e propor uma conversa acerca deste, explicando que o mesmo se divide em cinco regiões assim como o Brasil. Após ter este conhecimento do continente e como viviam os africanos antes de chegarem ao Brasil, vamos então partir para a chegada deles no nosso país. Utilizar o livro didático com objetivos claros que os alunos reconheçam a presença da cultura africana no Brasil, as diferentes maneiras de resistência deste povo contra a escravização. Formar grupos que pesquisaram as regiões do Brasil e a presença da cultura africana, os alunos irão confeccionar junto com a professora um mapa gigante do Brasil, com as informações pesquisadas. Depois serão convocados a assistir uma curta metragem “O xadrez das cores”, após o filme utilizar textos sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos documento básico das Nações Unidas, assinado em 1948; Estatuto do Idoso aprovado em 2003; O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – instituído em 1990; O Código Penal, Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989 e o que ele diz sobre o racismo, discutir o artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988; Levando o aluno a uma melhor compreensão acerca do vídeo. Após os debates e a partir das opiniões emitidas pelos alunos propor uma reflexão sobre os valores envolvidos na situação retratada pelo filme, ai então fazer um registro das

principais ideias apresentadas como também provocar os alunos a refletirem sobre o que escutam, e criar a partir daí o painel de opiniões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transita sobre a história do nosso país todo o caminho de sofrimento do povo africano que mesmo após a abolição da escravatura muito pouco se mudou em relação ao cenário do negro, que continua vivenciando situações envolvendo humilhação e privação dos seus direitos, este racismo que se apresenta no Brasil em diferentes formas de expressão, reforça e naturaliza a inferioridade. Por consequência pretendemos com este projeto uma ação educativa que venha a desenvolver nos alunos a necessidade de valorização e respeito aos negros e à cultura africana, que desenvolva nele o sujeito moral e que o mesmo passe a repudiar qualquer tipo de injustiça, discriminação ou manifestação de preconceito dentro ou fora do ambiente escolar, almejamos promover com este trabalho a mudança de comportamento na forma de pensar frente a questões que envolvem tal prática, estimulando assim a sua capacidade dialógica, a tolerância e a participação democrática. Pois a educação é um direito de todos independente de suas condições socioeconômicas, religiosas ou raciais, é ela o caminho de combate ao racismo e na defesa dos direitos humanos, sendo assim o conhecimento e a discussão sobre o assunto no ambiente escolar contribuirá para uma sociedade mais democrática, flexível e humana.

REFERÊNCIAS

A **Declaração Universal dos Direitos humanos** 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>

BRASIL. **Constituição (1988)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm.

Acesso em: 10 fev. 2012

BRASIL. Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre, **O Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Carvalho, J. (2001). **Princesa Isabel e a ideologia do branqueamento**: Zumbi

dos Palmares e o Movimento Negro. *Revista Urutagua*, 1(2). Recuperado em 5 de março, 2013, de <http://www.urutagua.uem.br//02jairo.htm>

Descendência Negra Versus Racismo No Brasil, disponível em <http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/Descend%C3%Aancia-Negra-Versus-Racismo-No-Brasil.aspx>

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade, 2005. Disponível em [http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/MUNANGA%20K%20-%20Superando%20o%20Racismo%20na%20Escola%\(sem%20capa\).PDF.Acesso](http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/MUNANGA%20K%20-%20Superando%20o%20Racismo%20na%20Escola%(sem%20capa).PDF.Acesso) em: 05 jan 2012.

Oliveira, Jose Reinaldo. **Educação e racismo: conhecendo as contradições do passado para construir a escola do futuro**, 2007. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere2008/anais/pdf/1363_952.pdf. Acesso em: 19 de dez 2011.

O XADREZ das Cores. Direção: Marco Schiavon. Fotografia: Gilberto Otero. Empresa Produtora: Midmix Entretenimento. Intérpretes: Anselmo Vasconcellos, Mirian Pyres, Zezeh Barbosa. Rio de Janeiro, 2004. Disponível <http://portacurtas.com.br/Filme.asp?cod=2932>

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. (2014). **Relações Raciais No Brasil E A Construção Da Identidade Da Pessoa Negra**. *Revista Urutagua*, 1(2). Recuperado em 5 de março, 2013 de <http://www.urutagua.uem.br//02jairo.htm>

SA, Sandra. **Olhos coloridos: homônios, black music brasileira**. Rio de Janeiro: RGE, 1982.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Violência contra a Juventude Negra no Brasil**. Disponível em:< <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/pesquisa-datasenado-violencia-contra-a-juventude-negra-no-brasil>> Acesso em: 21 set. 2014.

WWW.google.com.br

[WWW.revistanovaescola.com.br-\(http://pre.univesp.br/preconceito-na-escola#.WT2UuZLyuM8\)](http://WWW.revistanovaescola.com.br-(http://pre.univesp.br/preconceito-na-escola#.WT2UuZLyuM8))

A CAPOEIRA COMO FERRAMENTA DE AFIRMAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: ESTUDO DE CASO DO CENTRO SOCIAL SÃO JOSÉ DE CALASANZ

Elvis Reis de Oliveira

Maria Luiza de Barros Rodrigues

87

INTRODUÇÃO

Buscaremos refletir sobre a capoeira como ferramenta de afirmação da cultura afro-brasileira na formação de crianças e adolescentes dentro da educação não formal, tendo como foco para análise o Centro Social São José de Calasanz. Vale dizer que o interesse no referido objeto surgiu por meio de intenção primária de investigar o processo de mediação didática da capoeira, de conhecer como a prática da oficina de capoeira realizada no dia a dia do projeto tem contribuído para uma política social de valorização da cultura afro no contexto das crianças e adolescentes que participam do projeto.

Muitos estudos destacam a capoeira como algo que está inserido no universo das manifestações populares (RADICCHI, 2013; FALCÃO, 2004), rica de movimentos e cultura, e bastante utilizada e propagada em nossa sociedade, sendo que estes mesmos estudos destacam a necessidade de valorização pela sua importância como forma desportiva, e principalmente cultural e educativa. A capoeira estudada pelo viés da manifestação cultural é um assunto muito debatido que por conta da sua representatividade e importância, que acaba recebendo as mais diferentes abordagens. Algo em comum entre essas diversas abordagens é o fato da capoeira ter contribuído de forma significativa para a construção da identidade e da resistência negra no Brasil.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a forma como a capoeira contribui para formação da consciência e da identidade afro-brasileira de crianças e adolescentes do Centro Social São José de Calasanz, no município de Serra-ES.

E possui como objetivos específicos mostrar como os espaços não formais podem colaborar para formação da cidadania, assim como identificar

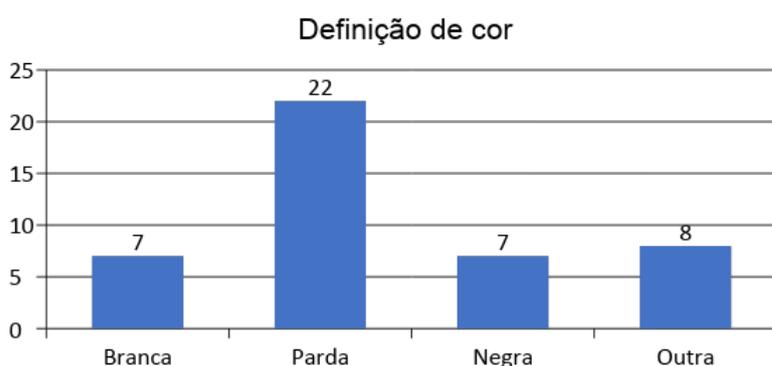
elementos que possibilitem a prática da capoeira como algo além de um simples jogo.

Este trabalho adotou a pesquisa do tipo descritiva com ênfase em uma abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa. De acordo com Yin (2001) pesquisas envolvendo estudos de caso representam uma estratégia de trabalho que compreende um método mais abrangente quando este trata de abordagens específicas de levantamento e análise de dados.

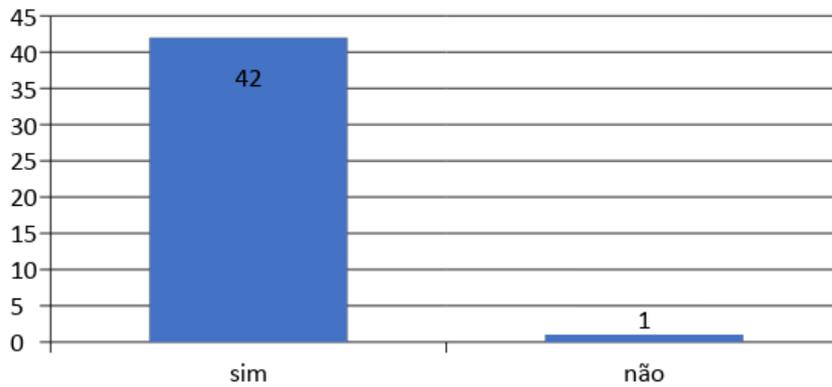
DESENVOLVIMENTO

As questões iniciais do questionário foram elaboradas no intuito de perceber se os entrevistados se reconheciam como figuras participantes da história da capoeira pela sua própria história de vida assim como pela herança que estes traziam consigo de suas vivências sociais e culturais. Nessa primeira parte do trabalho buscou-se ainda estabelecer se há na visão das crianças e jovens um “sentimento de aceitação” enquanto sujeitos cientes de seu papel social na luta que há entre a busca da hegemonia da cultura afro-brasileira por meio de suas representações, e aqui está o importante papel adotado pela capoeira nesse sentido, dentro da cultura própria do nosso país. E como se dá essa percepção desses jovens enquanto parte dessa luta?

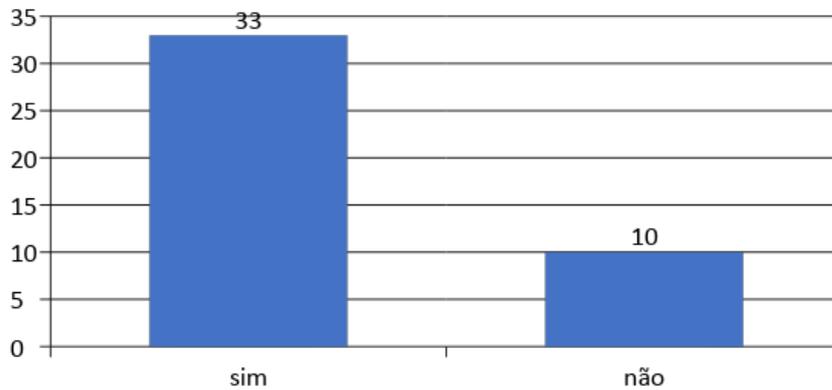
Dentre as várias formas, esse trabalho se atém à autodeclaração de cor e raça, adotadas por este estudo como tendo o mesmo sentido.



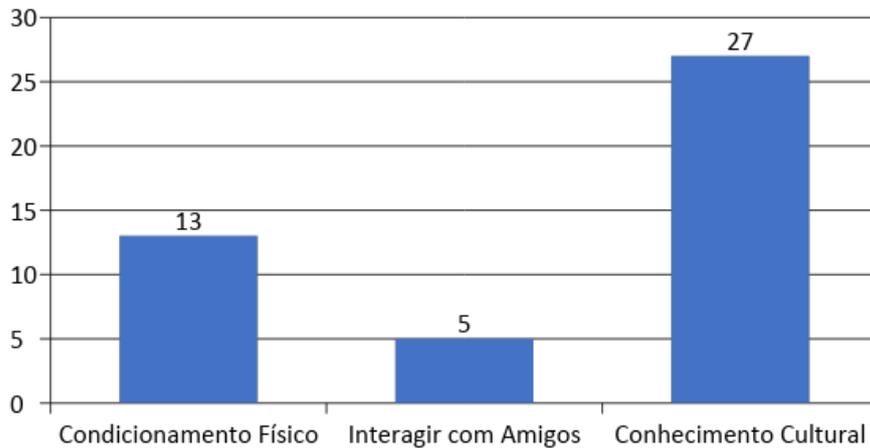
Você percebe a capoeira como elemento da cultura afro brasileira?



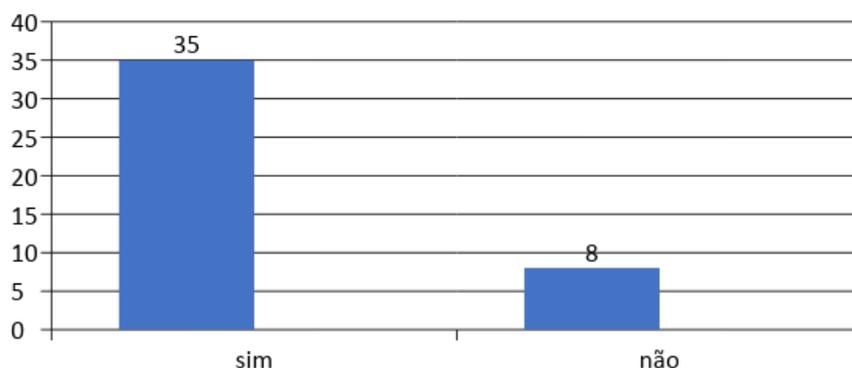
Você percebe a capoeira como uma manifestação cultural de luta de negros e negras do nosso país?



Porque você gosta de ter aulas de capoeira?



Durante o período que você está praticando capoeira você percebeu mudança nas suas atitudes?



É necessário ressaltar que às análises e informações coletadas não tem o objetivo de esgotar o assunto abordado. Ao contrário, se espera que seja mais um fomentador de discussão envolvendo as políticas de ações afirmativas, o combate ao racismo, a capoeira, e a valorização da cultura e identidade afro-brasileira, dentro dos espaços de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi realizada dentro de uma proposta em que o projeto social compreende um ambiente fundamental na socialização das vivências e na formação do conhecimento que vai além dos muros da escola. A capoeira dentro de uma perspectiva sócio cultural age como um elemento agregador de valores significativos.

Durante o processo de realização do estudo, foi possível perceber que a prática da capoeira se consolida em uma prática educacional e também em um recurso de grande importância na construção e fortalecimento da identidade cultural, social e política. Foi concluído que a capoeira dentro desta vertente se configura como forma de resistência ao sistema vigente na sociedade, por ainda ser muito mais presente em espaços não formais de ensino.

Neste trabalho foi evidenciado como a capoeira, quando bem trabalhada, pode e deve contribuir na luta contra o preconceito racial e valorização da cultura afro-brasileira, formando desta forma cidadãos críticos e empoderados. Na medida que garante a apropriação de forma lúdica da história e cultura afro brasileira, com suas músicas e fundamentos.

REFERÊNCIAS

A **Declaração Universal dos Direitos humanos** 1948. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>

BRASIL. **Constituição (1988)**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm.

Acesso em: 10 fev. 2012

BRASIL. Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre, **O Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Carvalho, J. (2001). **Princesa Isabel e a ideologia do branqueamento**: Zumbi dos Palmares e o Movimento Negro. *Revista Urutagua*, 1(2). Recuperado em 5 de março, 2013, de <http://www.urutagua.uem.br//02jairo.htm>

Descendência Negra Versus Racismo No Brasil, disponível em
<http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/Descend%C3%Aancia-Negra-Versus-Racismo-No-Brasil.aspx>

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade, 2005. Disponível em
[http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/MUNANGA%20K%20-%20Superando%20o%20Racismo%20na%20Escola%\(sem%20capa\).PDF.Acesso](http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/MUNANGA%20K%20-%20Superando%20o%20Racismo%20na%20Escola%(sem%20capa).PDF.Acesso)
o em: 05 jan 2012.

Oliveira, Jose Reinaldo. **Educação e racismo: conhecendo as contradições do passado para construir a escola do futuro**, 2007. Disponível em:
http://www.pucpr.br/eventos/educere2008/anais/pdf/1363_952.pdf. Acesso em: 19 de dez 2011.

O XADREZ das Cores. Direção: Marco Schiavon. Fotografia: Gilberto Otero. Empresa Produtora: Midmix Entretenimento. Intérpretes: Anselmo Vasconcellos, Mirian Pyres, Zezeh Barbosa. Rio de Janeiro, 2004. Disponível
<http://portacurtas.com.br/Filme.asp?cod=2932>

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. (2014). **Relações Raciais No Brasil E A Construção Da Identidade Da Pessoa Negra**. *Revista Urutagua*, 1(2). Recuperado em 5 de março, 2013 de
<http://www.urutagua.uem.br//02jairo.htm>

SA, Sandra. **Olhos coloridos**: homônios, black music brasileira. Rio de Janeiro: RGE, 1982.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.

Violência contra a Juventude Negra no Brasil. Disponível em:<

[http://www.seppir.gov.br/publicacoes/pesquisa-datasenado-violencia-contra-a-](http://www.seppir.gov.br/publicacoes/pesquisa-datasenado-violencia-contra-a-juventude-negra-no-brasil)

[juventude-negra-no-brasil](http://www.seppir.gov.br/publicacoes/pesquisa-datasenado-violencia-contra-a-juventude-negra-no-brasil)> Acesso em: 21set. 2014.

[WWW.google.com.br](http://www.google.com.br)

[WWW.revistanovaescola.com.br-\(http://pre.univesp.br/preconceito-na-](http://WWW.revistanovaescola.com.br-(http://pre.univesp.br/preconceito-na-escola#.WT2UuZLyM8))

[escola#.WT2UuZLyM8\)](http://WWW.revistanovaescola.com.br-(http://pre.univesp.br/preconceito-na-escola#.WT2UuZLyM8))

**GRUPOS DE DISCUSSÃO E MÉTODO DOCUMENTÁRIO:
POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS EM PESQUISA SOBRE
EDUCAÇÃO QUILOMBOLA**

Diego Romerito Braga Barbosa

Maria Alayde Alcântara Salim

INTRODUÇÃO

O grupo de discussão é um instrumento metodológico desenvolvido por Karl Mannheim, na década de 1920, e tem por finalidade o desenvolvimento de um aporte mais apropriado para pesquisas de correntes teórico-metodológicas das ciências humanas ligadas à fenomenologia (WELLER, 2013). Nas últimas décadas, o sociólogo Ralph Bohnsack retomou essa metodologia de pesquisa unindo-a ao seu “método documentário” de interpretação qualitativa.

Os grupos de discussão têm sido uma opção metodológica que, embora ainda em desenvolvimento, é crescente no Brasil, sobretudo em pesquisas educacionais com grupos identitários e no estudo da produção de narrativas e discursos a respeito de práticas sociais de grupo (WELLER; PFAFF, 2013).

Em nosso caminhar com a pesquisa intitulada “Das roças do Sapê: estudantes quilombolas, identidades e ensino de História na EEEFM ‘Córrego de Santa Maria’, São Mateus (ES)” aplicamos o grupo de discussão e o método documentário na busca de melhor compreender os diálogos que o ensino de História e as identidades quilombolas estabelecem no contexto das práticas educacionais escolares no território quilombola do Sapê do Norte, localizado no extremo norte do Estado do Espírito Santo.

OBJETIVOS

Neste trabalho, pretendemos comunicar aspectos teórico-metodológicos deste instrumento de pesquisa quantitativa, assim como, apresentar particularidades da aplicação dos grupos de discussão e do método documentário, conforme proposto por Bohnsack e Weller (2013) em contato com a perspectiva teórico-conceitual de “identidade”, conforme pensada por Stuart Hall (2014; 2015). Observando também os aspectos regionais e territoriais do Sapê do Norte, localizado no extremo norte do Estado do Espírito Santo, objetivamos contribuir para a ampliação do debate a respeito de rudimentos metodológicos em pesquisa sobre educação quilombola no Espírito

Santo e no Brasil a partir da reflexão sobre os resultados obtidos com os grupos de discussão na referida pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

Ao buscarmos os diálogos possíveis entre o ensino de História no Ensino Médio de uma escola pública localizada em uma territorialidade quilombola, com a construção da identidade quilombola de seus jovens estudantes, visitamos o conceito de identidade a partir de Hall (2015), para quem as identidades se manifestam por meio dos “discursos”, portanto, constituem-se em discursos, que estão associados às culturas, às tradições e às práticas sociais, ou seja, aquilo que engendra sentidos entre o que se pensa, o que se faz e o que se diz. Nesse sentido identidades e discursos estão associadas ao campo das “representações” e do “simbólico”.

É importante notar que o conceito de *discurso* nesse uso não é puramente um conceito “linguístico”. Tem a ver com linguagem e prática, tenta superar a tradicional distinção entre o que uma *diz* (linguagem) e a outra *faz* (prática). O discurso, argumentou Foucault, constrói o assunto. Ele define e produz os objetos do nosso conhecimento, governa a forma com que o assunto pode ser significativamente falado e debatido, e também influencia como ideias são postas em prática e usadas para regular a conduta dos outros [...] (HALL, 2016, p. 80).

A partir dessa perspectiva, o discurso consolida a relação que uma prática, o real, estabelece com os seus sentidos imaginados e atribuídos, o “simbólico” (SILVA, 2000). No simbólico o sujeito acessa os porquês, as causas das práticas sociais e culturais. Essas explicações que são elaboradas no campo das culturas, das tradições, se constituem na historicização da linguagem, que, por sua vez, expressa e atribui sentidos ao que é real por meio de “representações”. Portanto, os discursos constroem a relação entre sentidos e práticas, simbólico e real, identidades e representações.

Nesse sentido, o grupo de discussão se apresentou como uma metodologia que tem por objetivo trazer, a partir das falas dos sujeitos participantes, narrativas reflexivas sobre práticas culturais e sociais da coletividade cujo grupo representa. Nas palavras de Wivian Weller (2013, p.

56), “[...] o objetivo maior do grupo de discussão é a obtenção de dados que possibilitem a análise do contexto ou do meio social dos entrevistados, assim como de suas visões de mundo ou representações coletivas”.

Como uma metodologia que se constitui em método, ao ser construído e sustentar-se a partir de seu próprio referencial de análise, o grupo de discussão proposto por Weller (2013), a partir da obra de Ralph Bohnsack, considera duas dimensões para análise dos espaços sociais compartilhados pelos sujeitos de um grupo: a “dimensão horizontal”, composta por estratos sociais, funções e categorias como: sexo, idade, ocupação, local de residência, renda, religião, etc. A “dimensão vertical” consiste em como as pessoas se relacionam com os elementos presentes no cotidiano social em que vivem, ou seja, como são construídas suas “[...] opiniões, atitudes, sentimentos, explicações, estereótipos, crenças, identidades, ideologias, discursos, cosmovisões, hábitos e práticas” (WELLER, 2013, p. 60).



Foto 1: Grupo de discussão desenvolvido com estudantes quilombolas na EEEFM “Córrego de Santa Maria”, São Mateus – ES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter diverso dos grupos e as reorganizações que foram ocorrendo durante a realização dos oito encontros, evidenciaram diversos aspectos culturais, opiniões e experiências compartilhadas por diferentes jovens participantes. A análise dos discursos e da dramaturgia dos discursos a partir do método documentário mostrou-se, também, fundamental para uma reflexão coerente a respeito das práticas sociais, vivências comunitárias, escolares e construções discursivas identitárias.

A expressão dessas experiências compartilhadas através das

reencenações narrativas, de onde colhemos as metáforas de foco deste grupo, ou seja, as representações construídas por elas a respeito de si mesmas na conversação com as colegas de escola, são as identidades enquanto prática discursiva.

BIBLIOGRAFIA

BOHNSACK, Ralph; WELLER, Wivian. O método documentário na análise de grupos de discussão. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole (Org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 67-86.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu Silva e Guaracira Lopes Louro. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. _____ . Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão: aportes teóricos e metodológicos. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole (Org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 54-66.

WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole (Org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CULTURA AFRO-BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: DISCUSSÕES SOBRE O CURRÍCULO

Gleisiele Saraiva Rangel

Marli Quinquim

Maria Alayde Alcantara Salim

97

INTRODUÇÃO

Pensar as práticas educativas que contemplem a diversidade cultural presente nas escolas brasileiras tem sido um dos grandes desafios enfrentados pela educação na contemporaneidade. Por esse motivo, muitos pesquisadores têm se empenhado na construção de uma concepção de currículo que aborde questões capazes de educar para a diversidade, a partir da inserção de culturas provenientes das minorias que durante muito tempo foram negligenciadas e silenciadas pela cultura dominante. A Educação Física escolar nas últimas décadas também veio se apropriando das discussões sobre cultura e trazendo seus conceitos para suas intervenções práticas na escola, segundo Daólio (2010) essa aproximação se deu pela influência das ciências sociais nesta área do conhecimento, “os currículos dos cursos de graduação em educação física somente há poucos anos vêm incluindo disciplinas próprias das ciências humanas, e isso parece estar sendo útil para a ampliação das discussões culturais na área” (DAÓLIO, 2010, p. 1). Também nos valem das ideias de teóricos como Silva (1999) e Canclini (1983) para nortear nossas considerações acerca dos conceitos de cultura e cultura popular e suas implicações no currículo da escola.

OBJETIVOS

Realizar levantamento bibliográfico buscando apontar o espaço das manifestações culturais afro-brasileiras nas pesquisas acadêmicas na área da Educação Física, mais especificamente no ensino da disciplina na escola.

DESENVOLVIMENTO

Selecionamos para essa análise os artigos publicados no CONBRACE/CONICE (Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte) e a

RCBCE (Revista Brasileira de Ciências do Esporte). A escolha desses veículos de comunicação se deu por julgá-los os mais pertinentes e relevantes para a área.

Na primeira etapa dessa investigação, debruçamo-nos sobre os anais das quatro últimas edições do CONBRACE/CONICE, que encontravam-se disponíveis, a edição de 2017 que ocorreu no mês de setembro ainda não foi organizada. Inicialmente nosso levantamento abarcou todos os arquivos que fizessem menção a temática étnico-racial. Foram listados trinta e cinco artigos com abordagens diversificadas sobre esse tema de estudo.

A segunda etapa de investigação analisou os artigos publicados na RCBCE, em que foram listadas as publicações dos três últimos anos, inicialmente buscando dentre os artigos de cada número, aqueles que possuíssem temáticas relacionadas à cultura afro-brasileira e quais possuíam práticas voltadas ao ambiente escolar.

Nos anais do CONBRACE/CONICE, percebemos que nos últimos anos houve um decréscimo nas publicações sobre o tema. Em (2009) foram nove, em (2011) quatorze, (2013) cinco e (2015) apenas seis publicações. Sobre a articulação entre as práticas culturais afro-brasileiras e a escola foram listados quinze artigos que se dedicaram ao estudo dessas manifestações no ambiente escolar. Uma questão nessa análise nos chamou a atenção, foi o grande número de publicações voltadas a prática da capoeira, das trinta e cinco publicações listadas, vinte são direcionadas a essa prática.

Tais publicações na RCBCE são ainda mais raras, em onze números analisados foram listadas apenas três publicações, dessas, somente uma relacionada a Educação Física escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que o espaço conquistado pelas culturas populares no meio acadêmico ainda é muito pequeno. A cultura afro-brasileira, apesar de toda sua diversidade e da ligação com os processos de formação da identidade do povo brasileiro, muito pouco tem sido discutida. O que reflete diretamente nas práticas de ensino da escola, que acabam por desenvolver esse conteúdo de forma apenas a atender pressupostos legais, como a Lei 10639/2003.

Por fim, acentuamos a emergência de pesquisas dessa natureza com

vistas a democratizar o ensino da Educação Física na escola, por meio de um currículo onde a diversidade cultural seja contemplada em suas diferentes possibilidades, permitindo que alunos provenientes de diferentes grupos sociais sintam-se representados.

BIBLIOGRAFIA

DAOLIO, Jocimar. **Educação Física e o conceito de cultura**. 3 ed. Campinas, SP: Autores associados, 2010. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1983.

O CONGO CAPIXABA DESCE O LITORAL: PRÁTICAS EDUCATIVAS DA CULTURA ÉTNICO-RACIAL

Márcia Maria Silva Peixoto

INTRODUÇÃO

A educação para as relações étnico-raciais tem como objetivo formar cidadãos que tenham condições plenas de promover ensinamentos e aprendizagens efetivadas nos espaços públicos. Nesse sentido, reconhecer e valorizar as experiências culturais e sociais de um povo, bem como sua contribuição para formação da identidade de um Estado e seus cidadãos, nos motiva a reafirmar o pluralismo cultural que permeia nossos espaços formais de educação.

Desse modo, as práticas didático-pedagógicas desenvolvidas no campo da História do Espírito Santo, têm por finalidade disseminar nossa história e romper os silenciamentos que incidem sobre a cultura capixaba, e seus remanescentes negros e indígenas, nos currículos escolares. Isso feito sob a perspectiva das relações étnico-raciais e os conceitos históricos de memória e identidade.

OBJETIVOS

Entre nossos objetivos, nos propusemos apresentar o Congo Capixaba como elemento cultural significativo e de identidade negra capixaba, por meio de processos e práticas de ensino-aprendizagem sobre a cultura capixaba com ênfase nas manifestações afro-capixabas em destaque o Congo Capixaba.

DESENVOLVIMENTO

A formação histórica dos grupos de Congo existentes e seus elementos constitutivos, possuem representações e significados expressivos na Grande Vitória, mas desconhecidos por muitos do sul do Estado, aqui nos referindo à Marataízes – ES. Sendo assim, o projeto desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Maria da Glória Nemer Nunes”, contou com a participação dos alunos do 6º ano do turno matutino, pretendeu, acima de tudo, discutir e conhecer a pluralidade cultural de nosso estado, com destaque para

as manifestações afro-brasileiras. Dessa forma as sequências didáticas incluíram, oficinas, sessões de vídeo, estudo de textos e ensaios das canções mais populares do Congo com danças e produção de instrumentos cenográficos inspirados no Congo Capixaba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apropriamos-nos dos elementos fundamentais do Congo Capixaba para despertar em nossos alunos reconhecimento, identidade, curiosidade, e, acima de tudo, respeito à diversidade cultural e étnica. Percorremos pela música e pelos instrumentos musicais para ensinar História nas vertentes da cultura e do patrimônio cultural. Isso feito com a devida clareza de que o ensino para as relações étnico-raciais passa pela consciência e pelo fortalecimento de identidades étnico-raciais em um movimento de ações que perpetuem o combate à discriminação e ao racismo. As tarefas desenvolvidas em cada etapa do projeto nos conduziram a identificar junto aos alunos por meio de questionamentos e relatos orais, as ausências curriculares dos conteúdos sobre a cultura capixaba e as contribuições negras e indígenas para a formação de nosso Estado. Compreendemos, assim, que não há identificação com aquilo que desconhecemos, e, sem identificação não surge sentimento de pertença. Sem sentimento de pertença não existe luta, respeito e igualdade diante da diversidade cultural.

BIBLIOGRAFIA

- BITTENCOURT, Circe. **O saber Histórico na sala de aula**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998. P. 134.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.p.121.
- ESPÍRITO SANTO, Resolução CEC 002/2014, de 14 de novembro de 2014.
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade ético-racial: por um projeto educativo emancipatório. In: FONSECA, Marcus Vinícius. et al. (org). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. P.39-60.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Princípios norteadores quanto ao trato da questão racial no cotidiano escolar**. In: Almanaque pedagógico afro-brasileiro. Belo Horizonte: Mazza. 2006.p.15-16.

SANTOS, José Elias Rosa dos. **Processos organizativos, memória e identidade: etnografia e história da transmissão cultural do congo em uma comunidade afro-brasileira – Cariacica (ES)**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS. 2011, Vitória.

Anais... Vitória: UFES, 2011. Disponível

em<<http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/view/1475>> Acesso em: 10

Agosto 2017.

ENFRENTANDO O RACISMO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM PROBLEMA ESTRUTURADO NO MUNICÍPIO DE JAGUARÃO/RS

Yuri Miguel Macedo

Simone Silva Alves

Maria Eloisa Rolim Campelo Cardoso

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender que concepção as professoras fundamentam às práticas educativas para trabalhar a História e da Cultura Afro-Brasileira nas séries iniciais do ensino fundamental a partir da Lei Nº 10.639/2003, em uma escola no município de Jaguarão/RS. A pesquisa é de representação social e de natureza qualiquantitativa, embasada na metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). A coleta de dados empíricos bem como o trabalho de campo, realizou observação participante e entrevista semiestruturada durante o mês de novembro do ano corrente de 2016. Participaram da pesquisa seis professoras com experiência profissional de um ano a trinta e seis anos de trabalho docente. As informações foram analisadas à luz da perspectiva histórica crítica tendo como base de interpretação metodológica o Discurso do Sujeito Coletivo, por meio de contribuições da corrente neomarxista, que é um campo multidisciplinar no qual se estuda a relação crítica entre cultura, conhecimento e poder. Por fim, o conceito essencial para o enfrentamento da luta contra o racismo na formação de professores é a categoria sociológica Reconhecimento, pois é a partir dela que o movimento negro, juntamente com vários cientistas sociais realiza um processo de ressignificação da raça, considerando-a como uma categoria fundamental para interpretação da realidade social. Para compreender esse objeto de estudo teve-se como base teórica: Freire (1987; 2011), Munanga (2005; 2008), Triviños, Lefevre & Lefevre (; Grisa; Cury; Honneth, entre outros.

Palavras-chave: Reconhecimento. Formação de professores. Lei 10.639/03.

O PAPEL DA ESCOLA E DOS EDUCADORES NA FORMAÇÃO DO SUJEITO NEGRO-GAY

Yuri Miguel Macedo

Marcelo Loureiro Ucelli

Patricia Gomes Rufino Andrade

104

Resumo: Este estudo traz como problema a questão dos discursos instituídos na escola sobre os estudantes negros e gays, engendrados no contexto das políticas de ações afirmativas e outras formas de inserção das diferenças. O assunto é relevante porque o racismo, bem como a homofobia, no século XXI, ainda pode ser evidenciado na sociedade em geral, nos espaços públicos e privados. Assim, aspectos legais, como o direito à educação, as relações étnico-raciais, as identidades múltiplas e a escolarização desses grupos historicamente espoliados, constituem temas de estudo e investigação. A intenção é conhecer quais as representações dos educadores sobre a escolarização destes grupos sociais e sua participação no cotidiano escolar, principalmente no que preconiza a Lei 10.639/03, também outras ações de combate ao racismo e à homofobia no ambiente escolar. Considerando o alto índice de exclusão de estudantes negros e gays da instituição escolar, estas ações podem contribuir para a diminuição das práticas discriminatórias neste espaço e, conseqüentemente, o risco social e os processos de exclusão que ainda assola esse contingente.

Palavras-chave: Sujeito negro-gay. Diferenças. Identidades. Educadores. Diversidade.

INDAGAÇÕES INICIAIS

Este artigo é parte de um projeto de pesquisa que se propõe investigar os processos de formação identitária dos sujeitos das diferenças, observando esse universo a partir do que tem sido preconizado pela área dos Estudos Culturais, que tratam especificamente da categoria diferença, a partir principalmente, de olhares construídos sobre o estudo das relações étnico-raciais, bem como das variadas construções de gênero e de sexualidades presentes na sociedade e, em particular, no ambiente escolar e, quais são as construções representativas sobre estes sujeitos na perspectiva da escola e

dos próprios educadores. A escolha da temática se justifica pois tal questão tem sido muito importante às pesquisas acadêmicas no contexto da pós-modernidade. Assim, aspectos legais, como o direito à educação, serão confrontados com o processo de escolarização desses grupos e suas identidades. A intenção é investigar os discursos dos professores sobre o processo de escolarização e como estes influenciam na formação/deformação dessas identidades múltiplas.

Vê-se que medidas estratégicas de contenção das situações adversas que se apresentam no cotidiano escolar são discutidas por instituições de ensino, governo e organizações não governamentais por todo o país. As constantes tensões existentes nos espaços educacionais provocadas pelas complexas relações intensificadas nos últimos tempos – violência, indisciplina, relatos de maus-tratos, conflitos entre família e escola e outras situações – emergem a todo instante e exigem um atendimento cuidadoso e qualificado por parte dos profissionais da escola. Muitas dessas tensões estão relacionadas às demandas sociais que se apresentam neste ambiente provenientes, em grande parte, das desigualdades sociais, raciais, de gênero e sexualidades que permeiam a estrutura da sociedade brasileira.

Isso nos leva a pensar se seria uma forma de culpabilizar, “curar” ou enquadrar esses sujeitos da diferença em critérios universalistas de identidades. Assim, corre-se o risco de invisibilizar as identidades dos diferentes sujeitos que se formam no espaço escolar, na medida em que a escola nega os conhecimentos sobre a África e a Cultura Afro-brasileira, bem como das várias formas de pensar as sexualidades enquanto currículo e debate, importantes no combate ao racismo e à homofobia, assim como, na constituição da afirmação de identidades e direitos.

A relação do Estado com a situação social, racial e de sexualidade através do atendimento a estes grupos, também se faz essencial. Assim, aspectos legais, como o direito à educação, o combate do racismo na sociedade brasileira, a desconstrução de imagens depreciativas sobre os sujeitos gays, as relações étnico-raciais na escola, a escolarização desses

sujeitos e a postura do professor diante das legislações antirracistas e contra a homofobia são aspectos que devem ser observados e problematizados.

Colocamos para reflexão já uma hipótese inicial, ou seja, as escolas não vêm cumprindo a implementação da Lei 10.639/03 e que as representações dos professores sobre as crianças e adolescentes negros e gays influenciam nessa decisão. Que as desigualdades educacionais atingem, principalmente, o sujeito negro e que os professores não reconhecem o racismo e, também, desconsideram as legislações educacionais antirracistas. Além de se colocarem inertes frente às diferenças sexuais e de gênero que compõem o quadro escolar, pois o tema da sexualidade ainda se constitui como tabu nas práticas educativas, silenciando essas diferenças e muitas vezes reforçando situações de homofobia e violências.

Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade. O resultado é, muitas vezes, o que Peter McLaren (1995) chamou de um apartheid sexual, isto é, uma segregação que é promovida tanto por aqueles que querem se afastar dos/das homossexuais como pelos/as próprios/as. (LOURO, 2000, p. 16/17).

A lei 10.639/03 trata da inserção dos conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial, além da orientação quanto ao trato das questões estruturais contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, sendo uma medida que contempla as políticas afirmativas instituídas dentro de um conjunto maior de ações de inserção social da população negra. No caso da Educação, tais ações tornam-se importantes instrumentos garantidores do direito à educação e, conseqüentemente, possibilidade de afirmação de identidades. Neste sentido, vislumbrar a permanência de crianças e adolescentes negros na escola e assim, diminuir os riscos intensificados sobre aqueles que abandonam o ambiente escolar e acabam compondo índices de violência, institucionalização e morte letal, verificados no Mapa da Violência¹.

¹ O Mapa da Violência mostra o panorama deste fenômeno nas diferentes regiões do Brasil, por cor/raça, gênero e idade.

Com relação à diminuição da violência contra as diversidades sexuais nas instituições de ensino brasileiras muito pouco tem se feito. O problema acaba incidindo também nas perspectivas relacionadas à formação dos sujeitos nas identidades de gênero, ou seja, o papel que deve ser desempenhado por mulheres e homens na sociedade, moldando subjetividades padrão, formando sexualidades que se orientam para o normativo, portanto, heterossexual, ao mesmo tempo em que não se permite uma discussão mais aprofundada sobre os desejos e devires sexuais diferentes, silenciando corpos e discursos homocentrados.

[...] a escola tem uma tarefa bastante importante e difícil. Ela precisa se equilibrar sobre um fio muito tênue: de um lado, incentivar a sexualidade “normal” e, de outro, simultaneamente, contê-la. Um homem ou uma mulher “de verdade” deverão ser, necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso. Mas a sexualidade deverá ser adiada para mais tarde, para depois da escola, para a vida adulta. É preciso manter a “inocência” e a “pureza” da criança (e, se possível, dos adolescentes), ainda que isso implique no silenciamento e na negação da curiosidade e dos saberes infantis e juvenis sobre as identidades, as fantasias e as práticas sexuais. Aqueles e aquelas que se atrevem a expressar, de forma mais evidente, sua sexualidade são alvo imediato de redobrada vigilância, ficam “marcados” como figuras que se desviam do esperado, por adotarem atitudes ou comportamentos que não são condizentes com o espaço escolar (LOURO, 2000, p. 14).

Certamente, o olhar dos educadores sobre estes grupos influenciam a decisão de garantir ou não práticas educativas voltadas para a valorização das diferenças na escola. Compreende-se que estas ações podem estar imbricadas com os resultados do processo de escolarização e de formação identitária, bem como o papel desempenhado por estes sujeitos na sociedade.

ALGUNS OLHARES SOBRE O RACISMO E A HOMOFOBIA NO ESPAÇO ESCOLAR

O racismo está arraigado em todos os setores da sociedade e influencia a vida e o futuro da população negra. Esta problemática reflete as aspirações da ideologia racial construída historicamente no Brasil, na qual a população negra, ainda é concebida como inferior e por isso, deve ocupar espaços a ela designados (CHAUÍ, 2001). Segundo Valter Roberto Silvério:

O Racismo constrói uma linha de pensamento e ação, com fundamento e outros três conceitos-chave, que acarretam

consequências negativas para quem as recebe. São eles: o estereótipo, o preconceito e a discriminação. Um está imbricado no outro [...].

Essas situações ocorrem cotidianamente, de forma velada ou explícita, em vários âmbitos da sociedade. Na escola, as crianças negras têm um desempenho inferior em relação às brancas, ou seja, são as que mais fracassam. No mercado de trabalho, há a exigência da “boa aparência”, que é um modelo hegemônico de estética da qual os negros não fazem parte. Além disso, sabemos que, estatisticamente, os negros recebem salários inferiores, principalmente as mulheres negras. Os negros estão entre os mais pobres e miseráveis na pirâmide socioeconômica brasileira (SILVÉRIO, 2006, p. 58/59).

Esse autor afirma que o racismo brasileiro possui características próprias, com apoio na ideia do mito da democracia racial e nas políticas de branqueamento: “o imaginário construído em torno da ideia de que vivemos harmoniosamente em uma democracia racial ainda é forte em nossa sociedade” (SILVÉRIO, 2006, p. 59) e, é necessária uma discussão e análise mais detalhada na busca da construção de uma sociedade que “reconheça as diferenças e a diversidade entre os grupos étnico-raciais” (SILVÉRIO, 2006, p. 59).

Sob influência europeia, crianças negras e indígenas, a partir do século XVI são inseridas no projeto “civilizatório”. Mecanismos de disciplinamento moral fundamentados nos valores eurocêntricos tornaram-se a base da educação das crianças. Os valores culturais destas etnias, na visão dos dominantes, representavam atraso e, sob o ponto de vista da Igreja, o destino destes sujeitos estava nas mãos dos jesuítas, que os conduziam à escolarização com o objetivo de lhes mostrar as regras e costumes do padrão normativo eurocentrado.

Esta lógica discriminatória se justifica pela suposta imagem de “animalidade”, primitivismo, atraso intelectual, construída pelo padrão hegemônico e realizada com um claro objetivo, ou seja, a aniquilação das culturas e identidades autóctones. O projeto da miscigenação viria para “aliviar o peso” da herança racial “desqualificada”. Os brancos poderiam “purificar” o corpo e a alma do povo brasileiro (CHAUÍ, 2001). Essa primitividade aferida a negros e índios pela visão da elite brasileira demarcou critérios de socialização

e civilidade sob o ponto de vista eurocêntrico. Modelo que nega outras expressões culturais e impõe referenciais de um *ethos* branco.

Sem dúvida, as representações sociais² sobre negros e índios acentuam ainda mais a precariedade de condições de vida destes grupos, fato que estruturou desigualdades entre brancos, negros e indígenas na sociedade brasileira. Obviamente, estes últimos não foram poupados. Dados do IPEA (2011) apontam um triste panorama da condição social da infância negra no Brasil, sendo a que mais sofre com as desigualdades socioeconômicas: trabalho infantil, abandono familiar e do Estado, violências, reprovação e evasão escolar.

A história da judicialização da infância, no início do século XX (RIZZINI, 1997), nos leva a compreender um pouco a estrutura legal criada visando “limpar” as ruas dos “moleques” (negros) que circulavam livremente após a “abolição”. É época em que as crianças desvalidas, em sua maioria filhas e filhos de ex-escravizados, se encontravam abandonadas nas ruas das principais cidades brasileiras.

A criação do Código de Menores, a partir de 1927, revela o interesse do Estado em controlar a vadiagem e afastar os indigentes. Esse contexto pode nos apontar uma realidade de crianças empobrecidas, discriminadas por sua etnia e que ainda são criminalizadas, sem que a gênese estrutural econômica seja apontada.

Nesta mesma perspectiva, a instituição escolar, criada com o objetivo de disciplinar, instruir, moldar corpos e mentes, como cita Michel Foucault (1993), através dos inúmeros dispositivos de saber-poder, nunca se eximiu da missão de reproduzir a lógica social e racial instituída.

Pensando nestes dispositivos, as produções discursivas, bem com a subjetividade dos sujeitos e de seus corpos são moldados, disciplinados para uma orientação padronizada de devires e desejos, assim, toda diferença por si só já preconiza uma resistência e as instituições de poder (escola, religião,

² Para que a investigação no campo da educação possa influenciar a prática educativa, ela precisa adotar “um olhar psicossocial”, de um lado, preenchendo o sujeito social com um mundo interior, e, de outro, restituindo o sujeito individual ao mundo social (MOSCOVICI, apud, MAZZOTTI, 2008).

família, igreja etc.) tem o papel de coibir, vigiar e punir tais identidades múltiplas.

[...] Historicamente, os sujeitos tornam-se conscientes de seus corpos na medida em que há um investimento disciplinar sobre eles. Quando o poder é exercido sobre nosso corpo, emerge inevitavelmente a reivindicação do próprio corpo contra o poder [...] (FOUCAULT, 1993, p. 146).

Observar o sujeito negro, gay e negro-gay no ambiente escolar é também analisar seu papel na sociedade; que direitos são garantidos a essas subjetividades que caminham na contra corrente do sistema e do padrão normativo.

Como já mencionado, a instituição escolar tem a função de reproduzir o *status quo* estabelecido pela cultura na sociedade, assim, ela contribui para formar uma identidade que se aproxima do contexto hegemônico de poder. Ou seja, há um privilégio daqueles que são os agentes do poder (homens, brancos, heterossexuais, burgueses, cristãos) e toda diferença deve se adequar a esse padrão. Na impossibilidade dessa adequação, violências, coibições, traumas, esquizofrenias vão sendo criadas e afirmadas nesse ambiente. Num outro sentido, toda resistência negra e gay soa como desvio da ordem e, portanto, deve ser combatida.

Nossas identidades de raça, gênero, classe, geração ou nacionalidade estão imbricadas com nossa identidade sexual; eles são, portanto, perturbadores ou atingidos, também, pelas transformações e subversões da sexualidade [...] (LOURO, 2000, p. 18).

Apesar do Estado brasileiro nos últimos 10 anos ter criado medidas e ações de combate às discriminações, muito pouco tem se feito na prática. Em 2011, foi lançado um programa educacional intitulado “Brasil sem Homofobia”, também conhecido, pejorativamente, como “Kit gay”, pensado com o objetivo de diminuir e combater a violência contra gays, lésbicas, travestis, transgêneros entre outros grupos, e focalizava a formação de educadores para tratar das questões de gênero e de sexualidade em sala de aula. Esse material era composto do caderno “Escola sem homofobia”, um caderno-agenda para os estudantes e três vídeos educativos que contextualizavam subjetividades e

vivências de alunos/alunas gays, bissexuais, lésbicas e transexuais no ambiente escolar.

Porém, no mesmo ano, grupos de conservadores e representantes do fundamentalismo religioso no Congresso Nacional fizeram um grande manifesto irracional e o governo federal cedeu na distribuição e impressão de tal material. O discurso produzido era que o “kit” iria estimular a prática do “homossexualismo” e da promiscuidade nas escolas, desviando do verdadeiro objetivo, que é a formação de pessoas “dignas” e “respeitosas”.

Mesmo esse material tendo sido lançado em comemoração ao Dia Nacional de Combate à Homofobia, instituído em 17 de maio de 2010, pelo governo Lula, como mais uma ação afirmativa para diminuição das desigualdades em âmbito nacional, forças hegemônicas se organizaram para destituir tal proposta de mudança.

Na atualidade, nos chama a atenção dois perfis/grupos nas redes sociais, mais especificamente no Facebook, intitulados “Bicha nagô” e “Preto gay” que são movimentos de pessoas que, através da rede social, afirmam sua identidade negra-gay e debatem sobre essa subjetividade e orientação no hoje e, também, denunciam a escassez de material bibliográfico sobre tal objeto de pesquisa e devir. Interroga-se em que medida estes indivíduos são concebidos e tratados pela sociedade, bem como pelos educadores e se têm os direitos à educação em uma perspectiva da igualdade, sem discriminação ou manipulações e isolamentos.

Em contato com a “Preto Gay”, dialogamos sobre o universo da homofobia e do racismo no espaço escolar e suas inquietações vieram no sentido da negação do seu pertencimento e de como a escola se coloca no lugar de moldar uma identidade padrão, silenciando e violentando toda diferença e resistência.

A escola, como o espaço de socialização de jovens que é, teve papel fundamental na minha formação de conceitos e noções de amizade, beleza e “certo e errado”. Nesse contexto, o certo, para um garoto, seria gostar de futebol, ser a fim daquela garota especial (que obviamente era branca) e reafirmar a cada 15 minutos a sua macheza de que modo for. Eu não me enquadrava em nenhuma dessas características e como a alcunha de nerd caladão sempre

serviu pra mim, era nela que eu me refugiava – mesmo porque se eu fosse estranho por ser o nerd da sala, estava mais ou menos protegido de ser estranho por ser o veado da sala, que na cadeia alimentar das escolas costuma estar bem mais abaixo. Essa “proteção”, no entanto, não me escudava dos tantos preconceitos que outros alunos e professores compartilhavam quando achavam que mesmo na minha presença estavam falando só entre si (ou seja, entre heteroscisgêneros) e que eu ouvia calado para proteger o meu “disfarce”. Havia ainda outra questão: sendo o nerd e CDF eu me sentia protegido de ser o “de menor”, o moleque sem futuro, o garoto dos arrastões e assaltos à mão armada que eram os únicos discursos que a sociedade criava para os meninos e jovens negros. É óbvio que nada disso era um planejamento consciente, mas sempre estive lá como uma expectativa surda: “impressiona os professores, seja o aluno favorito deles, deixe que seus pais, os amigos deles, todo mundo veja o quão inteligente você é e como você não tem nada a ver com aquele moleque da sua rua que se bobear nem vai estar vivo daqui há 10 anos”. Uma das maiores libertações que o processo de autoconhecimento e autovalorização (auto no sentido racial e sexual, de como eles são parte intrínseca da minha identidade) foi me dar conta de que eu não tenho que me preocupar em corresponder ou renegar qualquer ideia preconcebida que tenham sobre mim. É óbvio que isso é um processo em andamento e todos nós ainda estamos longe de poder exercer com total autonomia tanto nossas individualidades quanto nossas coletividades, mas eu acredito que tenho dado grandes passos.

Creio que em ambas as questões, a vivência negra e a homossexual, ainda hoje é exigido de mim – e provavelmente da maioria dos outros – um aprendizado e uma dinâmica constantes em busca de referenciais, portos seguros e estruturas que o sistema racista e heteronormativo nos nega (Depoimento de Preto Gay concedido a nós em 27 de junho de 2016).

Interessante como o processo do levante se dá pela autoconsciência, geralmente construída solitariamente e em oposição ao sistema, que em tese, deveria dar as bases e sustentações para essa formação e amadurecimento do conhecimento de si e das relações com o outro. O silenciamento e a subalternização dão lugar à resistência e ao afrontamento do padrão como única forma de sobrevivência. Sobre a criação do perfil Preto Gay:

Eu já participava de grupos gays no Facebook e ainda antes no Orkut, mas quando me deparei com um grupo de negros gays me senti à vontade de um modo que não tinha acontecido em nenhum outro lugar. A partir de lá, das experiências e questões que li e compartilhei com os outros membros me crescia imensamente o desejo de produzir um outro espaço, como aquele só que mais amplo e a partir de onde eu pudesse falar para e com muitos outros como eu, que pudessem estar em busca de uma representatividade que tanto o movimento LGBT quanto o movimento negro falhavam em nos dar em geral – ou pessoas que nem mesmo se dessem conta dessa necessidade mas que viessem a se sentir abraçadas quando se deparassem com o que eu planejava. Depois de uns poucos meses maturando a ideia, anotando todas as minhas inquietações que pudessem ser postadas na página e pesquisando a respeito, criei e divulguei a Preto Gay numa sexta à noite de fevereiro de 2015 e

com a ajuda do grupo negro gay do qual fazia parte, em uma semana, ela tinha passado dos mil curtidores. O resto é história... (Depoimento de Preto Gay concedido a nós em 27 de junho de 2016).

Por mais que haja movimentos de empoderamento e luta contra as discriminações e violências que insistem em se manter na sociedade brasileira, como o exemplo da Preto Gay e tantos outros grupos que vêm criando essas referências positivas e de construção de novas subjetividades e identidades, ainda vemos esta sociedade capturada pelos padrões que infertilizam diferenças, violentam devires e impedem a real transformação e desenvolvimento político, cultural, social, econômico do país. Sendo a escola um microcosmo das relações sociais, pensamos ser este espaço o ideal para a promoção de tais transformações, porém, pouca coisa tem se feito para tal irrupção.

INQUIETAÇÕES OUTRAS

Se antes a disciplina era a estratégia de dominação dos instintos “selvagens” e incivilizados, nestes últimos tempos a tentativa de enquadrar os que são colocados à margem, quase sempre crianças empobrecidas, indígenas, negras, gays, está legitimada nas práticas escolares. Os discursos apresentados no currículo, nas literaturas, no livro didático, nas práticas pedagógicas e nas relações entre os diferentes atores demonstram tal realidade.

Estas considerações apontam alguns fatores indicadores de desigualdades sociais, da violência e indiferença para com alguns dos sujeitos mais fragilizados na história da sociedade brasileira: as crianças e adolescentes negros, indígenas e homossexuais. Neste contexto, em 2003, é instituída a Lei 10.639, ou seja, uma alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que trata da obrigatoriedade da inserção da História e Cultura Afro-brasileira no currículo escolar. Além disso, as diretrizes, construídas em 2004, descrevem os princípios e temas a serem instituídos. No caderno da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD apontou as seguintes propostas: Programa Nacional de Direitos Humanos II (de 2002); o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), o Programa Brasil sem Homofobia (2004) e o Plano Nacional de Educação em

Direitos Humanos (2006) gestados a partir de lutas e transformações que receberam maior impulso desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Além dos documentos apontados acima, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9394/1996, assegurou o direito à escola a todas as pessoas (brasileiras ou estrangeiras residentes no país), sem discriminar singularidades ou características específicas de indivíduos ou grupos humanos.

Acredita-se que a escola e, em particular, a sala de aula, devem formar um ambiente privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento das diversidades e das múltiplas identidades, pois a formação cidadã prioriza o desenvolvimento pleno dos sujeitos da diferença nela inseridos.

No entanto, percebe-se, pelas diversas pesquisas, a total invisibilidade destes documentos na maioria das escolas brasileiras. Fato que expõe as crianças negras à manutenção da lógica de exclusão escolar que afeta de forma mais intensa, as crianças, adolescentes e jovens negros (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006, 2009; LOPES, 2008, GOMES, 2007), bem como violentam subjetividades sexuais diferenciadas. Quando a escola ignora as desigualdades raciais, de gênero e sexualidades e continua reproduzindo práticas universalistas, mesmo diante das legislações antirracistas e contra a homofobia, pode-se considerar a prática do racismo institucional e outras formas de sujeição das diferenças.

O racismo institucional contribui para a segregação e/ou exclusão de negros e indígenas.

Nesse contexto, podemos compreender que a identificação de raças é, na realidade, uma construção social, política e cultural produzida no interior das reações sociais e de poder ao longo do processo histórico [...]. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto dessas ditas serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas.

A questão mais séria é: por que aprendemos a ver o outro e, nesse caso, o negro, como inferior devido aos seus atributos físicos e a sua origem africana? A resposta é: porque vivemos em um país com uma estrutura racista que precisa ser superada e porque o histórico da

escavidão ainda afeta negativamente a vida, a trajetória e inserção social dos descendentes de africanos em nosso país (MUNANGA, 2004, p. 176).

Invisibilizado, na maioria das vezes, o racismo impede a entrada e/ou permanência destes grupos em espaços que deveriam lhes ser de direito (HENRIQUES, 2002). Isso nos leva a refletir sobre a instituição escolar, um dos poucos ambientes representativos de direitos a que as crianças mais empobrecidas e suas famílias têm acesso, no qual a sua estada e permanência nem sempre é garantida. Assim, permitir que práticas homofóbicas, sexistas e racistas continuem acontecendo em ambiente escolar, é ferir a legislação específica e os direitos humanos.

Pois, neste país, as distâncias sociais são tão grandes e o fosso social tão imenso que parece não ser plausível uma medida comum que permita que a questão da justiça e da igualdade se coloque como problema e critério de julgamento nas relações sociais, de tal modo que a trama das desigualdades e iniquidades é como que neutralizada, fixando diferenças e assimetrias (de classe, de gênero, de idade, de raça, de origem) em modos de ser não apenas distintos, mas incomensuráveis [...] (TELLES, 2006, p. 10).

A rede de desigualdades sociais atrelada às diferenciações culturais desmonta qualquer perspectiva de construção de cidadania. A lógica capitalista impõe suas conjunturas de manutenção e reprodução a todas as organizações públicas e privadas. Neste projeto perverso, o desamparo social não incomoda a elite empreendedora, que lança mão de estratégias de garantia da perpetuação do mercado existente.

A contribuição dos escravizados à economia e cultura não foi compensada após a abolição. Foram incorporadas no Brasil teses do racismo científico e de inferioridade biológica dos africanos e afro-descendentes, atreladas a uma política de inserção de imigrantes europeus. Nesse sentido, citamos o Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil Racismo, Pobreza e Violência (2005, p. 33):

O racismo científico, elaborado na Europa e nos Estados Unidos a partir de meados do século 19, difundiu-se no Brasil após a década de 1870, por meio de autores como Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Sílvio Romero e João Batista de Lacerda. Suas teses apoiaram-se em pesquisas da biologia e da antropologia física, que criaram a idéia de raça com base em investigações sobre as diferenças físicas e visíveis entre grupos humanos e civilizações. Esse ideário influenciou a intelectualidade, os reformadores sociais e

os políticos, até a terceira década do século 20, e ainda hoje permeia o imaginário social e o universo econômico, político e cultural do país (BRASIL, 2005, p. 33).

A democracia racial brasileira é um mito, afirma Carlos Lopes, editor-chefe do Relatório do Desenvolvimento Humano Brasil (2005, p. 8):

O Brasil convive, há séculos, com uma barreira que trava o desenvolvimento humano de parte significativa de sua população: o racismo, que se apresenta como um obstáculo de caráter tanto institucional (por meio de políticas que ignoram a população negra e indígena) quanto socioeconômico (por meio da desigualdade social que segrega parte da população nas áreas mais pobres do país (BRASIL, 2005, p. 08).

Assim, faz-se essencial pensar sobre os problemas apresentados por estudantes negros, gays e negros-gays nas escolas, através dos processos construídos por estas instituições na busca de compreender que fatores históricos, culturais, políticos, raciais, de gênero e sexualidades estão imbricados nas proposições desses espaços. Considera-se a relevância da disposição do professor em cumprir o que determina a Lei 10.639/03 e outras ações de combate à homofobia e modificar o currículo, as práticas pedagógicas e a concepção desses sujeitos, no sentido de viabilizar uma educação para a igualdade das diferenças.

Investigar os discursos dos professores sobre esses estudantes, assim como identificar possíveis exclusões no processo de escolarização deste contingente também é de suma importância para desconstruir com essa rede de violências e opressão. Neste sentido, uma proposta é que se estabeleça uma relação mais íntima dos discursos com as proposições legais antirracistas e contra a homofobia. Isso porque os dados do IPEA mostram que a maioria das crianças e adolescentes que abandonam a escola são negras ou assumem identidades sexuais não padronizadas (gays, lésbicas, travestis, transexuais etc.). Além deste dado, estes sujeitos estão em desvantagem em relação aos índices de reprovação escolar, fato este, importante para a problematização da relação da escolarização, currículo escolar e exclusão social, como desdobramento dessas exclusões.

Para isso, o recorte para a pesquisa histórica documental e oral se faz essencial na investigação da existência de uma real inserção das Diretrizes

Curriculares Nacionais na escola, na relação com os discursos dos educadores, sobre estes grupos historicamente excluídos, também a produção discursiva de diferentes movimentos de ativistas que pululam nas redes sociais promovendo a valorização da autoestima dessas diferenças, bem como denunciando situações de violência e opressão.

Pensamos que é na prática da luta e da resistência que o levante se fará, sendo estes os pilares mais importantes na manutenção da cidadania e da democracia, e a escola se faz como espaço essencial neste processo de fortalecimento de identidades e subjetividades, mediando empoderamentos e buscando construir uma outra História, onde as diferenças sejam concebidas como riqueza, fontes de novas culturas e expressões, em prol de um desenvolvimento político, social, econômico, cultural, educacional mais justo e verdadeiramente libertário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G. (orgs.). **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília: UNESCO, 2007.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Diário Oficial, Brasília, 10 de janeiro de 1996**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e dá outras providências. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-Brasileira**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL, Relatório de Desenvolvimento Humano – 2005. **Racismo, Pobreza e Violência**. 2005, p. 32-33.

BUJES, Maria I. E. **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil, mito fundador e sociedade autoritária**. 4ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

DEL PRIORE, M. (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomás Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro. DP&A, 2011.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino**: os limites das políticas universalistas na educação. Brasília: UNESCO, 2002.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2009. 404 p.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro**. São Paulo: Global, 2004. 253p.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Anais, 1997.

SILVÉRIO, Valter Roberto *et al.* **Trabalhando a diferença na educação infantil**. São Paulo: Moderna, 2006. 127p.

TELLES, Vera da S. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

VIOLENCIAS HISTÓRICAS E DESDOBRAMENTO DA ESCRAVIZAÇÃO NA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL: ENFRENTAMENTOS A PARTIR DE AÇÕES JURÍDICAS, SOCIAIS E CULTURAIS



UFES

IX Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras

VIOLENCIAS HISTÓRICAS E DESDOBRAMENTO DA ESCRAVIZAÇÃO NA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL: ENFRENTAMENTOS A PARTIR DE AÇÕES JURÍDICAS, SOCIAIS E CULTURAIS



neab
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros | UFES

119

Ms. Rosely Silva Pires, Dra. Karen Calegari Santos Campos, Ms. Heloisa Silva Carvalho, Paula Melissa Gouvea, Gislene Tschaen, Lucas Yuri, Arletth Boone, Roberta Suzane Gouvea, Janilce dos Santos, Rosemery Casoli, Pamela Monteiro

FORDAN/CEFD/UFES

<https://www.facebook.com/fordancefd.ufes>

INTRODUÇÃO

Segundo dados da ONU divulgados em 2016 (Organização das Nações Unidas), 75% da população carcerária e 70,8% dos brasileiros que vivem na extrema pobreza são negros. O feminicídio de mulheres também tem cor, pois a morte de mulheres negras correspondem a 66,7% a mais que as das brancas. A intolerância religiosa ganha contornos inimagináveis, no Brasil existem mais de 3 mil quilombos e apenas 189 escrituras foram emitidas para os grupos quilombolas, os processos estão empilhados esperando deferimento. A partir destes dados alarmantes fazemos a escuta de Nilma Lino Gomes (2010 e 2011) clamando para uma emergência de ações afirmativa e uma educação para diversidade étnico-racial. Nesse trabalho partimos das relações históricas entre a escravização da população negra no Brasil e os desdobramentos do imaginário que compôs as políticas de branqueamento da raça; pensamento que circulou fortemente no país entre os séculos XIX e XX. Em finais dos oitocentos e décadas iniciais do XX, houve uma significativa movimentação da elite brasileira que, apoiada em saberes científicos – ainda que heterogêneos – colocavam em xeque a composição racial do país e buscavam atrelá-la ao debate sobre as dificuldades de progresso da nação. Em Lobo (2008) encontramos o debate sobre os indícios do enraizamento do preconceito racial no Brasil, ainda que a conformação da noção de “raça” ainda não estaria consolidada no século XIX. A autora lança luzes sobre os registros textuais da época dando atenção aos modos pelos quais se construíam discursos para diferenciar negros e brancos e, logo, desqualificar os negros. Parte dessa diferenciação dizia respeito aos elementos visíveis desses corpos, as suas marcas características que, nas palavras dela, tendo o branco como modelo, era a cor preta da pele e o seu cabelo torcido

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é apresentar as propostas desenvolvidas no Projeto de Extensão da UFES, “Fordan: Cultura no Enfrentamento às Violências”. Tal projeto busca o enfrentamento às violências contra a população negra da Grande São Pedro (Vitória-ES). Nossa metodologia de trabalho, a pesquisa-intervenção, entrelaçada ao método indiciário de Guinzburg está sendo testada desde 2005.

DESENVOLVIMENTO

Optamos por apresentar dados das nossas intervenções considerando o relatório do ano de 2016 enviado a Proex acrescentando as atividades deste ano. As atividades de fortalecimento da Família acontecem a partir dos diagnósticos iniciais, fazendo a escutas e elaborando propostas para que estas tenham acesso aos direitos negados e enfrentamento das violências que mais as afligem. O trabalho tem sido desenvolvido semanalmente em 2 dias na semana, em que são acolhidas em média 100 pessoas. O Projeto oferece acolhimento social (o número de desempregados é grande), atendimento jurídico (temos muitas demandas de processos que não eram encaminhados por falta de acompanhamentos, como aluguel social, pensão alimentícia, processos de envolvimento com drogas e crimes letais) e, atendimento cultural (aula de arte, dança afro, urbana e contemporânea, balé, curso de fotografia).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender esse processo em um contexto político, social e cultural dentro de uma trajetória histórica, tem nos dado pistas para compreender e construir enfrentamentos e rupturas com estes processos de violências. Várias têm sido as conquistas: as crianças a cada dia se apresentam mais fortalecidas e constantemente denunciam as violências que sofrem na escola, em casa e na rua; algumas mulheres acolhidas reconhecem que os processos que julgavam normal são violências e que necessitam ser denunciadas. No último diagnóstico que fizemos, no encerramento do semestre 2017/1, observamos que as crianças estão valorizando a cultura negra e se afirmando dentro dessa cultura. Na atividade que fizemos com a pesquisa da boneca branca e preta, as crianças e jovens reconhecem na boneca preta atributos de beleza, inteligência e potência, antes atribuídos apenas a boneca branca o que corresponde ao um rompimento com ideologias racistas. A da educação para a diversidade étnico-racial tem sido fundamental neste processo, o trabalho com a cultura da dança e da música problematizando as violências vividas pelas famílias que acolhemos tem ampliado percepções sobre problemáticas que hoje são compreendidas como formas de violência e por isso precisam de intervenção dos próprios sujeitos orientados pela equipe. A equipe a cada dia tem buscado estudar para fazer a escuta adequada a cada problemática encontrada, pois nossa metodologia propõe ação, reflexão e ação e para entender as pistas, indícios, sinais e sintomas em cada criança, jovem e mulheres acolhidas no projeto. As parcerias com o Ministério Público, CRAS e CREAS, além das Faculdades que permitem que seus alunos façam estágio no Núcleo sócio-jurídico e cultural, têm sido importante para o acolhimento de tantas pessoas e problemas os mais diversos possíveis. Nossa maior dificuldade hoje são as questões financeiras, pois os cortes de verbas e bolsas sofridas pelas Universidades Federais, por parte do Governo Federal, têm dificultado muitas das ações que realizávamos de forma mais tranquila e que hoje dependem de campanhas junto a comunidade.

REFERÊNCIAS

- GOMES, Nilma Lino . Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *Cadernos ANPAE* , v. 1, p. 1-13, 2010.
- GOMES, Nilma Lino . O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção de saberes. *Política & Sociedade (Online)* , v. 10, p. 133-154, 2011.
- LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2008.
- ONU BRASIL. Brasil: Violência, pobreza e criminalização ‘ainda têm cor’, diz relatora da ONU sobre minorias. <https://nacoesunidas.org/brasil-violencia-pobreza-e-criminalizacao-ainda-tem-cor-diz-relatora-da-onu-sobre-minorias>. Acesso em 02-10-2017



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS BRASILEIRAS
16 e 17 de Outubro de 2017, UFES, Vitória (ES).
**PERCEPÇÕES SOBRE A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA COM A
MANIFESTAÇÃO MACULELÊ**



UFES

**IX Seminário Nacional de Educação das Relações
Étnico-Raciais Brasileiras**
**PERCEPÇÕES SOBRE A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA COM
A MANIFESTAÇÃO MACULELÊ**

QUINQUIM, Marli^{1,2}, SALIM, Maria Alayde Alcantara¹, SILVA, Daniel Junior da²

¹Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, Brasil

²Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, Brasil

mquinquim@gmail.com; maicantara@alobo.com; ddanielcapes@yahoo.com.br



120

INTRODUÇÃO

O texto é resultado de uma atividade da disciplina "Teorias do Processo de Ensino Aprendizagem" do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Espírito Santo, cuja proposta era articular as teorias estudadas com uma prática de ensino ou um capítulo da dissertação.

Optamos por realizar um ensaio das ideias de Vigotski (2000; 2007; 2009; 2010) e, articular com a mediação pedagógica em uma aula de Educação Física, com a manifestação Maculelê. A ideia surgiu de um diálogo sobre as possibilidades de inserção das manifestações culturais de matriz africana e, a articulação dessas, nas aulas de Educação Física - em especial, na Educação infantil, tendo em vista, o contexto sócio-histórico-cultural do município em questão, pois percebemos a ausência de reflexões e ações pedagógicas efetivas nas relações de ensino na educação básica.

OBJETIVO

Articular as relações de ensino vividas durante a mediação pedagógica em uma aula de Educação Física, por nós e pelos alunos, com a manifestação Maculelê, num Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM) de São Mateus-ES, com os pressupostos teóricos de Vigotski.

DESENVOLVIMENTO

Na mediação utilizamos como instrumento para a produção de dados a observação participante com registro no diário de campo.

Escolhemos como tema da aula "Sou eu, Maculelê". No dia da mediação, antes de qualquer ação da nossa parte, as crianças perceberam que havia elementos incomuns no espaço, e logo quiseram estabelecer contato com o instrumento (atabaque), e posteriormente quiseram saber quem era e abraçar o professor que lá estava. A partir dessas colocações, nos amparamos na concepção de Vigotski de que um elemento intermedia a relação do sujeito com o meio e a cultura.

Ao questionarmos as crianças se conheciam a história de Maculelê, a resposta foi negativa. E, ao passo que a história era contada, vivenciavam e a interpretavam a sua maneira (expressões faciais de alegria, tristeza, medo, aflição).

A realização da prática da manifestação foi realizada juntamente com os alunos de forma lenta e gradual.

A formação da roda para participar da dança, foi o momento mais difícil da aula, pois todos os alunos queriam entrar ao mesmo tempo, houve, então, necessidade de intervenção para que os alunos compreendessem a necessidade de esperar a sua vez. Finalizando a aula, fizemos perguntas simples sobre Maculelê. Em suas falas os alunos reproduziram partes da história e demonstraram como se dança, com passos e palmas, segundo suas apropriações. Essa atitude de questionar e fazer os alunos falar sobre o que vivenciaram na aula, teve o intento de buscar saber o que aprenderam, pois segundo Smolka (1995, p. 42) "[...] a linguagem é constitutiva dos processos cognitivos e do próprio conhecimento."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação com a teoria Vigotski (2000; 2007; 2009; 2010) nos proporcionou a compreensão de que temos a responsabilidade de mediar ações pedagógicas, aos educandos, que devem lhes dar acesso ao acervo cultural produzido socialmente. Também nos auxiliou na concepção de que precisamos desenvolver uma mediação reflexiva, pois só assim podemos melhorar nossa atuação frente aos processos de ensino-aprendizagem, potencializando o desenvolvimento dos nossos alunos no que concerne a temática afro-brasileira.

O envolvimento e aceitação dos alunos com a temática, não apresentou desafios que são comuns nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, como por exemplo, falas estereotipadas sobre as práticas culturais de matriz africana, o que nos leva a pensar que, as manifestações culturais dessa matriz devem ser introduzidas nas aulas de Educação Física desde essa etapa da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

- SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. Conhecimento e produção de sentidos na escola: a linguagem em foco. **Cadernos CEDES**. Campinas: UNICAMP, Centro de Estudos Educação e Sociedade, n. 35, p. 41-50, 1995.
- VIGOTSKI, Levi Semynovich. **Levi S. Vigotski: Manuscrito de 1929. Educação e Sociedade**. Campinas, ano XXI, n. 71, p. 21-44, julho/2000.
- VIGOTSKI, Levi Semynovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- VIGOTSKI, Levi Semynovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- VIGOTSKI, Levi Semynovich. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Ática, 2009.
- VYGOTSKY, Levi Semynovich. **Aprendizagem e desenvolvimento na Idade Escolar**. In: **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Vigotsky, L. Lúria, A. Leontiev, A.N. 11ª ed. São Paulo: Icone, 2010.



HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM LIVROS DIDÁTICOS: UMA QUESTÃO DE MEMÓRIA E IDENTIDADE



IX Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras

História e Cultura afro-brasileira em livros didáticos: uma questão de memória e identidade – Vitória, 2017

Mileide Belchior Costa¹, Antonio Donizetti Sgarbi², Mariluz Sartori Deorce³

¹Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil

²Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil

³Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil

mileidebelchior@gmail.com, donizetti@ifes.edu.br, mariluz@ifes.edu.br



121

INTRODUÇÃO

O interesse por esse tema surge muito antes do início de minha carreira acadêmica. O anseio em estudar a história e cultura afro-brasileira, a minha cultura, foi forjada a partir de vivências experienciadas por mim no dia-a-dia, seja na vida cotidiana ou no espaço escolar. Experiências essas de cunho racista, ou da prática do silêncio das outras pessoas mediante a situações que diminuem e desvalorizam iguais por seu fenótipo.

Mediante contato próximo aos livros didáticos, visto que eram a principal ferramenta de estudo no meu ensino básico, nunca me via representada de forma igualitária nestes, em relação a povos europeus, pois como negra e descendente de índios e negros, não via os indígenas nos livros, e os africanos somente em partes da História do Brasil Colonial como escravos ou negros "libertos". Tal situação me inquietou em estudar os livros, já que como saber supremo dentro da escola e usado pelos professores como um guia ou cartilha de passo-a-passo, reafirmavam a conjuntura do preconceito.

Dessarte, na graduação e agora no mestrado, encontro a possibilidade de me aprofundar neste tema, e de contribuir a promoção não só da minha prática pedagógica, mas também de outros educadores, que tentam em construir um ensino pensativo a emancipação de seus alunos, para a representatividade e cidadania.

OBJETIVOS

Esta pesquisa está inserida em um mestrado profissional, com área de concentração em Ensino de Humanidades, e visa compreender a contribuição dos livros didáticos de História dos anos finais do ensino fundamental II, utilizados na Escola Estadual de Ensino Fundamental Zaira Manhães de Andrade em Cariacica –ES, a respeito da História e Cultura Africana após a promulgação da Lei 10.639/2003, para a formação da memória e identidade racial de seus discentes, com vistas ao empoderamento popular, e, propor ações, a partir da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire e da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, para potencializar e enriquecer o que existe ou propor novas ações pedagógicas, se for o caso, tendo em conta os objetivos propostos na legislação. Com base no objetivo geral, temos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar se os livros didáticos assistem à formação dos alunos, de maneira que eles possam se auto reconhecer como afrodescendentes sem sofrer preconceito ou sem se martirizarem com preconceito em si mesmas, tornando-se sujeitos da sua própria história;

- Investigar se a adequação dos livros didáticos a Lei 10.639/2003 se dá de modo a contribuir para o desenvolvimento de uma cidadania emancipatória dos sujeitos;

- Elaborar material educacional, a partir da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, na forma de um caderno pedagógico com atividades passíveis de execução em sala, que enriqueçam ou proponham novas ações pedagógicas a respeito da História e cultura afro-brasileira, no intuito ajudar a diversificar a prática pedagógica e potencializar o conteúdo dos livros didáticos.

DESENVOLVIMENTO

Sendo uma pesquisa do tipo intervenção participante, irá desenvolver-se com alunos dos 6º e 7º anos do ensino fundamental II, e com seus respectivos professores de História e Artes, numa parceria interdisciplinar. Primando o "fazer com" os participantes em detrimento ao "fazer para", com vistas ao empoderamento coletivo dos sujeitos da pesquisa, a conscientização crítica de seu lugar ativo como transformador da sociedade (FALS BORDA, 1990, p. 50 apud SILVA; LONGAREZI, 2012).

Partimos de uma metodologia de trabalho que Freire (2005) chama de "Círculos de Cultura" ou "Círculos de Investigação Temática", tratando dos "Temas Geradores" do objeto de estudo a partir de relatos e participação coletiva, na comunidade em que se anseia construir o conhecimento, para codificação e descodificação de sua realidade.

Portanto, nossa primeira ação na prática pedagógica será o do dialogar simpático e recíproco com os sujeitos da pesquisa, em encontros datados previamente na comunidade escolar, no sentido de buscar perceber

como estes entendem a temática da história e cultura afro-brasileira, conhecer seu vocabulário e expressões, como a relacionam com as outras esferas da vida social, como enxergam o livro didático e os conteúdos e atividades que nele se propõem sobre o tema, para juntos construirmos diálogo englobando suas questões, anseios, dúvidas, esperanças e desesperanças sobre este assunto, constituindo pois a busca/levantamento pelo conteúdo programático a partir da situação concreta dos indivíduos e dos livros de História (FREIRE, 2005).

Proporemos que se façam oficinas para trabalharmos os temas geradores com as crianças de maneira artística. As oficinas poderão ser escolhidas pelos discentes quanto a atividade em que estiverem mais à vontade. Por exemplo, a partir das discussões que teremos dos temas, usaremos estes temas para trabalharmos produção de desenhos com tinta guache, lápis de cor ou outros meios artísticos. Além disso, podem ser feitas produções em forma de textos escritos, como jograis, poesias, jornais, paródias de música. Dramatizações em teatro e exposição fotográfica também serão bem-vindas. Dentro das oficinas também iremos propor a saída a campo dentro da comunidade local a pé, para visitas a pontos de cultura dentro do bairro, bem como entrevistas aos moradores sobre a temática afro-brasileira, a serem realizadas pelos discentes e acompanhadas pelos professores pesquisadores e pelo investigador pesquisador.

Como necessidade de se devolver ao povo o conhecimento que deles saiu, produziremos um caderno pedagógico, em forma de livreto, contendo as atividades e discussões efetivadas nesse projeto de maneira estruturada, a fim de que os participantes vejam o resultado de seu trabalho de forma materializada, e para que possam validá-lo, de maneira que sirva a outras situações de aprendizagem não só dentro desta referida comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa encontra-se em fase inicial, e enquanto baseados em Paulo Freire, primamos pelo diálogo com os participantes em todas as etapas da pesquisa, inclusive na busca do conteúdo programático a ser trabalhado de forma conjunta, a partir dos anseios e demandas da comunidade escolar. Assim sendo, está sendo feito o acompanhamento em sala e planejamento com a professora regente de História e professoras da disciplina de Artes, a fim de estabelecer maior vínculo com os participantes da pesquisa e de elencar os temas geradores e atividades a serem realizadas na ação pedagógica.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004a.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, jan./dez. 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62, jan./dez. 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória** / Jacques Le Goff, tradução Bernardo Leitão... [et al.]. – 7ª ed. Revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp 2013.
- MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania**. Conferência proferida no Primeiro Seminário do III Concurso Negro e educação, São Paulo, 2003.
- SILVA, Jorge Luiz da; LONGAREZI, Andréa Maturano. Pesquisas de Intervenção no campo da formação de professores: limites e possibilidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 16., São Paulo, 2012. Anais do XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP – Campinas: Junqueira&Marin Editores, 2012, p. 1-12.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007
- VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.



O MUNDO NO BLACK POWER DE TAYÒ. ESTÉTICA E BELEZA NEGRA NA DANÇA



IX Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras

SARITA FAUSTINO DOS SANTOS, FLAVIA ROCHA E PLÍNIO SOARES.

*Prefeitura Municipal de Vitória, Vitória, Espírito Santo, Brasil
saritafaustino2015@gmail.com, second.author@email.edu.br, third.author@email.br

122

INTRODUÇÃO

Durante o período escolar vamos contar a história do livro: O Mundo no Black Power de Tayò, para crianças em uma escola municipal no município de Vitória, para sensibilizar os alunos que irão participar do projeto e também começar com um processo criativo e futuro espetáculo de dança. A pesquisa gira em torno da discussão na luta contra o pré-conceito racial e suas consequências racistas. Trabalharemos como foco principal as relações étnico-raciais, através da estética dos cabelos. O mundo no Black Power de Tayò pretende trazer a discussão em torno da beleza, estética e valorização da cultura negra. Tayò é uma menina de seis anos que gosta do seus cabelos e sua ancestralidade. Os cabelos metafóricos representam a cultura do povo negro rica e valorosa, apesar da sua trajetória de sequestro e escravidão. Tayò e poesia e beleza nessa representação saindo dos livros e sendo representada na dança. As cenas serão pensadas de acordo com a estética da leitura. Através das cenas vamos passar a alegria da Tayò, sua segurança e sua firmeza perante aos desafios impostos pela sociedade. Queremos descobrir como essas crianças se percebem em relação a um modelo de estética imposto pela mídia e por modelos socialmente construídos? Qual a definição de beleza para essas crianças? Muitas crianças que tem cabelos enrolados, querem alisar seus cabelos, por não acharem, os seus cabelos bonitos. Escutamos cotidianamente relatos de crianças que não brincam com uma criança negra ou uma criança negra que ao fazer o seu desenho, pinta seu cabelo de amarelo. Esses relatos são comuns entre professores que muitas vezes não sabem como lidar com essas situações.

OBJETIVOS

Pretendemos trabalhar a relação de auto estima e valorização da cultura negra com as crianças, através da dança, utilizando a história de Tayò como recurso. Será importante mostrar que beleza está dentro de cada um para além das questões estéticas pré-determinadas e impostas pelos contos de fada, propagandas, novelas, filmes e pela mídia em geral.
Vamos trabalhar com corpo, trazendo sensibilidade.
Trabalhar formas de expressão corporal;
Cuidar do outro;
Lidar com emoção;
Aflorar sentimentos diversos como: força; tristeza; alegria, auto estima, raiva, consciência;
Trabalhar elementos específicos da dança, como: níveis, ritmo, espaço, tempo, etc.

DESENVOLVIMENTO

Esse projeto se destina a uma escola de educação infantil no Município de Vitória. Durante o primeiro semestre, faremos apresentação do livro, ressignificando cada parte da história além de fazer parceria com as crianças. Esse início se faz necessário criando um vínculo de aproximação do adulto com a criança e fazendo com que esse momento faça parte da rotina, buscando um melhor entendimento da proposta. A rotina faz parte da Educação Infantil.
Ainda durante o primeiro semestre existe a sensibilização do corpo técnico da escola e das famílias para conhecimento do livro, da história e do objetivo do projeto, visto que será uma apresentação com figurino, cenário e o assunto que será abordado. Na Educação Infantil, por questões ligadas a religiosidade, muitos pais não permitem que seus filhos participem de atividades que envolvam o corpo e a dança. Será necessário auxílio de colaboradores que entendam das relações étnico racial para explicar junto aos adultos esse tema.
Na segunda etapa do projeto a importância vai ser dada a narrativa das crianças, após oficinas relacionadas a textura do cabelo crespo, conhecer esse cabelo crespo, tocar, desenhar esse cabelo, inventar diversos tipos de penteados, que envolvam diversos tipos de cabelos. Vamos utilizar recursos de vídeos didáticos do programa: "A cor da cultura" e brincar com perucas diversas, procurando explorar também a imaginação e o contato com diferentes texturas e formas de cabelos.
Na terceira etapa vamos partir para o trabalho criativo corporal com as crianças, explorando os espaços e os movimentos através de músicas e de histórias narradas para facilitar a exploração dos movimentos.
A quarta etapa será destinada a montagem do espetáculo com a junção dos elementos trabalhados, como desenhos, músicas e oficina de sensibilização.
A quinta e última etapa será para confecção de cenário com uma ajuda e apropriação das crianças, mesmo que seja apenas um detalhe uma forma um desenho coletivo para escolha de figurino e últimos ensaios. Durante todas as etapas, vamos registrar com filmagens e fotos, além do material das oficinas que irá compor um portfólio individualizado. Faremos um Cd com as músicas trabalhadas que servirá de registro também para cada criança. A Equipe será composta de duas professoras de Educação Física, um professor de música, integrante da Ceafro (pesquisa étnico racial), arquiteto e designer para os figurinos e cenário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira etapa se realizou no Centro Municipal de Educação Infantil, João Pedro de Aguiar, localizado no Bairro Jardim Camburi, Vitória-ES, com apresentação do livro O Mundo no Black Power de Tayò, por sua ilustre autora a Professora Dra Kiusam de Oliveira. As crianças já conheciam o livro, mas ficaram encantados com a história contada pela própria escritora. Conheceram a boneca Tayò em um dia muito especial e toda escola se reuniu para prestigiar o momento. O Professor de música cantou música de sua autoria feita para enaltecer a identidade dos cabelos crespos trançados. As crianças visitaram exposição no Projeto Raiz Forte, onde tiveram experiência com o cabelo crespo e puderam criar bonecos com diferentes formatos físicos e diferentes cores e formatos de cabelo. O projeto irá se estender para o próximo ano devido cronograma interno da escola.

REFERÊNCIAS

- GOMES, Nílma Lino. *Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?* In: Revista Brasileira, 2002.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Stuart Hall; tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro Rio de Janeiro: Lamparina, 2015 12ª Ed.
- HALL, Stuart. *Que "negro" é este na cultura negra? In.: Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik; trad. Adeline La Guardia Resende...[et al]. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- Maciel, Cleber. *Negros no Espírito Santo* (Cleber Maciel); organização por Osvaldo Martins de Oliveira. - 2ª ed. - Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016. 282 p. : il. - (Coleção canaã, v.22)
- Oliveira, Nadir nóbrega. *Dança Afro: Sincretismo de movimentos*. Salvador: UFBA, 1991.



13 ANOS DE CEAFFRO-VITÓRIA: CONQUISTAS E DESAFIOS



IX Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras

13 ANOS DE CEAFFRO VITÓRIA: CONQUISTAS E DESAFIOS

Adriano dos Santos Batista¹, Ariane Celestino Meireles², Heloisa Ivone da Silva de Carvalho³, Katia Ribeiro de Camargos⁴

¹ Comissão de Educação em Direitos Humanos/SEED/UFES/Brasil; Fórum Mulheres Negras ES/Brasil; CONEGRO/Vitória/ES-Brasil
² Prefeitura Municipal de Vitória, ES/Brasil
³ Universidade do Porto, Portugal
⁴ Prefeitura Municipal de Vitória, ES/Brasil
adrisabista@ufes.br, arianecelestino@ufes.br, heloisasilva@ufes.br, kataribeiro@gmail.com



INTRODUÇÃO

Faz 13 anos desde que a Portaria n. 52 de 2004 da Secretaria de Educação da Prefeitura de Vitória (ES) registrou a criação da Comissão de Estudos Afro-Brasileiros de Vitória, a CEAFFRO. O documento contribui para confirmar e (re)afirmar o espaço já construído anteriormente por ativistas e/ou militantes dos movimentos sociais de negras e negros de Vitória que atuavam como professoras, professores e pedagogos da rede de ensino municipal de Vitória.

Ações pedagógicas de enfrentamento ao racismo anteriormente isoladas em algumas unidades escolares passaram a ter o aval institucional para fazer valer a Lei 10.639/03, que instituiu o estudo da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Nacional.

A criação da Ceafro em Vitória consta como uma das primeiras iniciativas institucionais no Brasil para a implementação da referida Lei. Neste percurso, muitas conquistas foram consolidadas e desafios surgiram. Dentre as conquistas, crianças dos Centros Municipais de Educação Infantil, há mais de uma década, começaram a desenvolver sua identidade negra e a relação/aproximação com o seu pertencimento racial negro. Hoje, adolescentes, jovens, pessoas adultas e idosas concluem o Ensino Fundamental conscientes e/ou refletindo sobre a negritude. Junto com a consciência negra vem o desafio de seguir numa sociedade que apresenta novas expressões de racismos a cada dia.

• Elaboração de material didático e paradidático: vídeo-documentário e caderno de estudos "Educando contra o Racismo";

• Avaliação e aquisição de livros didáticos e paradidáticos – distribuição para todas as Unid. Ensino.

• Homenagem Olga Maria Borges: reconhecimento às professoras/es e Unid. de Ensino com relevantes ações para a igualdade racial (8 edições – realização anual);

• Participação em congressos, seminários, simpósios, mesas redondas e outros eventos científicos;

• Parcerias com movimentos sociais de negras e negros;

• Articulação com diversas Secretarias Municipais e Secretarias Estaduais para ações conjuntas: saúde, direitos humanos, cultura, assistência social, segurança e outras;

• Representação em conselhos de direitos e fóruns municipais: Conselho municipal do negro; Fórum liberdade religiosa; Conselho da Mulher, Fórum Estadual de Educação, entre outros.

Como **desafios**, a Ceafro enfrenta:

• Sensibilização de gestoras/es para a importância da implementação da Lei 10.639/03;

• Alteração no quadro de profissionais da educação que receberam formação da Ceafro (aposentadoria; contratos temporários);

• Limitação de recursos materiais e financeiros;

• Redução no quantitativo de pessoal na equipe técnica;

• Novas expressões de racismo na sociedade com destaque nos campos religioso e jurídico.

OBJETIVOS

• Destacar e problematizar a importância da Ceafro de Vitória na promoção da igualdade racial no âmbito escolar ao registrar as ações relevantes desenvolvidas ao longo de 13 anos de existência: 2004-2017.

• Demarcar alguns desafios que dificultam a continuidade da implementação da Lei 10.639/03 na educação municipal de Vitória.

DESENVOLVIMENTO

A implementação da Lei 10.639/03 em Vitória, por meio da Ceafro, realizou diversas ações aqui elencadas resumidamente, designadas como **conquistas**:

• Semana da Consciência Negra – ações político-culturais com estudantes (8 edições – realização anual);

• Programa Educar para a Igualdade Racial – ciclo de palestras (8 edições – realização anual);

• Monitoria remunerada para estudantes cotistas da UFES;

• Assessoria a todas as unidades escolares do município;

• Formação para profissionais da educação – relações etnicorraciais na educação;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os 13 anos de Ceafro em Vitória indicam que o caminho percorrido na implementação da Lei 10.639/03 para a promoção da igualdade racial nas Unidades de Ensino e outros espaços da cidade alcançou seus objetivos iniciais. As ações executadas na formação de centenas de crianças, estudantes, profissionais da educação e gestoras/es públicas/es alterou positivamente a realidade racial local.

Longe de indicar sinal de desânimo, os desafios que se apresentam apontam para a necessidade de fortalecimento de laços com antigos e novos parceiros/as para a continuidade da efetiva igualdade racial na educação municipal de Vitória.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Suely. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.
- FANNON, Franz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Edúfba, 2008.
- MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- ROMÃO, Jeruzé. História da educação do negro e outras histórias. Brasília: MEC, 2005.
- VALLA, Jorge. Novos racismos: perspectivas comparativas. Oeiras: Celta ed., 1999.



GRIÔS DA DANÇA MULHERES NEGRAS NAS ARTES E NA POLÍTICA



IX Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras

GRIÔS DA DANÇA MULHERES NEGRAS NAS ARTES E NA POLÍTICA



Ariane Celestino Meireles, Lucimary Hoffman
Universidade do Porto, Portugal | Prefeitura Municipal de Vitória, ES, Brasil
Universidade de Lousanne, Suíça

124

INTRODUÇÃO

As(os) Griôs, para a cultura iorubana, são sábias e sábios negras(os) que contam histórias a partir de suas experiências de vida. Narram os costumes e as tradições de seu povo pela linguagem oral, geralmente posicionando o grupo de ouvintes em círculo. Estas pessoas são consideradas Griôs porque, para além da sabedoria, possuem um importante valor para as comunidades: são idosas, acumulam saberes.

Unindo a sabedoria ancestral da oralidade com a dança afro-brasileira, origina-se o Projeto Griôs da Dança voltado para mulheres negras adultas.

O projeto "Griôs da Dança – mulheres negras na arte e na política" teve início em 2014 com a proposta de vincular a prática da Dança Afro-Brasileira às rodas de conversa sobre mulheres negras de destaque nos mais diversos campos, abarcando as grandes personagens da História do Brasil e do mundo como Lélia Gonzáles, Constância de Angola, Rosa Parks e Nina Simone entre tantas outras.

Ao lado das histórias das personagens famosas estão também as histórias de mães, avós, tias ou benzedadeiras que de algum modo tiveram ou têm grande importância na vida das mulheres participantes do projeto.



Acolhimento. Sabedoria. Roda. Alegria. Negritude. Ancestralidade. Reconhecimento. Essência. Simbiose de energia. Liberdade. Sororidade.

Estas expressões estão presentes na "gira" Griô, que se inicia sempre com um convite à uma mulher importante na existência de cada uma para juntar-se à roda.

Uma das idealizadoras das Griôs da Dança, Miriam Cardoso, relata que "... o acolhimento é uma importante marca do grupo. Pessoas idosas, jovens, negras ou brancas bem como homens sentem-se acolhidas de uma forma singular, difícil de encontrar em outros grupos".

"Muitas de nós não nos reconhecíamos negras até nos tornarmos Griôs da Dança. Isso faz muita diferença na nossa existência. Muda a nossa história", relata Josy Antunes.

Tornar-se Griô da Dança, então, é também tornar-se negra, como preconizou a cientista e psicóloga Neusa Santos Souza, autora da pioneira obra a tratar do aspecto psicológico com recorte racial *Tornar-se Negro*.



OBJETIVO

Realização de encontros semanais entre mulheres para a prática da dança afro-brasileira vinculada a estudos sobre mulheres negras de expressão na História e na vida das participantes.

DESENVOLVIMENTO



As Griôs da Dança reúnem-se semanalmente no Museu Capixaba do Negro em encontros com duração de duas horas, sendo a primeira hora voltada para a prática da dança afro-brasileira e a segunda hora para a roda de conversa - a prática Griô de contação de histórias, sempre incrementada com alimentos compartilhados.

Soma-se às atividades semanais o momento do "desapego" uma vez ao mês. Neste encontro, as Griôs colocam à disposição peças que variam entre livros e discos a vestuários e acessórios para serem utilizados por outras mulheres. O intercâmbio de solidariedade pauta-se, assim, como premissa para a existência Griô.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Vocês, Griôs, me compõem" afirma Léa Almeida. Esta afirmação diz muito da ancestralidade que habita a existência de cada Griô, de cada mulher negra, de todas e todos que vieram antes, que abriram caminho.

Nossos passos vêm de longe, afirma a dra. Jurema Werneck. As Griôs da Dança existem porque outras vieram antes, de muito antes. Ancestrais que trilharam duros passos para proporcionar música, dança, sabedoria, afetos e sororidade nos passos das que vieram depois.

Vida longa às Griôs da Dança!

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Suelly. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
MAGALHÃES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2017.
SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
WERNECK, Jurema. *O livro da saúde das mulheres negras*: nossos passos vêm de longe. São Paulo: Pallas, 2010.



PROJETO RAÍZES



IX Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras

PROJETO RAÍZES

Autor: Priscilla Lauret Coutinho Alves
Professora de história da "EMEF Alberto de Almeida"
plclauret@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

A dignidade perdida de um povo também pode e deve ser resgatada. A educação tem papel fundamental nesse processo dialógico entre o passado que envergonha, mas que forma atuais mentalidades, e o presente que se quer ter menos preconceituoso e ultrajante. Para que essa mudança nos discursos e práticas preconceituosas possa de fato ocorrer, faz-se necessário constante debate entre os membros da comunidade escolar.



OBJETIVOS

Fundamentar e diversificar práticas pedagógicas que envolvam os educandos e outros mestres em debates muitas vezes esquecidos ou relegados a algumas poucas páginas de um livro didático.

Fomentar a curiosidade e mesmo a dúvida sobre as certezas e incertezas de nossas heranças culturais.

Ampliar o estudo de lendas e outras histórias de matriz africana, incentivando o interesse por meio de atividades artísticas, como a produção de artigos artesanais para exposição.

Incentivar um sentimento de pertencimento e identificação a partir de debate com professor e mestrando de Angola convidado a participar da culminância do projeto na escola.



DESENVOLVIMENTO

Trabalhando conceitos e preconceitos veiculados normalmente nos meios de comunicação, partimos do princípio do perigo da história única, tão bem trabalhado pela escritora nigeriana Chimamanda Adichie, para discutir o conceito de verdade histórica a respeito da África e das heranças africanas no Brasil.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o quanto a educação brasileira ainda abre pouco espaço para os saberes locais e a oralidade, pode-se entender a necessidade desse tipo de pesquisa ser realizada no âmbito da educação básica, principalmente no ensino fundamental. Os alunos puderam ao menos começar a repensar certas condutas preconceituosas aprendidas e repetidas por eles ao longo da vida. Sabe-se que muito ainda há para se fazer, porém, novos caminhos e novas sementes precisam ser traçados e plantados para que haja possibilidades de novas atitudes e formação de novos saberes e valores.



REFERÊNCIAS

HALL, Stuart, 1997, A Identidade Cultural na Pós-Modernidade, Rio de Janeiro: DP&A Editora.

RANGER, Terence, 1997, "A invenção da tradição na África Colonial", in HOSBAWM, Eric e RANGER, Terence (Org.), A Invenção das Tradições, Rio de Janeiro: Paz e Terra: 219-269

SADA, Juliana, 2014, "Eu e o outro: o perigo da história única", in <http://educacaointegral.org.br/reportagens>.

VIEIRA, José Luandino, 1978, A Cidade e a Infância, Lisboa: Edições 70

XITU, Uanhenga, s.d., Os Discursos do "Mestre" Tamoda, s.l.: União dos Escritores Angolanos / Instituto Nacional do Livro e do Disco.

